ISSN 0100-199X

bib

BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

19

Neste número:

A Instituição Militar no Brasil

A Crise da Universidade Brasileira

O BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no país. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do país.

Editor
Charles Pessanha

Conselho Editorial
Aspásia Camargo, Presidente (CPDoc-FGV)
Anita Brumer (UFRGS)
Charles Pessanha (Iuperj)
Laura da Veiga (UFMG)
Lícia Valladares (Iuperj)
Marisa Corrêa (Unicamp)
Rosa Maria Godoy Silveira (UFPb)

Secretária
Maria Elizabeth R. Cobra

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
Editoria do BIB
Rua da Matriz, 82 – Botafogo
22.260 – Rio de Janeiro – RJ

Composição e Impressão
Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.
Rua Santana, 136/138
Rio de Janeiro – RJ

Sumário

Apresentação 3

Resenha Bibliográfica

A Instituição Militar no Brasil
Edmundo Campos Coelho 5

Ponto de Vista: A Crise da Universidade Brasileira

Os Mistérios da Caixa Preta: Mecanismos de Participação na Política de Ciência e Tecnologia
Sadi Dal-Rosso e *João Gabriel Lima Cruz Teixeira* 21

Pela Eliminação da Estrutura Corporativa da Educação Superior Brasileira
Simon Schwartzman 37

Manifesto em Defesa da Universidade Pública 43
Resposta da ANDES 51
Comentários de Fábio Wanderley Reis 55
Comentários de Gilberto Velho 57
Comentários de José Arthur Giannotti 59

Perfil Institucional

Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Unicamp 61

Grupo de Estudos de História Regional da Unicamp 63

Pesquisas em Andamento 67

Teses e Dissertações 69

Noticiário 75

BIB, Rio de Janeiro, n. 19, pp. 1-78, 1.º Semestre 1985

Edmundo Campos Coelho é professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Iuperj e autor de *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira,* Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

Fábio Wanderley Reis, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Gilberto Velho, professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

João Gabriel Lima Cruz Teixeira, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB.

José Arthur Giannotti, pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap e membro da Comissão Nacional de Reformulação do Ensino Superior, do Ministério da Educação.

Sadi Dal-Rosso, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB.

Simon Schwartzman, professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ e membro da Comissão Nacional de Reformulação do Ensino Superior, do Ministério da Educação.

Apresentação

Com a publicação do n.º 19, o BIB entra no seu 8.º ano de existência. No presente número apresentamos a resenha de Edmundo Campos Coelho sobre a instituição militar no Brasil, e as demais seções que tradicionalmente compõem o conteúdo do BIB. Nesta oportunidade, comunicamos aos leitores o surgimento de uma nova seção, Ponto de Vista, *cujo objetivo é estimular o debate em torno de assuntos considerados relevantes pela comunidade acadêmica. O tema escolhido para inaugurar a nova seção: a crise da Universidade Brasileira. Essa crise se espelha nas diferentes posições assumidas por membros de instituições representativas da área de pós-graduação e pesquisa que colaboram neste número.*

Quanto às posições aqui assumidas por nosso colaboradores, devemos frisar que não cabe ao BIB nem à Diretoria da ANPOCS tomar qualquer posição sobre um tema de grande significação, mas, por isso mesmo, ainda essencialmente controverso. Nossa intenção foi apenas refletir o estado atual do debate e, até certo ponto, acirrá-lo, cônscios de que a crise hoje vivida merece todas as atenções para que seja superada da melhor maneira possível.

A Instituição Militar no Brasil: Um Ensaio Bibliográfico

Edmundo Campos Coelho

Há alguns anos o Cpdoc editou uma valiosa bibliografia sobre o tenentismo. São dezenas de livros e artigos nos quais este movimento militar ou é o objeto particular da análise ou ocupa lugar de destaque. Com raras exceções, a razão de tanto interesse é bastante simples: o tenentismo é geralmente considerado um fator importante para o entendimento do período de transição da Velha para a República Nova através da Revolução de 30 e do Estado Novo. Ora, a chamada década dos 30 tornou-se para os historiadores, sociólogos e cientístas políticos brasileiros (e para boa parte dos *brazilianists*) uma fase crucial na história pátria, algo semelhante ao que foi o Renascimento para a história da cultura européia. E, analogamente, parece ser um destes períodos inesgotáveis em matéria para reflexão e análise, a esfinge que propõe enigmas dentro de enigmas mas que, uma vez decifrados, revelarão a chave para a compreensão da história mais recente do país. É provável que algum dia alguém, com uma visão subversiva desta história, inicie a desmontagem do mito, tal como o Renascimento foi desnudado como a época do mero "estilo brilhante" segundo Nisbet: o tempo dos paradoxos, das inversões de sentido, dos *mots d'esprit*, da simples exuberância verbal.

Seja como for, é a década dos 30 (a revolução ou o Estado Novo) e não o tenentismo ou as Forças Armadas que ocupam o centro do cenário na abundante literatura sobre os tenentes e seu movimento. De fato, será difícil encontrar algum trabalho que estabeleça de maneira razoável as vinculações do tenentismo com os processos e estruturas peculiares do Exército, embora não faltem os que explorem suas relações com as classes médias, com as oligarquias ou com a sociedade civil de uma maneira geral. Aparentemente o tenentismo constituiu-se a despeito e apesar do Exército da época, e a compreensão do primeiro dispensa inteiramente a compreensão do segundo.

Mesmo o Estado Novo, que apesar da aparência civil foi, efetivamente, um regime instalado e mantido militarmente, inspirou quase nenhuma análise da instituição militar do país ou das relações entre civis e militares. Certamente que é difícil discorrer sobre este regime sem mencionar, com certa ênfase, figuras militares como as de Góes Monteiro e Dutra, para citar os mais notáveis. Mas a tendência é sempre a de "politizar" estes personagens, vê-los pelo mesmo ângulo com que se vê Getúlio Vargas ou qualquer outra eminência civil. De certa forma, a "politização" produz a "paisanização" dos militares, despindo-os da forte marca da instituição castrense. O processo parece ser análogo ao do exorcismo ou da psicanálise: é como se os estudiosos, sofrendo de algum profundo trauma com os símbolos, marcas, hábitos, mentalidade e procedimento das instituições militares necessitassem revelar a sua dimensão mais "familiar" (ou "paisana") dissolvendo nela a outra zona: a do perigo, da ameaça, do desconhecido.

Em tudo isso há também muito de oportunismo metodológico, no sentido de que sempre foi mais fácil estudar o tenentismo desvinculado do Exército, porque sempre foi muito difícil ter acesso ao Exército por quaisquer vias. Os tenentes deixaram traços visíveis de suas idéias e ações porque tinham em vista exatamente a audiência externa, e nisto eram desviantes com relação ao padrão de comunicação militar que visa usualmente o público interno. Só recentemente os arquivos militares tornaram-se acessíveis aos estudiosos; mas ainda assim, são poucos os que se aventuram a pesquisá-los ou a procurar nos escaninhos do Arquivo Nacional as ordens-do-dia, as circulares, os ofícios, os relatórios, as atas e os comunicados que revelam as articulações internas da organização militar. No Brasil este trabalho "arqueológico" vem sendo diligentemente feito por José Murilo de Carvalho, e daí a sua importantíssima contribuição para o nosso conhecimento das vinculações entre a organização militar e o quadro político da década dos 30. Aos poucos tem sido possível superar o equívoco de se tomar o todo (Exército) por uma de suas partes ("tenentes"), abandonando-se teses também equivocadas como a do "Exército como representante político das classes médias", originalmente formulada para dar conta apenas do tenentismo.

Muito bem. Se a década dos 30 foi o nosso Renascimento político (e provavelmente também econômico e social), o período que se inicia em 31 de março de 1964 é forte candidato a se tornar a nossa Idade das Trevas, numa intrigante inversão cronológica que tem remetido muitos analistas de volta aos anos 30, à nossa velha esfinge, com referência especial ao intervencionismo "controlador" (para usar a expressão de Carvalho) que impõe a hegemonia militar dentro do Estado Novo. Este é o intervencionismo dos generais, do estado-maior, mas provavelmente cessam aí as semelhanças mais aparentes com o movimento militar de 1964. As instituições militares (sobretudo o Exército) são outras no segundo caso, até mesmo no estilo de intervenção. Elas irrompem sem meias medidas na esfera política, sem subterfúgios ou disfarces paisanos. Elas são mais fortes, bem mais modernas, mais conscientes de seu poder, e talvez por isso menos reticentes em aplicar competentemente sua força. Mas é como se também à força (ou pela força) se impusessem à atenção de alguns poucos observadores brasileiros postados às janelas das universidades. Um número reduzido de sociólogos e cientistas políticos que nos anos setenta completavam sua formação acadêmica no exterior não deixaram de perceber o grau inédito de autonomia com que se comportavam as Forças Armadas, e trataram de aplicar ao seu estudo o que haviam aprendido no contato com a área de estudos de "sociologia militar", das relações civis-militares ou da moderna teoria das organizações. Muitos desses cientistas sociais eram (ou são) bastante jovens, estavam em início de carreira, não faziam parte do *establishment* das ciências sociais, não tinham compromissos com os mitos das interpretações convencionais e sentiam-se livres para trabalhar numa área ou tema marginal.

Creio que, dentro da produção acadêmica brasileira, o primeiro trabalho a tratar especificamente da instituição militar foi o artigo "On the Belief System of the Brazilian Military" (Carvalho, 1968). Em 1971, também mimeografado, circulou um estudo sobre o Exército intitulado "Em Busca de Identidade: Relações Civis-Militares no Brasil" (Coelho, Iuperj, 1971). Há um trabalho anterior, "As Forças Armadas como Força Política" (Torres, 1966) que não chega a ser uma análise das instituições militares, resumindo-se a uma reiteração, sem maiores discussões, da função "moderadora" das Forças Armadas. Entre os autores estrangeiros, o trabalho mais antigo parece ser o de Simmons, "The Rise of the Brazilian Military Class, 1870-1890" (1957); no período mais recente, os primeiros parecem ter sido as teses de Hahner (1966) e Manwaring (1968). Excluímos da listagem dos trabalhos acadêmicos restritos ao estudo das instituições militares brasileiras todos os que tratam do *regime militar* implantado em 1964, coletâneas de artigos publicados na imprensa diária por jornalistas, e os chamados "estudos de área" onde as Forças Armadas brasileiras são estudadas em perspectivas comparada junto com as de outros países do continente. Certamente encontram-se em todos eles excelentes interpretações, mas as instituições militares brasileiras não constituem o foco da análise.[1]

Em 1971 aparece também o livro de Stepan[2] que se tornaria rapidamente referência obrigatória para os estudiosos do tema. Há várias razões para o merecido sucesso desse livro: o autor utiliza uma vasta literatura sobre as relações civis-militares, testa alguns modelos teóricos com informações organizadas de maneira habilidosa e competente, e elabora um quadro interpretativo que se tornou o padrão de referência para o estudo do movimento militar de 1964. Stepan não deixa de examinar as teses mais correntes na literatura convencional (a do

poder "moderador" do Exército, e a da "representação política de classe média"), nem subestima as questões de método. Seu livro constitui, assim, um bom ponto de partida para a apreciação da literatura mais recente. Na impossibilidade de proceder a uma revisão mais detalhada desta produção acadêmica, organizei a exposição em torno de alguns temas que me parecem mais importantes

A Questão do Paradigma: O Modelo Organizacional

Stepan (1971) não se propõe explicar o comportamento político dos militares brasileiros em todas as intervenções; ele está basicamente interessado em dar conta da mudança no padrão de comportamento militar, que teria se verificado em março de 1964. Em outros termos: Stepan propõe que mudado o comportamento, muda também o modelo de interpretação. O padrão "moderador", que prevaleceu até recentemente, esgotou-se em 1964, e assim já não é adequado o modelo correspondente de análise. Voltarei, mais tarde, a este ponto. Há um outro modelo que Stepan critica, e que está associado aos "estudos de área". De fato, mais do que um modelo trata-se de um *wishful thinking* e consiste em postular o seguinte: por serem as instituições militares das regiões "não-ocidentais" (isto é, países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento) as únicas que apresentam um alto grau de coesão interna, de disciplina e organização; e por serem elas as únicas instituições modernas e verdadeiramente nacionais, pode-se esperar que constituam um instrumento fundamental no desenvolvimento e modernização daquelas regiões.

Pois bem, Stepan procura invalidar esta tese mostrando, nos capítulos I e II, que as Forças Armadas brasileiras (na verdade, basicamente o Exército) não são coesas nem monolíticas em termos de hierarquia de comando (por exemplo: a dispersão geográfica dos efetivos militares dá um grande poder de resistência a oficiais subalternos que estejam no comando de guarnições locais ou regionais) ou de expressão nacional (os interesses regionais freqüentemente capturam a lealdade dos comandos de unidades). No capítulo III Stepan examina o efeito das origens sociais sobre o comportamento dos oficiais, e o alvo aqui é a tese de que, devido a este fator, o Exército representa politicamente as classes médias. A conclusão a que chega é a seguinte: nem fatores organizacionais (efetivos, padrão de recrutamento, dispersão ou concentração geográfica) nem fatores institucionais (origem social) explicam por si sós o comportamento das instituições militares; de fato, *nenhum* fator isoladamente pode explicar o comportamento político destas instituições porque elas são um subsistema do sistema político maior, não estão isoladas e fechadas sobre si mesmas (coesas, monolíticas sob a égide da disciplina e da hierarquia organizacionais) mas, ao contrário, estão sujeitas a todas as influências políticas que afetam qualquer outro ator político. Esta é uma conclusão decepcionante e excessivamente fácil porque dispensa o analista de compromissos com qualquer estrutura explicativa específica. A noção de sub-sistema como princípio analítico é por demais genérico para ter qualquer utilidade. Ademais, se nenhum fator isoladamente é capaz de explicar o comportamento dos militares, é de se presumir que não tenham todos o mesmo peso na explicação, que uns explicam mais do que outros e caberia a Stepan sugerir quais deles dão conta de uma maior proporção da variança.

É exatamente o que faz Carvalho (1974) ao estudar o comportamento político das Forças Armadas na Primeira República. Embora observando que se trata de um primeiro passo em direção a um entendimento mais completo, Carvalho compromete-se claramente com uma perspectiva organizacional de analise, e certamente não é por acaso que seleciona alguns dos fatores estruturais estudados por Stepan: recrutamento (de oficiais e praças), efetivos (inclusive distribuição geográfica), a estrutura do corpo de oficiais (pirâmide de estratificação), o ensino militar e as ideologias de intervenção. Com estas variáveis ele monta, então, um quadro interpretativo que dá conta das diferenças no comportamento político do Exército e da Marinha, e estabelece associações bastante claras entre os fatores. Por exemplo: "a grande predominância numérica dos tenentes, aliada ao baixo grau de controle hierárquico dentro da organização, dava a este grupo de oficiais condições privilegiadas de rebelião" (p. 151); ou de como a mudança no padrão de recrutamento, produzida pela introdução da Lei do Sorteio Militar, levou a sociedade a abrir-se ao Exército reduzindo o distanciamento entre ambos (p. 127-32). Em trabalhos posteriores, Carvalho (1982, 1983) esclarece a forma pela quais fatores estruturais da organização foram importantíssimos para a implantação do projeto hegemônico do Exército dentro do Estado Novo. Todavia, acho menos aceitável, inclusive por certa ambigüidade e confusão conceitual, a análise das relações entre

ideologia e intervencionismo no artigo de 1974. Voltarei a este ponto quando tratar da tese da função "moderadora".

Outro trabalho que inequivocamente acentua a importância de variáveis estruturais é o de Barros (1978). Este é provavelmente o estudo que mais detalhadamente examinou o sistema de ensino militar e seus fortes efeitos na conformação da "mentalidade militar" dos oficiais do Exército brasileiro; mais ainda, Barros mostra como mesmo os processos informais de socialização do militar estão sob o controle da instituição em grau muito mais alto do que geralmente ocorre em outras profissões. De fato, o processo de socialização do oficial se dá num ambiente fechado, virtualmente impermeável aos efeitos externos, e produz um tipo de indivíduo que difere marcadamente do civil. Assim, a análise de Barros, ao invés de dissolver a dimensão militar em alguma particularidade paisana, explora os mecanismos que acentuam-na e lhe dão especificidade irredutível.

Em comparação com estes estudos, um trabalho curioso é o de Forjaz (1983) sobre o tenentismo. Segundo a autora, "a compreensão do significado político do tenentismo passa necessariamente por uma análise do Exército enquanto organização" (p. 5). Observando a simultaneidade do surgimento do tenentismo com a profissionalização do ensino militar através da Missão Francesa, conclui Forjaz que os tenentes ficaram imunes à mentalidade profissional que então se formava, e que sua oposição ao ensino militar francês "coloca a questão das clivagens ideológicas no Exército no contexto do processo de modernização" (p. 6). Esta é uma forma curiosa de demonstrar o efeito de fatores organizacionais de socialização formal: o que ocorre com os que não sofrem sua influência. E a inferência é óbvia, e bem huntingtoniana: a profissionalização produz o não-intervencionismo, e os tenentes eram menos profissionais do que o restante do corpo de oficiais. Torna-se, assim, também mais fácil afirmar a persistência dos efeitos da origem de classe: "não se apagaram totalmente os valores e expectativas decorrentes das condições de classe dos tenentes, como pudemos observar na análise do programa tenentista e na sua atuação concreta no imediato pós-30, enfrentando as oligarquias" (p. 9). O problema com o argumento é que ele não resiste às evidências de que a modernização do Exército e a profissionalização do ensino militar levou a mais, e não a menos intervencionismo (Nunn, 1972).

É importante observar, todavia, que embora Carvalho e Barros enfatizem, sem lhes conceder exclusividade, os fatores estruturais internos da instituição militar, parece-me que a ambos falta um *paradigma* de análise organizacional, um modelo explícito do que seja uma organização, de como ela interage com seu ambiente externo e de como ela se adapta ou reage a ele através de modificações em sua estrutura interna. Também Stepan não avança neste ponto, a não ser num sentido negativo: há um modelo ou paradigma a ser invalidado, mas infelizmente trata-se de algo há muito superado. Os modelos fechados, consistentes e racionais de organização, supostamente energizados por uma lógica baseada numa estruturação interna particular (muito à maneira da burocracia weberiana inspirada no exército prussiano) há muito foram abandonados na moderna teoria organizacional. Stepan, para usar uma expressão americana, decidiu bater em cavalo morto. Se o seu propósito era demonstrar que as organizações militares estão longe de se aproximarem do ideal de coesão, monolitismo e isolamento (e existe por acaso algum tipo de organização que satisfaça estes critérios?), ele poderia tê-lo feito sem necessidade de apelar para um recurso analítico tão antiquado. De fato, a demonstração é desnecessária: há total concordância na literatura organizacional em que organizações (de qualquer tipo) são sistemas "abertos" aos influxos externos. Seja como for, o certo é que Stepan desloca o modelo "fechado" mas não põe outro em seu lugar.

Embora não seja este o lugar para fazer revisões de teoria organizacional, lembro que as chamadas "teorias contingenciais", tanto quanto as de "coalizões" e de "sistemas debilmente integrados" enfatizam exatamente os *intercâmbios* das organizações com o meio ambiente, acentuando a variedade de estratégias tanto de *adaptação ao* quanto de *dominação sobre* o ambiente externo. Organizações são sistemas fortemente orientados para sua própria sobrevivência (a um nível básico e mínimo de aspiração), mas também para o controle da maior extensão possível do seu meio ambiente. Se conseguem ou não atingir estes propósitos é uma questão empírica, mas será sempre uma função da capacidade das organizações extrair recursos do ambiente para se fortalecerem. E o que é mais importante: estratégias de aquisição ou extração de recursos são sempre de natureza política, quer sejam orientadas para as condições internas (seleção da elite, controle das oposições, expurgos etc.) ou para as externas (forma-

ção de coalizões, cerimoniais públicos para difusão dos valores organizacionais etc.).

É sobre estes modelos que Coelho (1976) estudou a evolução das relações entre o Exército e a sociedade, procurando mostrar como o primeiro parte de estratégias de acomodação e adaptação à segunda para chegar a estratégias de controle sobre ela. A análise é institucional; isto é, a história da organização é investigada com o propósito de descobrir uma constelação de indícios que revelem a natureza, o caráter, o *ethos* da organização. O método interpretativo utilizado foi sugerido por Selznick,[3] mas no essencial orienta-se pela *documentary analysis* de Mannheim.[4] Como observou Schneider (1982), os trabalhos de Carvalho e de Barros são consistentes com o de Coelho, este servindo como ponte entre os primeiros. Mas, talvez porque o modelo organizacional seja mais explícito no último, é ele o que mais restrições suscitou.

Mais de dois terços do artigo de Peixoto (1980a) sobre modelos de interpretação ocupa-se da análise institucional, e o alvo é o livro de Coelho no qual, segundo Peixoto, o fenômeno militar, em última instância, se explica por si mesmo (p. 28); o aparelho militar é analisado como uma estrutura monolítica (p. 28); subestimam-se as clivagens internas e faz-se um corte radical entre organização militar e sociedade civil. Os comentários de Peixoto confundem duas ordens de questões: a primeira diz respeito à proposição de que nas organizações militares prevalece a ótica dos interesses corporativos que serve como o filtro através do qual os militares compõem sua interpretação do mundo, e esta afirmação é análogoa a de que as empresas econômicas interpretam o mundo da perspectiva da maximização do lucro (quando conseguem sobreviver à competição de mercado); a segunda diz respeito às conseqüências da predominância dos interesses corporativos sobre o comportamento da organização militar. Como as organizações são procuradoras de recursos no ambiente externo, o imperativo da maximização do lucro impõe estratégias de "política externa" à empresa, tal como os interesses corporativos à organização militar. O que varia, em ambos os casos, é o grau de "abertura" da organização, e é importante especificar os fatores de variação. De maneira geral, se o ambiente externo é hóstil a organização dará ênfase a estratégias internas de desempenho (redução de despesas de custeio, maior racionalidade nos procedimentos; ênfase no preparo profissional, fortalecimento do "espírito de corpo" na organização militar), e isto tanto mais quanto ela disponha de pouco poder político. De qualquer modo, o importante é que coisas como coesão interna, monolitismo, "abertura" ou isolamento são variáveis, nunca atributos. Mas, por mais que este ponto seja reiterado, o espectro de uma instituição castrense coesa, homogênea e monolítica sempre encontrará seus exorcistas, como Peixoto; e a fórmula ritual pode ser a metáfora do "partido militar' (Peixoto, 1980b; Rouquié, 1980) que, se pouco acrescenta à análise, parece servir para tranqüilizar os atormentados.

Mas, bem feitas as contas, nem o próprio Stepan (1971) escapa da perspectiva organizacional (ou organizacional/institucional, como quer Peixoto). Em última análise, o que fez com que em 1964 os militares se decidissem pela intervenção se, segundo Stepan, 80 a 90% dos oficiais eram, ao final de 1963, ou legalistas, ou leais a Goulart ou politicamente indiferentes? (p. 139) Ainda é ele que nos diz que "os oficiais passaram a achar cada vez mais que seu papel moderador destruía sua própria unidade e integridade como instituição" (p. 138); já em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, "o receio de dividir novamente o Exército constituiu um obstáculo decisivo contra qualquer tentativa de golpe" (p. 139); e novamente em março de 1964 "as repercussões (dos motins dos marinheiros) dentro do quadro de oficiais foram profundas. A questão da autopreservação institucional por meio do controle da disciplina militar figurava entre as questões acerca das quais os oficiais militares, divididos no plano ideológico, tinham o mais elevado acordo interno" (p. 150). Num trabalho posterior sobre os militares brasileiros e peruanos Stepan (1973) voltaria a dizer: "a defesa da instituição militar foi uma das chaves para a entrada dos novos profissionais na política nacional. Se, todavia, a desunião interna aumenta com relação às políticas ou aos problemas sucessórios, a defesa da instituição pode muito bem ser uma das chaves para a saída, por meio de uma junta provisória" (p. 65). *Em última instância,* Stepan não tem como refugar ante o peso específico dos interesses corporativos dentre os quais a autopreservação institucional é o mais básico. De fato, e como sugere Stepan (1971) no capítulo 7, poderosas tensões econômicas e políticas como as que ocorreram no período 1961-64 só resultaram no abandono da postura "moderadora" porque passaram pelo filtro dos interesses corporativos.

Ideologia e Intervenção: A Escola Superior de Guerra

Segundo Stepan (1971), o movimento militar de 1964 distingue-se das intervenções anteriores por uma mudança de ideologia: os militares abandonam as idéias e normas de comportamento associadas à função "moderadora", substituindo-as pela doutrina da segurança interna e do desenvolvimento. De moderadores, transformam-se em dirigentes da política nacional. As origens desta mudança situam-se no trabalho de elaboração doutrinária da Escola Superior de Guerra-ESG, e é neste ponto que Stepan cria o "mito da ESG" logo incoporado na produção acadêmica sobre o período (Rizzo, 1976; Aderaldo, 1978; Debert, 1984; Dreifuss, 1984). Mais tarde, Stepan (1973) traduziria a mudança no padrão de comportamento militar em termos do abandono do modelo do "antigo profissionalismo" (ênfase na defesa externa e nos aspectos puramente profissionais da função militar, restrições à ampliação do papel institucional das Forças Armadas, neutralidade política) pelo modelo do "novo profissionalismo" (ênfase na segurança interna, ampliação do papel da instituição militar, aceitação dos aspectos políticos da profissão, gerencialismo político-militar).

McCann (1979) foi o primeiro a observar que, de uma perspectiva histórica, o "velho" e o "novo" profissionalismo estiveram sempre mesclados ou polarizaram grupos de oficiais ao longo da evolução do Exército; o "novo profissionalismo" de fato nada tem de novo, além do que os militares brasileiros jamais tiveram, de si mesmos, qualquer imagem tão consistente, nem alcançaram elaborar para suas instituições uma definição clara de missão. Também Markoff e Baretta (1985) observam que o padrão do "velho profissionalismo" é inconsistente com a função "moderadora": de fato, o primeiro supõe a abstenção militar das atividades políticas, ao passo que a segunda legitima a intervenção. Ademais, o "velho profissionalismo" supõe um ambiente em que as elites políticas civis aceitem a legitimidade dos governantes e não apelem para as instituições militares, o que evidentemente não se aplica ao Brasil. E teria havido realmente uma mudança radical de pensamento entre os militares brasileiros? Coelho (1976) sugere que a doutrina da Segurança Nacional é, em grande parte, apenas um aprofundamento, adaptação e sistematização do pensamento doutrinário de Góes Monteiro. Também Hinson, Jr. (1978) chama a atenção para a falta de originalidade da doutrina da ESG e situa as suas bases geopolíticas em trabalhos publicados já em 1925 por militares brasileiros. Assim, mais do que uma mudança radical, parece ter havido uma longa evolução no pensamento dos militares no curso da qual foi se cristalizando a concepção de um novo papel para as Forças Armadas. Por outro lado, e mesmo aceitando-se que o modelo da função "moderadora" descreva adequadamente um padrão empiricamente verificável de comportamento, é discutível se as intervenções ocorridas no período anterior a 1964 ajustam-se ao modelo. Por exemplo, Markoff e Baretta perguntam se o fato de os militares retirarem-se logo após cada intervenção, devolvendo o poder aos civis, não se deve mais à incapacidade da instituição castrense em permanecer no poder do que à internalização de certas normas de comportamento.

Quanto à ESG, o próprio Stepan (1971) reconhece que ela perdeu muito de sua influência após o governo Castelo Branco, observando que Costa e Silva não era esguiano e nem recrutou esguianos para compor sua equipe. Mas foi Barros (1978) quem primeiro questionou o "mito da ESG". E, ao contrário de Stepan, ele vê como razão para o ostracismo da Escola após o governo Castelo Branco "a crescente consciência entre os oficiais com posição de poder que se a ESG mantivesse o papel que tivera imediatamente após 1964, a administração central teria suas mãos atadas por um grupo cujo envolvimento nos meandros da administração seria intolerável, pois que a doutrina da ESG não concedia a necessária flexibilidade exigida pela política" (p. 171). Barros não deixa de observar (numa nota à página 170), a este respeito, o estilo "projetivo-especulativo" no pensamento esguiano. Markoff e Baretta vão mais longe ao afirmar que nem mesmo Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva foram esguianos na prática, e uma vez no poder já cogitavam de devolvê-lo aos civis em prazo relativamente curto. Os mais destacados esguianos teriam sido os menos desviantes com relação ao padrão "moderador", ao contrário do que deixa supor a tese de Stepan. Miyamoto (1984) também levanta sérias questões quanto a influência da Escola: ela não teria sido nem o "cerne da elite", nem teria tido peso específico na elaboração das políticas do regime.

De onde, então, teria Stepan tirado a importância que atribui à ESG? Markoff e Baretta argumentam que Stepan privilegiou *metodologicamente* a Escola Superior de Guerra. Isto é: a

ESG é uma entidade bem identificada, tem um currículo bem definido que pode ser examinado, um quadro de instrutores acessíveis para entrevistas e cuja produção intelectual pode ser pesquisada facilmente, e um corpo de estagiários que editam uma revista. Tudo exatamente ao inverso do que ocorria com os "linha dura". E porque foi mais fácil estudá-la, Stepan atribuiu à ESG uma posição central que ela efetivamente não teve (pelo menos não tão importante quanto a da corrente anti-esguiana). Quanto ao pensamento da ESG, é possível que não passe de uma "pseudo-ideologia" como querem Markoff e Baretta, ou uma coleção de "platitudes" como descobriu Dreifuss (1984).

Mas, ainda que seja certo que Stepan exagerou quanto à influência da ESG e de sua doutrina no movimento de 1964; e admitindo-se, ainda, que o pensamento formulado pela Escola seja apenas uma "pseudoideologia" com pouca consistência interna, ainda assim não fica demonstrado que a doutrina não teve importância *dentro* da instituição militar. De fato, idéias servem a vários propósitos, e uma doutrina (ou "pseudoideologia") não tem apenas uma função instrumental de orientar comportamentos e políticas. Ademais, qualquer corpo doutrinário contém termos cujo sentido não é unívoco, mas que mudam em função do contexto, o que dá ao conjunto uma grande flexibilidade semântica. Assim, penso que uma doutrina pode ter uma função expressiva, muito pouco instrumental *no sentido de que ela não cria compromissos* com nenhuma linha de comportamento em particular. Ela pode funcionar basicamente como catalizadora de auto-consciência, dentro de uma função quase que puramente afetiva, principalmente quando ela procura se relacionar a algum símbolo que lhe conceda ou lhe acrescente, derivativamente, uma certa aura (símbolos como Nação, Soberania Nacional, Objetivos Nacionais Permanentes e outros assemelhados têm uma grande força expressiva).

Pois bem. Creio que a doutrina da ESG tem sido examinada pelo ângulo quase exclusivo de sua função instrumental, mas não como um discurso afetivo destinado ao âmbito dos quartéis. Se isto é correto, a doutrina pode ter tido uma grande importância no fortalecimento do sentido de comunidade dentro da instituição militar, da auto-consciência dos oficiais quanto ao poder e competência profissional da corporação e do seu destino comum. Nas condições que antecederam o movimento de 1964, isto pode não ter sido determinante, o que não significa que não tenha sido muito importante. Parece-me que foi um corpo doutrinário semelhante ao da ESG que permitiu, em 1937, a implementação de um projeto hegemônico do Exército dentro do Estado Novo.

Ideologia e Intervencionismo: o Poder "Moderador"

Se entendo corretamente o sentido do termo "função moderadora", é de se supor que o exercício desta função implicasse na neutralidade de quem a exerce frente aos interesses em conflito, numa posição de equidistância entre as partes. O "moderador", que se assemelha ao árbitro ou juiz, deveria ser um *estranho,* no sentido simmeliano do termo: objetivo, no sentido de ser livre, de não estar preso por relações que possam prejudicar sua percepção, seu entendimento e sua avaliação da situação.[5]

Ora, se, como quer Stepan (1971), a instituição militar é um subsistema do sistema político e, como tal, está sujeita às mesmas influências a que se submetem os demais atores políticos, então os militares estão, por definição, incompatibilizados com a função "moderadora". Isto é, a instituição militar tem interesse embutidos, seja na manutenção do *status quo,* seja na sua mudança e, assim, é parte do conflito. Empiricamente, é perfeitamente observável que o Exército (e por extensão, as Forças Armadas) tem interesses corporativos, e que pela ótica desses interesses os militares fazem suas *avaliações e decidem pela intervenção (ou pela* não-intervenção). O recurso ao argumento da função "moderadora" é lógica e empiricamente insustentável. Stepan refere-se a esta função como um padrão de comportamento empiricamente observável, pelo menos até 1964, mas não se dá conta de que ela é mais consistente com o modelo de organização "fechada" e isolada da sociedade do que com o modelo de organização aberta às influências políticas da sociedade global.

Há um elemento no padrão de comportamento "moderador" ao qual Stepan dá muita ênfase, mas que complica a análise. Trata-se do papel das elites civis na legitimação da intervenção "moderadora": "em tal modelo das relações entre civis e militares, estes são chamados repetidas vezes para agir como moderadores da atividade política, mas lhes é negado sistematicamente o direito de tentar dirigir quaisquer mudanças dentro do sistema político" (1971, p. 50); ou ainda, "todos os principais protagonistas políticos procuram cooptar os militares. A norma é um militar politizado" (p. 50).

Se as coisas efetivamente se passam desse modo, há um evidente deslocamento da idéia do poder "moderador" do âmbito da instituição militar para o âmbito da sociedade civil. Os militares seriam, neste caso, apenas o *instrumento* de todos os principais protagonistas políticos, cada qual interessado em ter a instituição militar ao seu lado. Creio que isto se ajusta perfeitamente bem ao fato de que, no Brasil, foram os políticos civis os que formularam a concepção de um poder "moderador" associado à instituição militar. Seja como for, a instrumentalidade política da idéia é inconsistente com sua concepção abstrata; isto é, há uma evidente contradição, em termos, entre a idéia e o padrão empiricamente verificável de comportamento que nada tem de moderador. Mas há outra alternativa de interpretação: Peixoto (1980a) critica Stepan por fazer da legitimação das intervenções um monopólio dos grupos civis, o que reduziria os militares a uma atitude de passividade, "simples espectadores que são chamados a intervir de tempos em tempos no desenrolar do jogo" (p. 37). Ele propõe, inversamente, que os militares, aliados aos civis, sempre tentaram mudar as regras do jogo, e a formação de uma "coligação vitoriosa" de civis e militares reflete mais adequadamente os interesses convergentes: "a legitimidade será criada na medida em que a coligação que deseja o golpe de Estado ganha terreno sobre seus adversários" (p. 37). Mas, é óbvio que também nesta vertente de interpretação há uma inconsistência patente entre a idéia de poder "moderador" e o padrão empírico de comportamento. Se, na interpretação de Stepan, o que há é uma *cooptação* dos militares por alguma facção civil (o que destrói a idéia de moderação ou arbitramento), no modelo de Peixoto há uma aliança de interesses civis e militares na "coligação vitoriosa" (o que também dá por terra com a idéia de moderação ou arbitramento). Tanto uma quanto outra interpretação sugere que se abandone a idéia de função "moderadora" para descrever as intervenções militares. Ela é mais adequada, de fato, como descrição de um discurso de justificação, um instrumento retórico que por pretender gerar efeitos importantes deve ser identificado pelo que realmente é.

Não estou persuadido de que Carvalho tenha estabelecido esta distinção em seus trabalhos sobre os militares brasileiros. Em seu artigo de 1968 ele descreve "noções", "elementos" ou "ideologias" que compõem o "sistema de crença" dos militares e que são: a do cidadão-soldado e a do poder moderador, ambas predispondo os militares ao intervencionismo. Estas ideologias são consideradas como mecanismos de adpatação de uma organização (a militar) que, quando transplantada para outro contexto societal, conserva a dimensão "profissional" e os aspectos estruturais do modelo original (o modelo da organização militar profissional e politicamente neutra), mas desenvolve um padrão de comportamento diferente e oposto. Nestes termos, Carvalho parece admitir que estamos tratando com ideologias genuinas, isto é, com conjunto de crenças que geram normas e que efetivamente moldam o comportamento. No caso da ideologia do soldado-cidadão isto pode ter sido verdadeiro, já que a idéia não era inconsistente com a doutrina positivista adotada por muitos dos oficiais "científicos" que desejavam a queda da Monarquia. Ainda assim, é necessário enfatizar que o movimento militar que proclamou o regime republicano não foi liderado por estes oficiais, mas pelos "tarimbeiros" a quem a idéia do cidadão-soldado desagradava por ser uma ameaça à hierarquia e à disciplina. O surgimento desta mesma idéia nos pronunciamentos de chefes militares por ocasião das diversas intervenções que se sucederam durante a primeira e segunda Repúblicas (inclusive no contexto do movimento militar de 1964), dificilmente pode ser considerado da mesma perspectiva. O problema da "cidadania" do militar permaneceu como questão muito secundária entre as preocupações dos oficiais; mais ainda, há fortes indícios de que no longo processo de profissionalização, modernização e fortalecimento da instituição militar a questão da cidadania passou a ser vista como fator de enfraquecimento da organização. Não é difícil conceber, todavia, que as posições dos militares quanto ao problema são bastante ambígüas. No que diz respeito à ideologia do poder moderador, penso que a ambigüidade é mais de Carvalho, como tentarei mostrar em seguida.

Em seu trabalho de 1974 ele amplia o esquema original para incluir entre as ideologias militares a noção do "soldado profissional" politicamente neutro, e estabelece os seguintes pares: cidadão-soldado/intervenção reformista, soldado profissional/não-intervenção, e soldado-corporação/intervenção moderadora. Com relação a este último par, Carvalho quer chamar a atenção para o fato de que se trata do "intervencionismo dos generais, ou do estado maior, o intervencionismo da organização como um todo e não apenas de setores subalternos" (p. 161). Teríamos, assim, uma combinação onde do primeiro par entraria a aceitação da intervenção

como algo legítimo, e do segundo par o espírito corporativo com a aceitação da norma hierárquica. O problema surge quando Carvalho interpreta a expressão de Góes Monteiro "fazer a política do Exército e não a política no Exército" como a "primeira formulação mais sistemática" da ideologia do poder moderador (p. 160). A não ser que se entenda por função ou poder moderador algo inteiramente diferente da concepção convencional do termo ou do seu uso corrente na literatura, não vejo como Carvalho possa estar correto, e menos ainda quando ele acrescenta como exemplo o golpe de 1937. Em dois trabalhos subseqüentes (1982, 1983), a expressão "intervenção moderadora" é substituída por "intervencionismo controlador" e "intervencionismo conservador", respectivamente. Esta é uma evolução conceitual interessante se considerarmos que a função moderadora não é apenas controladora (no sentido de que ela está atenta a desvios com relação às regras do jogo), mas também conservadora (no sentido de que a intervenção, quando ocorre, visa restabelecer as regras do jogo e manter o *status quo*) que me leva a crer que Carvalho ainda não solucionou satisfatoriamente a questão. Ademais, creio que é também importante distinguir o "intervencionismo" da "intervenção", e não se trata de um mero jogo de palavras. O "intervencionismo" aponta para a *disposição* em intervir, mas a "intervenção" indica capacidade ou *poder* para intervir. Além disso, se o "intervencionismo" pode estar sempre associado a um sistema de crença ou ideologia, isto não ocorre necessariamente com a "intervenção", que pode ser apenas reativa e obedecer aos imperativos dos interesses corporativos (por exemplo: ameaças à integridade da instituição militar). Finalmente, não seria supérfluo observar que as "intervenções" foram sempre de generais, mas nunca de oficiais subalternos aos quais resta a alternativa do "intervencionismo" (embora não seja exclusividade deles). Isto é: o "intervencionismo" gera revoltas, motins ou rebeliões, mas para que haja uma "intervenção" o fator hierárquico é sempre decisivo. Como me parece uma contradição, em termos, falar de "intervenção fracassada", o que quero dizer é que o "intervencionismo" só se concretiza numa "intervenção" quando conta com o suporte da hierarquia. Diferentemente, Carvalho (1970) observa que os intervencionistas só têm sucesso quando conseguem o apoio dos "profissionais", embora note que estes são *freqüentemente* não apenas os oficiais de mais prestígio mas também os ocupantes de posições hierárquicas elevadas. Não creio que isto seja correto; pelo contrário, parece-me que a escolha dos ocupantes de altos cargos na hierarquia militar obedece mais a critérios de lealdade *política* ao presidente da República do que a critérios estritamente profissionais. Assim são contituídos os famosos "dispositivos militares" de que se cercam todos os presidentes: de oficiais profissionais apenas no sentido de que pode-se presumir que são competentes, que percorreram todas as etapas da carreira militar, mas não no sentido de que são apolíticos ou politicamente neutros. Creio que conceitualmente não se ganha em clareza associando-se "profissionalismo" (no sentido de atitude não-intervencionista ou passiva) com prestígio e hierarquia. De fato, apenas as duas últimas exibem um alto grau de associação entre si, mas não com a primeira dimensão. Desta forma, a relação que se pode estabelecer é entre "intervenção" e hierarquia, e não entre "intervenção" e "profissionalismo".

Creio que o problema com a tipologia elaborada por Carvalho (os pares de elementos) é que ela é historicamente datada, e por isso não pode alcançar o nível de generalidade pretendida (além da ambigüidade já mencionada com relação à função "moderadora"). Cada um dos elementos do que Carvalho chama de "sistema de crença" militar pode ter sido um fator de adaptação organizacional em períodos muito particulares; supor a sua permanência em períodos sucessivos implica examinar a hipótese de que a organização perde sua capacidade adaptativa e se enfraquece. Não creio que isto seja uma boa hipótese.

Militares e o Estado: Modernização e Profissionalização

O objetivo fundamental da instituição militar, aquele que dá sentido à sua existência, é a segurança do Estado, e a proteção deste constitui a preocupação básica dos militares. Os interesses corporativos da instituição podem ser entendidos em termos deste objetivo fundamental, mas a relação entre os primeiros e este último é mediatizada por um conjunto de atitudes que, na literatura especializada, tem sido identificado com a "mentalidade militar": o nacionalismo, uma visão pessimista sobre a natureza humana e o alarmismo, isto é, propensão a fazer estimativas exageradas sobre as probabilidades de conflitos armados (guerra, revoluções etc.).[6] Tanto na natureza quanto na sociedade a vida

seria uma guerra permanente pela sobrevivência, e apenas os mais fortes sobreviveriam; o homem é o lobo do homem, os estados tendem à expansão e à conquista dos mais fracos, e o pacifismo constitui uma doutrina irresponsável que ameaça a segurança do Estado. Inversamente, a preparação para a guerra deve ser um estado permanente das sociedades nacionais, e a existência de forças armadas fortes, modernas e profissionais é um fator essencial de segurança e sobrevivência do Estado. No entanto, forças armadas fortes, modernas e profissionais só podem existir *em sociedades desenvolvidas*, que disponham de indústrias capazes de fornecer equipamentos adequados aos militares, e que tenham controle sobre seus recursos industriais e naturais (fontes de energia, recursos estratégicos etc.).

O longo processo de modernização e profissionalização das instituições militares brasileiras (Hilton, 1982; McCann, 1980, 1983, 1984) revela toda a constelação destas atitudes, objetivos e interesses, e como eles estão estreitamente associados. Entretanto, a modernização e profissionalização das instituições militares ocorreram no contexto de uma sociedade bastante fragmentada e de um Estado fraco. De fato, o Estado brasileiro dificilmente pode ser caracterizado historicamente como entidade distinta das "associações" civis, alicerçada na concepção amplamente compartilhada de uma ordem legítima, a ser mantida pelo exercício da autoridade investida nos cargos formais de governo. Ou, dito de outra forma: a construção de um Estado forte nunca esteve na agenda das elites políticas brasileiras, muito mais interessadas em fortalecer suas bases locais de poder. Conseqüentemente, nunca se interessaram também no fortalecimento, modernização e profissionalização de forças armadas *nacionais*, recaindo sua preferência em instituições militares regionais como a Guarda Nacional e as Polícias Militares estaduais.

Ao ressentimento contra as elites políticas, contra as oligarquias dominantes e até mesmo segmentos da burocracia esta tal, soma-se, no pensamento militar, a preocupação com a falta de coesão nacional solapada pela predominância de interesses particularistas. E é no pensamento autoritário (de Alberto Torres a Oliveira Viana) que os militares buscam os modelos de organização nacional, como é no primeiro destes autores que eles nutrem a concepção de que o país é pouco mais do que uma "exploração" colonial (Hinson, Jr., 1978; McCann, 1980). Não surpreende que a conjunção do nacionalismo econômico com as idéias autoritárias de organização nacional apontem para a concepção de um Estado forte, pairando acima dos interesses particulares das diversas classes sociais e com marcante presença em todos os setores da sociedade.

Seja como for, o fato é que as iniciativas de modernização e profissionalização das instituições militares partiram sempre dos próprios oficiais, e não das elites políticas ou de qualquer outro setor da burocracia estatal. As Forças Armadas tornaram-se, assim, o segmento mais modernizado do Estado, e de 1937 a 1945 comandaram a modernização do segmento civil da burocracia. Fracassaram, todavia, todos os esforços de *state building*, o que era debitado pelos militares à deterioração das elites dirigentes, às suas lutas internas, à sua incapacidade de se articularem para a tarefa de construção do Estado nacional. Os reflexos deste estado de coisas dentro da instituição militar não passaram desapercebidos a parcelas da oficialidade: a prática de "privatização" das funções do Estado manifestava-se nas tentativas de "privatizar" setores da instituição militar alinhando-as com interesses políticos de frações da elite civil. As crises político-militares eram expressões das crises do Estado. E os momentos de hegemonia das Forças Armadas dentro do Estado constituem também esforços de dar-lhe autonomia frente às diferentes classes sociais. Mas, nestes momentos, o profissionalismo militar transforma-se em militarismo profissional que é a aplicação de conceitos militares a questões sociais, econômicas e políticas (Nunn, 1972).

O Estado Novo e o regime autoritário implantado em 1964 pelas Forças Armadas constituem os dois momentos de hegemonia militar, e de vigência do militarismo profissional. Ambos se constituíram em projetos de fortalecimento do Estado, de implantação de modelos autoritários de organização nacional, de educação e formação de elites. Finalmente, foram momentos de graves dilemas para as instituições militares. Em primeiro lugar, projetos hegemônicos como os de 1937 e 1964 colocam sempre a questão da duração da permanência das Forças Armadas no poder. Talvez em 1937 o problema não fosse tão grave porque os militares não exerceram *diretamente* o poder; mas em 1964 a questão do prazo era muito mais sério porque o governo direto das Forças Armadas não pode ter duração indefinida sem que elas deixem de ser o que são. Por outro lado, o projeto de construção ou fortalecimento do Estado não pode se confundir com a manutenção de um *Estado de exceção* também de prazo indefinido. Tanto

um quanto outro constituem contradições em seus próprios termos. Além disso, e como se viu no período pós-64, os militares enfrentam o problema de compatibilizar a dualidade de *status* das Forças Armadas, que é criada pelo exercício direto do poder: o *status* de instituição e o de governo (Stepan, 1971). Aqui o principal problema consiste em que a dualidade de *status* constitui uma séria ameaça à integridade da instituição. Por exemplo, a ausência de regras formais para indicação de oficiais à presidência da República leva a sérios conflitos e disputas internas, abala os princípios de disciplina e hierarquia; mas, simultaneamente, estes conflitos e disputas entre facções militares enfraquecem a instituição como governante e debilitam o regime, forçando uma escalada da repressão. Isto leva a que setores das Forças Armadas queiram vê-las novamente fora do poder para se preservarem, enquanto outros insistem em que elas se mantenham no poder seja porque julgam não estar terminada a "missão", seja porque criaram interesses de outra ordem na manutenção do regime de governo militar direto.

A "Saída": Retorno aos Quartéis?

Carvalho escreveu o trabalho clássico sobre a "entrada" dos militares no poder em 1937, e já existe uma razoável literatura sobre a "entrada" de 1964. As análises de "saídas" são, entretanto, escassas, e a última é ainda muito recente para que se possa ter uma avaliação mais adequada dos seus aspectos especificamente militares. É certo que dispomos de várias análises sobre a fase e os processos da "abertura", mas seria injusto avaliá-la já em pleno período de democracia. A este respeito vale a observação de Bendix segundo a qual sabemos mais sobre o passado (mesmo o recente) do que teríamos direito de saber, e assim é muito forte a tendência em cometer a "falácia do determinismo retrospectivo". Alguns autores, entretanto, colocaram questões importantes sobre o comportamento e o papel dos militares nesta nova fase de democracia plena, embora tenham escrito seus estudos antes das eleições de março de 1985.

Escrevendo em 1983, Stepan não via nenhum projeto da "linha dura" para os anos seguintes, observava a perda de influência da ESG, mas também mudanças importantes na doutrina: ela ficou mais flexível, também mais "aberta" à nova dinâmica do Estado e da sociedade civil, mas permanece intolerante à oposição "contestadora". Como diz Stepan, para a ESG "a democracia é indispensável, mas tem que ser forte e com 'guarda-chuva'" (1983, p. 4). O Serviço Nacional de Informações, SNI teria que sofrer um processo de desintoxicação (fora do poder) para não se constituir em desafio. Numa perceptiva análise, Góes (1984) antecipava a emergência de um Estado híbrido onde civis conviveriam com os militares que penetraram no aparelho burocrático estatal, mas ao mesmo tempo desenhava o quadro do poder tentacular do SNI como instância paralela às Forças Armadas *stricto sensu*. Também alertava para o fato de que muito improvavelmente as Forças Armadas possam vir a ser eliminadas como participantes dos processos políticos; isto é, há que se interpretar adequadamente a expressão "volta aos quartéis", mais uma metáfora do que expressão literal. Mas, enquanto Goés fala de preservação de "capacidade de tutela indireta do sistema político" e de "parceria com civis na condução do Estado" (p. 374), Dreifuss e Dulci (1983) referem-se a uma "postura arbitral por parte da instituição militar, regulando de forma não ostensiva o jogo sócio-político, de acordo com regras previamente estabelecidas" (p. 115). Não deixam de observar, todavia, que estas regras não se acham ainda elaboradas e que há possibilidades de focos potenciais de atrito dentro da instituição militar. Isto para o processo de abertura: para depois, a solução do papel das Forças Armadas na sociedade só virá de uma discussão interna de suas relações com o Estado e a sociedade, e de um debate amplo com os diversos segmentos da sociedade.

Perspectivas de uma Sociologia Militar no Brasil

Os estudos sobre a instituição militar no Brasil foram quase todos feitos sob o estímulo de intervenções armadas no processo político. Poderia quase afirmar que o que conhecemos sobre os militares é um sub-produto das análises de intervenções. Este é um fato obviamente compreensível, mas não deixa de constituir um forte desvio. Afinal, as intervenções militares são apenas o aspecto mais espetacular do comportamento da instituição, geralmente o momento de explosão de tendências que se formam ao longo dos períodos de normalidade: frustrações, isolamento ou reclusão dentro de um universo socialmente estreito, crise permanente de identidade profissional e assim por diante. À exceção do trabalho de Barros (1978) pouco foi estudado sobre as formas de lazer a

que se entregam os militares, seus hábitos no âmbito familiar, o cotidiano dos quartéis, as comemorações e cerimoniais da instituição e todo o universos simbólico que marca a vida do soldado. É problemático continuar insistindo sobre o caráter "aberto" das instituições militares, mas enfatizando apenas a dimensão política da abertura. Alguém observou que do sociologismo que consistia em atribuir às lutas e conflitos de classe a permanente disposição dos militares em intervir na arena política, passamos ao extremo do politicismo que consiste em atribuir tudo à natureza do Estado. Mas, num caso como no outro, o problema sempre foi as intervenções e a necessidade de explicá-las. Creio que é necessário voltar não ao sociologismo, mas à sociologia para resgatar a instituição militar como objeto legítimo de análise por si mesma, e não pelos traumatismos de toda ordem que elas provocam através das intervenções. E por esta via talvez até cheguemos a entender melhor as próprias intervenções. Há um interessante trabalho de Costa (1984) onde ela nos mostra como os encontros (no sentido goffmaniano do termo) entre subalternos rebelados e seus oficiais compõem-se, simultaneamente, de rancor e afeto, tal como são os encontros entre pais e filhos. Pois bem, o trabalho não faz avançar muito o nosso conhecimento sobre as revoltas de subalternos, mas esclarece muito sobre a combinação de rancor e afeto na vida diária dos quartéis, ainda que o marco interpretativo freudiano seja bastante artificial, e a ênfase esteja na dimensão manipulativa (de poder) dos sentimentos.

De qualquer forma, creio que Costa sugeriu uma linha muito rica de análise, destas que são urgentemente necessárias para a constituição de uma sociologia das organizações militares.

(Recebido para publicação em maio de 1985)

Notas

1. Como exemplos cito René Armand Dreifuss, *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe,* Petrópolis, Vozes, 1981; Ronald Schneider, *The Political System of Brazil: Emergence of a "Modernizing" Authoritarian Regime, 1964-1970,* New York, Columbia University Press, 1971; Fernando Pedreira, *Março, 31: Civis e Militares no Processo da Crise Brasileira,* Rio de Janeiro, José Álvaro Ed., 1964; Carlos Castelo Branco, *Os Militares no Poder,* Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1977; John J. Johnson, *The Military and Society in Latin America,* Stanford, Stanford University Press, 1964.

2. No texto, as referências às páginas do trabalho de Stepan seguem a numeração da tradução em português. Alfred Stepan, *Os Militares na Política,* Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

3. Philip Selznick, *The Organizational Weapon,* Glencoe, The Free Press, 1960.

4. Karl Mannheim, *Essays on the Sociology of Knowledge,* London, Routledge & Kegan Paul, 1959, p. 55-63.

5. Georg Simmel, *On Individuality and Social Forms.* Selected writings edited with an Introduction by Donald N. Levine. Chicago, University of Chicago Press, 1971, p. 145-146.

6. Bengt Abrahanson, *Military Professionalization and Political Power,* Berverly Hills, Sage Publications, 1972, p. 71-87.

Bibliografia

Aderaldo, Vanda Maria Costa

1978. "A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programas". IUPERJ, tese de mestrado em Ciência Política.

Bacchus, Wilfred A.

1983. "The military elite of Brazil: a study of the political unity problema." Prepared for delivery at the 24th Annual Convention of the International Studies Association, Mexico City, april 5-9.

Barros, Alexandre de Souza Costa

1978. The Brazilian Military: Professional Socialization, Political Performance and State Building. Dissertation submited to the faculty of the Division of Social Science in candidacy for the degree of Doctor of Philosophy, Department of Political Science, University of Chicago.

1985. "Back to barracks: an option for the Brazilian military? ". *Third World Quarterly*, 7, 1, January, 63-77.

Black, Jan Knippers

1980. "The military and political decompression in Brazil". *Armed Forces and Society*, 6, Summer, 625-638.

Costa, Vanda Maria Ribeiro

1984. "Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de trinta". Cpdoc, mimeo.

1985. "A Escola Superior de Guerra e a Nova República". Cpdoc, mimeo.

Carvalho, José Murilo de

1968. "On the belief system of the Brazilian military". Departamento de Ciência Política da UFMG, mimeo.

1970. "Organizational roles, belief system and military politics in Brazil". Departamento de Ciência Política da UFMG, mimeo.

1974. "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, 1, UFMG, março.

1982. "Armed forces and politics in Brazil, 1930-1945". *The Hispanic American Historical Review*, 62 (2), 193-223.

1983. "Forças Armadas e Política, 1930-1945". *In A Revolução de 30. Seminário Internacional.* Brasília, Editora Universidade de Brasília, 109-187.

Coelho, Edmundo Campos

1976. *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Debert, Guita G.

1984. "O nacionalismo na Escola Superior de Guerra". VIII Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, 24-26 de outubro.

Dreifuss, René Armand.

1984. *A conceituação esguiana de Soberania e a identificação dos fatores de soberania nacional.* VIII Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, 24-26 de outubro.

——— e Otávio Soares Dulci

1983. "As Forças Armadas e a política". *In* Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (org.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64.* São Paulo, Brasiliense, 87-117.

Ferreira, Oliveiros S.

1969. "La geopolitica y el ejército brasileño". *Aportes*, 12, abril, 111-132.

Forjaz, Maria Cecília Spina
1983. "A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo". *Revista de Administração de Empresas, 23* (2), abril-junho, 5-15.

Góes, Walder de
1984. "O novo regime militar no Brasil". *Dados,* 27 (3), 361-375.

Hahner, June E.
1966. Brazilian Civilian-Military Relations, 1889-1891. *Latin American Studies Program Dissertation Series,* n. 2, Ithaca, Cornell University.

Hilton, Stanley E.
1982. "The armed forces and industrialists in modern Brazil: the drive for military autonomy (1889-1954)". *The Hispanic American Historical Review,* 62 (4), November, 629-673.

Hinson, Jr., William Jefferson
1978. "The Military Regime of Brazil: Historical and Ideological Factors". Submitted to professor Kenneth Maxwell in partial fulfillment of the requirements for the Master of Arts Degree in History at Columbia University of New York City.

Keith, Henry H. e Robert A. Hayes (eds)
1976. *Perspectives on Armed Forces in Brazil.* Tempe, Arizona State University.

Manor, Paul
1978. "Factions et idéologie dans l'armée brésilienne: nationalistes et libéraux (1946-1951)". *Révue d'Histoire Moderne et Contemporaine,* 557-586.

Manwaring, M.
1968. "The Military in Brazilian Politics". Ph. D. Dissertation, Political Science Department, University of Illinois.

Markoff, John e Silvio R. Duncan Baretta
1985. "Professional ideology and military activism in Brazil: critique of a thesis of Alfred Stepan." *Comparative Politics, 17 (2), January, 175-191.*

McCahn, Jr., Frank D.
1979. "Origins of the new professionalism of the Brazilian military". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs,* 21, November, 505-522.

McCahn, Jr., Frank D.
1980. "The Brazilian army and the problem of mission, 1939-1964". *Journal of Latin American Studies,* 12 (1), May, 107-126.
1983. "A influência estrangeira e o Exército brasileiro, 1905-1945". *In A Revolução de 30. Seminário Internacional.* Brasília, Editora Universidade de Brasília, 213-246.
1984. "The formative period of twenty-century Brazilian army thought, 1900-1922". *The Hispanic American Historical Review, 64* (4), 737-765.

Miyamoto, Shiguenoli
1984. "Escola Superior de Guerra: uma reavaliação (versão preliminar)". VIII Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, 24-26 de outubro.

Nunn, Frederick M.
1972. "Military professionalism and professional militarism in Brazil, 1870-1970: historical perspectives and political implications." *Latin American Studies, 4* (1), 29-54.

Oliveira, Eliezer Rizzo de
1976. "As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil, 1964-1969". Petrópolis, Vozes.

Peixoto, Antonio Carlos
1980a. "Armée et politique au Brésil: une critique des modéles d'interprétation". *In* Alain Rouquié (sous la direction de) *Les Partis Militaires au Brésil*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 25-39.
1980b. "Le Clube Militar et les affrontements au sein des Forces Armées (1945-1964)". *In* Alain Rouquié (sous la direction de) *Les Partis Militaires au Brésil*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 65-104.

Rouquié, Alain
1980. "Les processus politiques dans les partis militaires au Brésil: stratégie de recherche et dynamique institucionelle". In Alain Rouquié (sous la direction de), *Les Partis Militaires au Brésil.* Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 9-20.

Schneider, Ronald M.
1982. "The Brazilian military in politics". *In* Robert Wesson (ed), *New Military Politics in Latin America*. New York, Praeger Publisher, 51-77.

Schulz, John
1974. "O Exército e o Império". In Sérgio Buarque de Holanda (dir), *História Geral da Civilização Brasileira,* vol. II, O Brasil Monárquico. São Paulo: Difel/Difusão Editorial, 233-258.

Simmons, C.
1957. "The rise of the Brazilian military class, 1870-1890". *Mid-America,* XXXIX, October, 227-238.

Stepan, Alfred C.
1971. *The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil.* Princeton: Princeton University Press.
1973. "The new professionalism of internal warfare and military role expansion." *In* Alfred C. Stepan (ed), *Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future.* New Haven, Yale University Press, 47-65.
1983. "O que estão pensando os militares". *Novos Estudos Cebrap,* 2 (2), julho, 2-7.

Torres, João Camilo Oliveira
1966. "As Forças Armadas como força política". *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* janeiro, 39-41.

Os Mistérios da Caixa Preta: Mecanismos de Participação na Política de Ciência e Tecnologia

Sadi Dal-Rosso e
João Gabriel Lima Cruz Teixeira

Introdução

A eleição de um presidente civil, após mais de 20 anos de regime militar, é um marco inconfundível no processo de liberalização. As condições sociais que tornaram possível essa transição negociada e impuseram uma barreira e transformações mais profundas – como por exemplo, o não estabelecimento das eleições diretas – repercutirão inexoravelmente sobre todo o tecido social. É lícito, pois, supor que essa onda liberalizante atinja também a estruturação de ciência e tecnologia.

Em duro contraste com o quadro positivo da esfera política, estamos imersos numa profunda crise econômica e social que ameaça dilapidar considerável parte do patrimônio social, representado pelas universidades públicas e sua estrutura de pesquisa, e conduz à diminuição dos recursos destinados ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Não é admissível sob qualquer pretexto a subtração dos recursos que deveriam ser aplicados na educação e na pesquisa e sua transferência para outras esferas, como subsídio ao setor exportador e a cobertura de buracos provenientes de golpes financeiros. Nem é admissível que se empregue o argumento da crise econômica para sustar o passo em direção a transformações necessárias na forma de fazer e implementar a política de ciência e tecnologia.

Inventariamos neste artigo os mecanismos de participação da comunidade científica na política de ciência e tecnologia, no Brasil; e tentamos uma avaliação restrita aos mecanismos específicos de participação da parcela daquela comunidade ligada à Universidade pública.

A elaboração de um trabalho desta ordem requer a conjugação de vários elementos informativos. Foi necessário recuperar a estrutura das agências que se dedicam à política de ciência e tecnologia e, mais que isso, captar e avaliar seu desempenho concreto em situações determinadas. Sobre tal mapeamento da situação e sobre os gargalos identificados no seu funcionamento, procurou-se também examinar propostas alternativas.

Muitos dos problemas que detectamos quanto à questão de participação da sociedade científica na política da ciência e tecnologia não recebem encaminhamento satisfatório. Mas nosso trabalho visa igualmente trazer à luz questões, mesmo que não resolvidas. Ademais, é nossa plena convicção que, no caso das relações políticas, a correlação das forças sociais que têm a ver com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia joga um papel fundamental na definição da forma histórica que prevalece. As formas históricas vão-se impondo acima e apesar das elaborações intelectuais.

O momento político é muito propício ao levantamento dos problemas. Só nos resta espe-

rar que seja igualmente propício à sua resolução.[1]

Mecanismos de participação na elaboração da política brasileira de ciência e tecnologia

1. As formas de organização da política de ciência e tecnologia.

Se examinarmos a experiência brasileira de construção da política de ciência e tecnologia, podemos divisar três formas de constituição do planejamento. Tais formas não perfazem integralmente as fases que descrevem o processo brasileiro em sua sucessão, porquanto é possível que as encontremos coexistindo no tempo, só que em setores distintos do planejamento ou da execução da política. A coexistência se explica pela possibilidade de certas variantes de funcionamento, certos espaços criados e ocupados por agentes com visão e princípios democráticos dentro de uma estrutura centralizada. Mas este fator seria de pouca relevância, não fossem as reivindicações dos grupos sociais interessados. Como resposta a estas demandas podemos ter espaços que se democratizam ou iniciativas da burocracia como movimentos absorvedores das demandas, mas de fundo cooptativo.

Ao estabelecer as formas gerais pelas quais se constituiu uma política, queremos privilegiar o nível da integração da comunidade científica nessa constituição.

1.1 A forma burocrática

A forma burocrática presidiu a constituição formal da política de ciência e tecnologia no Brasil. O planejamento foi restrito ao circuito interno da burocracia do Estado, concentrando-se nos seus mais altos escalões. Foram acionadas todas as instituições pertecentes ao sistema para encaminharem os projetos de pesquisas, o que não significa, em hipótese alguma, que essas instituições foram convocadas a decidir. Comitê ou comissões de assessores podem ser formados para executar tarefas específicas mas necessárias (levantamento de dados, redação de textos) à constituição do plano.

A forma burocrática se nutre da centralização das decisões. Ou, como afirma insuspeitavelmente, Schwartzman, na sua forma tecnocrática ela:

> "está mais próxima da noção weberiana da autoridade carismática do que da racional. Em termos mais simples: num sistema de dominação tecnocrática uns poucos comandam e os outros obedecem. Os que comandam utilizam os sinais externos que os qualificam para sua tarefa; usam o jargão correto e a parafernália técnica, falam com o tom esperado e exibem as credenciais apropriadas a suas assertivas. Os que obedecem não podem compreender ou julgar o que eles estão fazendo, mas aprenderam o significado dos sinais exteriores, e confiam".[2]

Esse formato exclui a participação de qualquer segmento da sociedade, inclusive da comunidade científica, das decisões sobre política de ciência e tecnologia. Quanto ao planejamento, cabe à comunidade científica e à sociedade um papel passivo, conquanto seja imprescindível a participação desta (comunidade científica) na execução. Por isso, a forma burocrática centralizada se torna funcional para os modelos classistas de desenvolvimento.

A forma burocrática centralizada depende da existência de um regime político, no mínimo, com alta concentração de poderes na mão do executivo e, no geral, de uma forma totalmente autoritária ou ditatorial de sistema político.

O exemplo mais cabal da forma burocrática centralizada é dado pela elaboração dos I e II PBDCT'S: ambos foram elaborados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e em colaboração com os demais ministérios, sem qualquer participação de representantes da comunidade científica.

1.2 A forma da participação cooptada

A forma burocrática pode ceder algum espaço e admitir certa participação do primeiro círculo de interessados na política de ciência e tecnologia que é a comunidade científica. A forma cooptativa é essencialmente centralizada, embora exibindo uma tênue legitimação frente à comunidade que desenvolve no quotidiano a pesquisa científica. Tal legitimação é buscada mediante a inclusão de alguns representantes da comunidade acadêmica nos mais distintos níveis de planejamento e execução da política de ciência e tecnologia.

A forma cooptativa integra representantes da comunidade acadêmica nos altos escalões de decisão da política de ciência e tecnologia, pinçando-os dentre a comunidade. Este gesto de pinçar, por mais amparado que seja em argumentos defensáveis sob o ponto de vista acadê-

mico e reputação entre os pares, confere ao dito representante a legalidade da lei, do estatuto ou do regimento, não porém a legitimidade advinda da indicação dos pares. Desta forma, facilmente os pretensos representantes se transformam em "quase funcionários das instituições, ao assumir os pontos de vista da burocracia que os indicou, esquecendo-se de sua posição de representantes da comunidade ou das associações científicas".[3]

Esta expressão da cooptação se verifica essencialmente na composição dos conselhos superiores de várias agências de fomento à ciência, à pesquisa e à formação de recursos humanos. Na composição destes conselhos, coexistem a representação cativa (cargos natos) de certas instituições e os representantes da comunidade. Estes últimos são invariavelmente escolhidos e nomeados pelo presidente da república ou ministros de estado.[4]

A cooptação não se restringe aos níveis superiores da hierarquia. Níveis inferiores de decisão dentro das instituições do sistema de ciência e tecnologia têm feito uso, sistematicamente, da cooptação da comunidade científica nos organismos de execução da política de ciência e tecnologia, por força de indicação ou escolha final dos próprios organismos burocráticos. Participam membros da comunidade acadêmica e científica, mas carecem de representatividade e legitimidade que lhe é conferida pela indicação das bases.

Casos de participação cooptativa nos níveis intermediários de decisão são freqüentes. Eles conferem à agência de financiamento um certo respaldo da comunidade, necessário para que perante ela se legitime.

1.3 A forma democrática

Ocasionalmente encontramos, num meio em que predomina a cooptação ou o centralismo burocrático, instâncias que buscam uma forma democrática de participação. A criação de espaços onde é possível desenvolver níveis de participação maior da comunidade não resulta do acaso. Trata-se da ação deliberada de certos agentes à frente de postos decisórios ou executivos que respondem a demandas da comunidade. Por outro lado, resulta da força de muitos segmentos sociais que reivindicam níveis mais profundos de participação nas decisões dos organismos da política da ciência e tecnologia. Esta ação dos grupos sociais diretamente interessados na política de ciência e tecnologia apresenta resultados concretos positivos e é essencial que possa ser recuperada num contexto em que predominam as formas burocrática e cooptativa.

A forma participativa supõe o envolvimento da sociedade ou, pelo menos, dos segmentos diretamente relacionados com ciência e tecnologia, na formulação da política, na vigilância da execução e na avaliação dos resultados. A forma de envolvimento é crucial porque estabelece como está repartido o poder entre grupos sociais. A forma do envolvimento condiciona também o produto, isto é, a política, uma vez que pode estabelecer fins e meios próprios.

A forma de envolvimento é o critério que preliminarmente permite distinguir entre a participação cooptativa e a democrática. Nos dois casos, verifica-se a participação de comunidade. No modelo de cooptação, a burocracia integra alguns cientistas e pesquisadores no sistema, conferindo-lhes a legalidade própria deste. Nesta integração, o mecanismo de escolha dos membros que participam é a indicação, a nomeação pelo executivo.

A forma democrática de participação supõe, como princípio, que a representação de qualquer segmento da sociedade na formulação da política de ciência e tecnologia, busque, como fonte de legitimidade, a decisão dos pares. A fonte de qualquer representação reside na capacidade decisória das bases. Os mecanismos válidos e legítimos para a representação são aqueles que possibilitam a expressão autônoma e livre da coletividade. Esse é, essencialmente, o voto direto.

O modelo teórico construído não tem aplicação imediata, nem para descrição histórica de um processo geral da definição da política de ciência e tecnologia, nem para a caracterização completa da situação concreta. O modelo serve, antes, como marco de referência em relação ao qual analisamos criticamente uma experiência histórica, avaliamos os bloqueios à democratização e descrevemos alternativas para ação.

Do centralismo burocrático à participação cooptativa: descrição de uma trajetória

O planejamento no Brasil está associado ao período de autoritarismo pós-golpe de 1964. Sob o autoritarismo, intensificam-se as ações de Ciência e Tecnologia e tenta-se montar uma política global para a área. A gênese dessa política radicou-se basicamente na sua importância como força motora do desenvolvimento[5] para os objetivos do modelo de acumulação. Em outras palavras, visualizava-se a necessidade de estruturar um setor dinâmico de ciência e tecno-

logia que pudesse abastecer, em algum momento no tempo, a demanda dos setores produtivos e dos serviços.[6]

Nesse momento autoritário da política brasileira, a definição da política de ciência e tecnologia ocorreu sob a forma tipicamente centralizada burocrática. Esta é a marca inconfundível do I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – I PBDCT, que se estende indubitavelmente no segundo.

O I PBDCT resulta de uma agregação dos projetos de ministérios, empresas, universidades, institutos, emoldurados por uma capa de planejamento central. Tal agregação não implicou que se estabelecessem formas de integração da comunidade de pesquisa na política. Uma comissão composta de representantes institucionais dos ministérios, desenhou o plano básico de ciência e tecnologia. Parte de um sistema autoritário, o plano nem se dá ao luxo de buscar formas mínimas de legitimidade perante a sociedade. Sua legitimidade provém do apoio das forças políticas que substentavam o bloco do poder.

Em razão de sua forma de constituição, os primeiros planos básicos de ciência e tecnologia elaboram uma política cujos frutos vinham cair nas mãos das forças sociais de sustentação do regime, isto é, em favor do grande capital nacional e internacional. O I PBDCT, por exemplo, está composto de várias áreas prioritárias: energia, indústria, transporte, infra-estrutura, agricultura e, sequer menciona áreas sociais. Tal omissão não pode ser atribuída à inadvertência ou limitação da equipe de redação, por óbvio. Trata-se antes de uma valoração, de uma política com finalidade e limites explícitos.

De forma semelhante à exclusão das áreas sociais, inúmeras outras questões receberam tratamento contraditório. Por exemplo, no discurso do Ministro Reis Velloso já aludido, está patente a consciência da oposição entre a geração de tecnologia nacional e a importação de tecnologia. Como o plano básico destinava-se a acomodar os interesses do capital nacional e internacional, ele abre as portas para a importação do tecnologia.

O II PBDCT levas as mesmas marcas do centralismo burocrático do primeiro, atinge um maior nível de integração no planejamento e constitui o grande veículo a respaldar a política energética de implantação de usinas atômicas (acordo Brasil-Alemanha).

Exemplo ainda da forma burocrática centralizada de definição da política de Ciência e Tecnologia é dado pelo 1.º Plano Nacional de Pós-Graduação-PNPG, elaborado pelo extinto Conselho Nacional de Pós-Graduação.

A pertinência de analisar a forma burocrática-centralizada, mais que mera descrição histórica, resulta das implicações posteriores da estrutura que então se montou. A esta época e, portanto, sob a ótica autoritária, estrutura-se (ou reorganiza-se, no caso de agências ou setores pré-existentes), todo o sistema nacional de ciência e tecnologia. A estrutura do sistema nacional foi moldada "à imagem e semelhança" da forma burocrática-central, isto é, pelos princípios que a definem. Tal estrutura subsiste quase que sem modificações até o dia de hoje.

Quais são os vícios mais nocivos introduzidos no sistema gerado?

A hipertrofia dos poderes centralizados nas mãos dos agentes executivos em detrimento dos colegiados deliberativos superiores ou inferiores, é a característica principal. Agências como CNPq e CAPES, centrais no sistema nacional de Ciência e Tecnologia, são compostas de um nível executivo, representado pelo seu presidente e/ou diretor e outro normativo, e deliberativo, representado pelos conselhos colegiados. O executivo tem influência na composição dos colegiados e com isso armazena igual ou maior capacidade deliberativa do que os conselhos, valendo-se deles como órgão assessores. Tal estrutura organizacional funciona como colegiado somente se o executivo quiser, mas não por força das normas internas ou do organograma institucional,

A hipertrofia de poderes nas instâncias executivas das agências resulta como reflexo da forma como se distribui o poder ao nível da sociedade global: o executivo, todo-poderoso, e o legislativo, privado de seus poderes deliberativos.

A comunidade acadêmica já alcançou algum grau de consciência sobre essa concentração de poderes e reivindica alterações dos estatutos. Proposta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC e Associação Brasileira de Ciências – ABC,[7] secundadas por inúmeras outras sociedades científicas, aponta para a democratização da composição dos colegiados. Conquanto verdadeira a crítica da não representatividade dos delegados não eleitos da comunidade, a nosso ver, a democratização das agências requer também, a redistribuição de poderes entre as instâncias deliberativa e executiva. Sem que este ponto seja alterado, as propostas de crescente democratização da composição do conselho ficam comprometidas, uma vez que os conselhos deliberativos eleitos não disporiam de poderes em suas mãos e terminariam "decidin-

do sobre poeira"[8] ou referendando os planos preparados pelas instâncias executivas.

Como o antecedente que estabelecemos, a proposta da SBPC e associações científicas sobre a democratização dos conselhos do CNPq e Finep constitui uma referência inicial apreciável. Porque um segundo vício original da estrutura das agências de ciência e tecnologia provém exatamente da composição não representativa dos órgãos colegiados superiores.

Os órgão colegiados deliberativos superiores, como os do CNPq e CAPES, apresentam uma composição mista de delegados institucionais e representantes da comunidade. Os delegados institucionais representam instituições (ministérios, outras agências do sistema), afins à área de atuação da agência em pauta. A delegação institucional goza de cadeira cativa estatutária ou regimental, podendo variar a pessoa delegada. Já os representantes da comunidade são indivíduos que satisfazem certos critérios e que são designados como representantes por autoridades de quem as nomeia, presidente da República, ministro de Estado, governador, secretário estadual.

Esta forma de composição burocrático-centralizada dos colegiados superiores padece de, pelo menos, dois problemas sérios. O mais grave é o da representatividade dos pretensos representantes da comunidade nos colegiados deliberativos. Donde sua legitimidade? O estatuto ou regime que define as composições apenas confere o grau de legalidade previsto, nunca, porém, a legitimidade da escolha eletiva *inter pares*. Para os que argumentam a respeito de uma legitimidade construída *a posteriori*, no fato da efetiva atuação, respondemos que nada substitui a legitimidade conferida pela decisão da comunidade em instâncias próprias.

O segundo problema desta forma de composição dos colegiados superiores está no peso relativo da participação dos delegados institucionais e dos representantes da comunidade. A participação de 50% seguramente não é critério suficiente nem necessário. Quanto mais se busca um modelo de atuação democrática, mais deverá preponderar a participação dos representantes da comunidade sobre os delegados institucionais.

Órgãos colegiados intermediários ou inferiores de caráter deliberativo e que contam com a participação da comunidade, em grande medida, não estão previstos nos estatutos das agências. Mais recentemente, entretanto, começam a estruturar-se, com definição de funções e competências.

A constituição dos órgãos deliberativos intermediários e inferiores (e por estes entendemos os comitês ou as comissões de consultores científicos, os colegiados de coordenadores de programa e outros colegiados *ad hoc)*, grosso modo, corresponde a uma situação em que o modelo burocrático-centralizador começa a ser substituído por outro modelo que chamamos de participativo-cooptativo. Mas a intensa experimentação, por força de demandas da comunidade e por deliberada ação de atores, tem dado ocasião para algumas formas democratizadas.

Muito se poderia discutir sobre as condições que permitiriam superar em parte a forma burocrática central pela participativa-cooptativa. Mas, seguramente, não se poderão deixar de lado desta análise as transformações globais no sentido de uma ampliação dos espaços de liberalização da política de sociedade e, como decorrência e causa do anterior, as lutas das organizações sociais para fazer com que suas vozes fossem ouvidas e respeitadas. Ninguém pode negar que uma organização como a SBPC constituiu um importante instrumento de reivindicação e crítica. Não dispondo de mecanismos adequados de defesa ante tais críticas, nem de meios de legitimação frente à comunidade, a qual por princípio, deveria servir, a agência de ciência e tecnologia desde já muda de postura e passa a absorver as reivindicações, criando formas cooptativas em praticamente todas as instâncias de administração.

A participação-cooptada é predominante hoje, no sistema de ciência e tecnologia. Ocorre que uma estrutura tão eivada de laivos autoritários e centralizadores como o sistema de ciência e tecnologia, por sua própria força, não gera formas mais participativas que a cooptação: pode não constituir obstáculos intransponíveis à participação democrática. É sobre estes espaços e interstícios que germinam os experimentos democráticos.

O II PBDCT e o II PNPG e o PADCT constituem, no geral, exemplos de como opera a cooptação de entidades e indivíduos representantes da comunidade.

Por suposto, o principal vício da representação cooptada está na falta de legitimidade entre os pares. Dela decorrem outros defeitos sérios como a perpetuação de certas pessoas em postos por anos a fio ou sua manutenção em postos assemelháveis da mesma agência congênere. A não rotatividade enseja seguramente ocasião para o clientelismo, o compadrio ou personalismo. Uma vez que os vínculos com as bases são ex-

tremamente tênues, quando existentes, a representação cooptada passa progressivamente a desvincular-se dos compromissos intrínsecos com quem representa, a assumir e defender as posições das agências diante das quais deveria representar a comunidade. A falta de mecanismos de cobrança e fiscalização magnifica a probalidade desses erros.

A indicação dos problemas resultantes do cerceamento à participação livre e autônoma da comunidade estabelece por si própria uma agenda de transformações.

A forma de participação democrática na política científica e tecnológica é ainda embrionária. Mas é importante que seja destacado pelo menos um exemplo em que se procura atingir um processo mais democrático para indicar as dificuldades de sua implementação. A singularização deste exemplo não implica que não existam outras tentativas válidas, nem que a liberalização seja um princípio da agência citada. Para a escolha da presidência das comissões de consultores científicos, a Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação da CAPES estipulou uma forma que possibilita participação mais ampla que os mecanismos convencionais. A Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação instigou para que a formação da lista de até seis candidatos ao cargo fosse composta mediante indicação dos centros de pós-graduação. As indicações pelos centros resultaram numa lista de nomes com maior grau de respaldo das bases.

Este mesmo exemplo, que serve para ilustrar um avanço no processo de representação, revela três graves senões no mecanismo. O primeiro é o processo indireto. A lista de nomes que resulta das indicações dos centros é submetida a outra instância decisória que não às bases (no caso, o Conselho Deliberativo da CAPES, cuja composição resulta de um processo totalmente indireto). Em segundo lugar, no seio da Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação, a própria coordenadoria e os ex-presidentes das comissões detêm algum poder de modificação de lista, particularmente no que tange à ordenação seqüencial dos nomes. Finalmente, não se tem um termômetro para avaliar em que medida a indicação de nomes, feita pelos centros de pós-graduação é resultado da vontade do coordenador, de um deliberação dos coletivos do centro ou de outra forma qualquer.

O conceito de democratização até aqui empregado tem um forte conotação formal. Na próxima seção, será aprofundado o significado mais substantivo da expressão.

Por ora, basta que indiquemos bloqueios de ordem social ao avanço da democratização das instituições. Um sério limite ao aprofundamento das formas participativas democráticas provém da comunidade. A capacidade de organização das categorias científicas em entidades representativas é, em muitos casos, deficiente e noutros padece de frágil mobilização, de modo que a própria capacidade de reivindicação, de modo e de fiscalização é limitada. Ora, não existem direitos por concessão. Concessões geram formas cooptadas. Somente, através do ganho da consciência e da mobilização, a ação dos agentes e das entidades poderá gerar maiores espaços democráticos.

A universidade, a crise e a participação

Tendo feito um exercício conceitual e uma incursão pela experiência brasileira, chegamos à seção que se refere ao papel da universidade na política de ciência e tecnologia.

A universidade sempre constituiu um marco na produção da ciência e da tecnologia no Brasil. Universidades, institutos autônomos de pesquisa, centros de pesquisas das empresas, fundações de planejamento e pesquisa, bem como outras instituições ligadas diretamente aos ministérios e secretarias estaduais, além de pesquisadores individuais, compõem as principais unidades produtoras da pesquisa no Brasil. O desenvolvimento e o desempenho de cada uma destas unidades é bastante díspare.[9]

Por exemplo, os primeiros PBDCTs, dão uma ênfase muito grande à criação de uma estrutura de pesquisa, dentro das empresas estatais e de institutos autônomos de pesquisas.[10] Essa estrutura de pesquisa responde a determinadas políticas de desenvolvimento setorial, por exemplo, na indústria aeronaútica, energética ou bélica e, ainda, às necessidades da acumulação.

Funcionando bem ou mal, a montagem dessa estrutura de pesquisa, fora da universidade, gera um fato em si. É fonte de poder. Pelos avanços que possa propiciar é ainda fonte de prestígio. Está, em parte, preservada das crises financeiras, em que a universidade é constantemente mergulhada. E dá início a uma divisão do trabalho, em que se busca alocar à universidade a tarefa precípua de formação de recursos humanos.

A universidade cresceu enormemente com os desenvolvimentos da política de ciência e tecnologia. Testemunha disso é a expansão do sistema de pós-graduação que chega a contar

hoje com 1.115 programas sob acompanhamento e avaliação da CAPES.[11]

A expansão dos cursos de pós-graduação e a implantação de laboratórios de pesquisa dentro das universidades não corresponderam a um papel igualmente crescente das universidades na definição da política de ciência e tecnologia. Podemos até dizer que o espaço ocupado na definição da política é irrisório comparativamente ao seu desempenho na pesquisa, especialmente a básica.[12]

3.1 A universidade e a pós-graduação

O sistema de pós-graduação depende da universidade em sua grande maioria. No período de institucionalização e consolidação desse sistema, criaram-se mecanismos de conexão entre os centros que conduzem os cursos de pós-graduação e as agências coordenadoras da política.

As formas de integração em implementação envolvem a participação dos coordenadores em reuniões de avaliação e participação dos membros dos centros de pós-graduação, em comissões de assessores científicos, em visitas de avaliação, e acompanhamento em outros programas e em outras formas eventuais.[13]

Dessa forma, já existem mecanismos de ligação que conduzem as demandas das bases até os órgãos de coordenação e vice-versa. Não se pode negar que a instauração desses mecanismos constitua um avanço sobre a forma burocratizada de tempos atrás.

A efetiva democratização proporcionada por estes mecanismos depende de alguns pressupostos: que as reivindicações apresentadas pelos programas provenham como resultado da deliberação coletiva das bases pertinentes; que a representação de tais demandas se assuma como representante das bases frente aos organismos coordenadores e não se considere como parte do organismo de coordenação da política e que a coordenação responda positivamente às demandas.

O pressuposto da deliberação coletiva não se esgota em si mesmo.[14] Requer o estabelecimento de critérios que sirvam de parâmetros e guias para ação. Tais critérios são extrínsecos, isto é, superiores ao próprio colegiado que delibera. A qualidade extrínseca do meio imediato do grupo, ultrapassando-o no sentido da sociedade que garante os recursos para o funcionamento da universidade, é um requisito necessário para superar a noção corporativa, na qual o critério último da decisão se limita a um acerto, de acordo com seus interesses, entre os componentes que deliberam.

Os critérios básicos provêm do caráter da própria instituição universitária pública, que visa ensinar bem, pesquisar bem e servir à sociedade. Somente eles conferirão a legitimidade (no sentido público de sua substância) necessária e suficiente às demandas coletivas.[5]

Seria leviano afirmar que todos esses pressupostos sejam implementados integralmente hoje em dia. Sua não efetivação constitui uma boa medida dos avanços que precisam ser feitos para atingir uma democratização dos mecanismos de participação.

Não se pode negar que a instauração dos mecanismos participativos descritos constitua um avanço considerável sobre a forma burocratizada superior, a despeito do que a implementação dos mecanismos seja tentativa ainda em grande parte. É notório que não constem da estrutura formal, aprovada por decreto governamental ou ministerial, tais mecanismos participativos, alguns dos quais são descritos por um entrevistado como o "motor do sistema", muito mais do que as instâncias formalmente previstas nos estatutos e regimentos.

3.2 Universidade e pesquisa

A universidade ocupa posição extremamente relevante na realização de pesquisa no contexto da política de pesquisa nacional. Por mais precária que seja sua infra-estrutura de pesquisa (bibliotecas, laboratórios, serviços de documentação e computação, equipamentos e material de apoio), ainda assim a universidade é responsável por grande parte da produção científica deste país, com base no esforço individual e de grupos pesquisadores. Esta realidade não tem sido suficiente para garantir-lhes mais recursos e melhores condições de pesquisa.[16] Pelo contrário, o descalabro da crise que atinge a universidade brasileira faz-nos supor uma deliberada política governamental de sucateamento de toda essa estrutura de pesquisa pública.

A participação da comunidade de pesquisadores, cientistas e tecnólogos que trabalha nas universidades precisa ser analisada sob dois níveis: interno à universidade e na relação com as agências de financiamento e coordenação.

Raras são as universidades, se é que existe alguma, que possuem e se guiam por uma política explícita de pesquisa. Isso não significa afirmar que as universidades sejam desprovidas de um quadro institucional, normativo e controlador das pesquisas feitas individualmente ou em grupo. Tais instâncias existem e, salvo honrosas

exceções, funcionam em sua plenitude burocrática: ao invés de abrirem a discussão sobre uma política geral de pesquisa e servirem de função-meio para as atividades-fim, agem como se fossem cartórios para registro de informação ou *bureaus* de cobrança da taxa de *over-head* que confiscam.

Sob tal pragmatismo cartorial e confiscador, foi lucro para os pesquisadores e seus grupos não estarem submetidos a uma política global de pesquisa das universidades, uma vez que tais unidades burocráticas adotariam posturas centralizadas, autoritárias e repressoras (ao nível ideológico, especialmente), semelhantes às do sistema de que fazem parte. Teria sido terrível para a pesquisa na Universidade de Brasília, por exemplo, se a administração conseguisse impor uma política global de pesquisa, nestes últimos anos de autoritarismo. A julgar pela ideologia educacional e política das autoridades universitárias, a implementação de uma política global teria subjugado a descoordenação existente e com ela os espaços e graus de liberdade que, paradoxalmente, possibilita ao pesquisador tornar-se elaborador do pensamento crítico.

Se chamarmos de política de pesquisa o estado da coisa – o que fazer e as condições existentes nas universidades – a tal política seria definida e implementada por pesquisadores e grupos de pesquisa. Esta prática pode estar ou não submetida às deliberações dos coletivos (departamentos, institutos, centros, faculdades) e aos critérios qualitativos da pesquisa e do caráter público da instituição universitária.[17]

A indefinição de uma política de pesquisa na universidade aparentemente cria espaços igualitários para todos os pesquisadores. Tal prática tende a favorecer aquelas pessoas ou grupos que possuam melhores condições, quer de títulos, quer de posição acadêmica, para se valer dos recursos do programa de pesquisa. Assim a prática da indefinição política conduz ao benefício daqueles que possuam credenciais frente a outros menos favorecidos. E isto não pode ser entendido como um procedimento democrático.

A profunda crise atual impôs à estrutura de pesquisa das universidades condições aviltantes: por um lado, ameaça transformar em sucata parte da estrutura física e de equipamentos que se deterioram sob a falta de recursos de manutenção. Impensável se torna o propósito da necessária modernização e expansão dessa estrutura, para atender aos avanços da ciência e da tecnologia. A deterioração das condições de trabalho dos pesquisadores, sob o violento arrocho salarial e a proibição de contratação de pessoal, composta com a absoluta falta de verbas das universidade, induzem à desintegração dos grupos de pesquisa ou ao recurso a práticas não condizentes com o caráter público das universidades. Na busca de contornar o arrocho salarial, os professores abandonam a dedicação exclusiva à universidade e à pesquisa, ou ambos ao mesmo tempo, em favor de empregos que remunerem melhor ou que complementem os baixos salários. Outros pesquisadores assumem a tarefa de busca de recursos e agenciamento de pesquisa. Sob tais condições, criam-se canais paralelos de estrutura de poder próprio, independentes ou acima dos organismos institucionais e das deliberações coletivas. Diante disso, os critérios que deveriam normatizar a busca e realização das pesquisas são relaxados em favor de uma competição mercantil desvairada. Daí, o passo para usar a instituição pública para fins pessoais ou privados é curto e, nesse momento, o caráter público da instituição não faz mais sentido e a universidade, enquanto instituição voltada para as necessidades da sociedade e a ela submetida, pode deixar de existir.

A se aprofundar o impacto da crise sobre a universidade, tais conseqüências negativas serão magnificadas e se transformarão em tendências dominantes. Por isso, impõe-se a ampliação do volume de recursos para a universidade e a construção de uma efetiva política de pesquisa, mediante a participação democrática da comunidade de professores e pesquisadores. Esta é também condição *sine qua non* para que não se complete o processo de dissociação da universidade da tarefa de pesquisa, o que começou a se dar mais palpavelmente com a criação de uma estrutura paralela de pesquisa, particularmente nas empresas estatais e nos institutos autônomos de pesquisa.

3.3 *Participação nas agências de fomento à pesquisa*

Internamente as universidades não desenvolvem políticas orgânicas de pesquisa. Desta forma, o espaço é coberto por uma postura de *laissez-faire*, que se aplica antes à prática da realização da pesquisa que à inexistência de instâncias cartoriais de controle de pesquisa. Diante disso, não se pode falar de participação na política de ciência e tecnologia, simplesmente porque política inexiste e sim apenas, uma prática de ciência e tecnologia.

O incentivo por parte do Estado à pesquisa, mediante a criação de uma estrutura de meios,

agências e unidades de pesquisa e mediante dotações orçamentárias, ainda que modestas frente à realidade de outros países, esboçou-se na tentativa de montagem de uma política de ciência e tecnologia. Desde a origem desse sistema, no final da década de 60, a universidade não tinha recursos garantidos, através de seu orçamento interno, para o desenvolvimento e realização da pesquisa. A crise atual apenas acentua uma característica (não previsão de recursos para pesquisa nos orçamentos das universidades) que a antecedem no tempo.

Ao integrar o processo de crescimento da pesquisa e não dispondo de dotações orçamentárias internas, a universidade foi obrigada a sair à cata de recursos. Fê-lo não institucionalmente, como já demonstramos, e sim mediante iniciativa de pesquisadores ou grupos de pesquisadores.

Dessa forma, a participação da comunidade acadêmica na política de ciência e tecnologia deu-se fundamentalmente pela via de cooptação, conforme conceituamos anteriormente, a saber: pela absorção de pesquisadores renomados e de cunho internacional na estrutura burocrática da decisão sobre política de ciência e tecnologia, sobre dotações de pesquisa, bolsa de estudos, programas etc.

A própria comunidade científica compreendeu de imediato os ardis da estratégia de cooptação. Tal estratégia de integração, tanto quanto possível, simplesmente legitimava as decisões da burocracia e fortalecia as decisões do bloco do poder quanto ao que efetivamente esperava da política de ciência e tecnologia.[18]

Por outro lado, abrem-se flancos infinitos para formas de decisão política e absorção dos recursos cujo controle não se enraíza nas decisões coletivas. Diante da não existência de controles, por mais isentos e imparciais que tentem ser os juízes, o corporativismo institucional ou profissional, o clientelismo nos seus mais diversos graus de intensidade e outras formas de interesses subreptícios, são tentação constante.

A ação de setores da comunidade científica terminou repercutindo e abrindo alguns espaços limitados nas agências, mas tais espaços são mediatizados pelas sociedades científicas e não pelas instituições universitárias.[19]

Os nomes dos representantes das sociedades nos comitês do CNPq são inicialmente propostos por elas. A forma de indicação vai desde a via eletiva pelos participantes das assembléias por ocasião dos encontros periódicos até a pura e simples indicação pelo presidente da sociedade sem qualquer mecanismo de consulta. Mas a escolha final depende de uma decisão de instâncias burocráticas internas às agências, sob critérios de representação regional, institucional etc. Já indicamos os problemas inerentes a esta forma em outro lugar deste trabalho.

Nas instâncias intermediárias do CNPq, a participação da comunidade científica, técnica ou empresarial vai ficando mais centralizada e menos representativa das bases. Assim, por exemplo, os 13 membros representantes da sociedade na Comissão de Coordenação Técnico-Científica – CCTC, que tem por competência decisão sobre amplas esferas da política de ciência e tecnologia (programas de fomento, estrutura e organização interna e medidas de natureza geral no âmbito do CNPq), são designadas pelo presidente do CNPq. Embora com mandato limitado em dois anos, renovável uma vez, representam nomes de confiança da presidência.[20] Ora, isto significa estender o controle do executivo sobre os chamados colegiados, o que, em última instância, conforma a centralização dos poderes.

As instâncias efetivamente colegiadas, cuja composição admite formas de participação da comunidade científica, além de terem o caráter de órgão de assessoria, têm por competência "sugerir critérios e procedimentos adotados pelo CNPq, na concessão de bolsas e auxílios", como no caso da Comissão de Coordenadores dos Comitês Assessores – CCCA, ou "prestar assessoria na formulação de políticas em áreas de sua competência e na apreciação das solicitações de apoio à pesquisa e à formação de recursos", como no caso dos Comitês Assessores.[21]

Tais procedimentos enquadram-se na forma que convencionamos denominar de participação-cooptada, ou seja, chama-se a participação da comunidade, mas restringe-se-lhe a capacidade de escolha dos representantes e de decisão política (suas atribuições e esfera de competência). A avaliação da área de zoologia capta este problema com lucidez ímpar:

> "A principal crítica feita pelos zoólogos sobre a atividades do CNPq é a falta de acesso dos pesquisadores aos níveis de planejamento e de decisão. A única participação, extremamente limitada, é na composição dos comitês assessores. Acha-se falta de um orçamento plurianual detalhado, preparado com assessoria da classe científica de conhecimento de todos os interessados e executando com fidelidade e regularidade, acima dos caprichos e inspirações dos administradores do dia".[22]

Em instância superior a todas as agências do SNDCT, paira o Conselho de Ciência e Tecnologia em cuja composição são previstos 15 membros das comunidades científica, tecnológica e empresarial, num total de 31 membros, havendo, portanto, 16 membros natos. Este conselho ao qual é atribuída a competência máxima em política de ciência e tecnologia, ou seja "elaborar a proposta do PBDCT e desdobrá-la a níveis de programas e projetos"[23] não tem qualquer participação da comunidade na indicação de seus representantes. A nomeação daqueles 25 nomes é feita diretamente pelo presidente da República.

Sob o ponto de vista formal e real, inexistem canais efetivos através dos quais a comunidade possa fazer-se representar na instância deliberativa máxima do sistema de ciência e tecnologia. Portanto, nada indica que suas demandas, reivindicações e propostas venham ter interferência alguma na definição da política; aliás, não só da comunidade científica como também de quaiquer outras instâncias que tenham interesses em ciência e tecnologia, a não ser a burocracia do Estado e sua *entourage*.[24]

O presidencialismo centralizador do SNDCT e suas agências e suas mazelas difundiram-se, como modelo, para as instâncias estaduais, especialmente aquelas criadas posteriormente à conformação do sistema nacional. Emerge, em todo o país, uma estrutura estadual de pesquisa carregada dos mesmos vícios da matriz nacional.[25]

Exceção notável provém de sistemas estaduais de antiga constituição. A FAPESP, que é a agência executora da política de ciência e tecnologia do Estado de São Paulo, tem, na sua instância máxima, o Conselho Superior da Fundação. Conforme determinado pela Lei Orgânica n.º 5.918 de 18.10.60 no seu artigo 7.º, os seis membros do Conselho são indicados dentre listas tríplices apresentadas pelas universidades e institutos de ensino superior do Estado de São Paulo. Trata-se, portanto, de um mecanismo de participação da comunidade, mesmo que débil.

Em qualquer proposta de transformação das atuais estruturas no sentido de democratizar seu acesso e gestão, é preciso levar em conta um dado essencial: a participação relativa da CAPES e do CNPq no total do orçamento do sistema é bastante reduzida.[26] A parte do leão não passa por estas agências. Um processo de transformação democrática precisa estender-se a todas as partes componentes do sistema. Doutra forma, estará apenas vendendo ilusões.

Alternativas: é chegada a hora de romper a caixa preta

Até este ponto o artigo inventariou criticamente a situação em que se encontra o sistema nacional de ciência e tecnologia, as possibilidades que oferece e os limites que impõe à participação da sociedade. Desta análise, impõe-se a conclusão de que predominam as formas burocráticas e cooptativas. Em exame mais detalhado da universidade, sua estrutura interna de pesquisa e pós-graduação, bem como sua relação com as agências de ciência e tecnologia, conduzem à idêntica conclusão, além de denunciar um processo internacional de sucateamento da estrutura de ensino e pesquisa.

Pretendemos, doravante, avançar na direção de propostas alternativas. Foge à nossa intenção e capacidade oferecer um mapa abrangente da gama de propostas que circulam pelo meio acadêmico e científico e pelos movimentos diretamente empenhados na luta pela transformação da universidade. Não há razão que convença a catalogar propostas isoladas neste ensaio. Preferimos optar por desenvolver pressupostos subjacentes às diversas críticas feitas no decorrer do trabalho, organizando-os em torno de dois eixos. Um refere-se ao processo formal de democratização das agências do sistema; outro, às transformações qualitativas que tal processo requer.

Sobrarão, é certo, inúmeras questões a serem resolvidas teoricamente. Mas, acima de tudo, restarão desafios à capacidade de mobilização e inventividade dos grupos sociais.

4.1 *Participação e representação*

A política de ciência e tecnologia, no que tange ao seu papel no progresso e desenvolvimento do país, compete ao Congresso Nacional, onde estão representados, em tese, os principais segmentos sociais.

A partir dessa definição da política global de ciência e tecnologia, como política de desenvolvimento, poderá ser revista toda a estrutura do sistema. Nesse campo, propostas de alteração estrutural apontam na direção de um organismo supraministerial, ligado diretamente à Presidência da República.

Para atingir os objetivos da democratização, uma forma de organização precisa atender a critérios que sobrepassam a transformação estrutural formal. Doutra maneira, a mudança estrutural simplesmente reforçará o burocratismo centralizado ou cooptativo hoje vigente.

É inevitável, pois, que se criem organismos que garantam a efetiva participação dos segmentos sociais interessados na política de ciência e tecnologia. Tal participação pode dar-se mediante via representativa. Supõe-se para o representante uma delegação de competência por parte das bases representadas. Este é seu ponto de legitimidade e suporte.

Em sua proposta para a universidade brasileira, a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES advoga a eleição direta para os cargos diretivos:[27]

> "os cargos de direção, em todos os níveis, serão preenchidos por docentes eleitos em eleições diretas e secretas, que assegurem *também a participação dos estudantes e funcionários*, em proporção definida pelo conjunto da Universidade. Tal processo de escolha dos dirigentes universitários deverá esgotar-se no âmbito da própria universidade",[28] E justifica a proposta com o argumento de que "O exercício da cidadania no interior da comunidade universitária constitui um dos pilares da prática pedagógica que viabiliza o debate crítico assentado no pluralismo e na diversidade, que é a razão de ser mesmo da instituição universitária."[29]

A efetiva democratização de uma estrutura não se limita à forma de escolha dos representantes da sociedade, vai bem além dela, pois requer que tenham capacidade (poder) de decisão sobre os problemas fundamentais. Os colegiados representativos, dotados de competência real, constituem a alternativa para a hipertrofia do executivo e o presidencialismo centralizado.

As competências das diversas agências, das suas divisões internas e de seus cargos executivos e deliberativos são estabelecidas pelos estatutos e regimentos dessas instituições. A democratização de tais instâncias não acontecerá sem que sejam revistos os instrumentos normativos. "Somente uma reformulação profunda dos atuais estatutos e regimentos poderá garantir uma participação plena nas decisões pelos diversos segmentos . . ."[30]

4.2 *Democracia e qualidade*

A democratização da representação e deliberação em ciência e tecnologia tem em vista alcançar determinado objetivo para o conjunto da sociedade.

Nos anos do arbítrio, uma concepção classista de política de ciência e tecnologia prevaleceu *na burocracia e teve como implicação atrelar* todo o esforço do desenvolvimento científico e tecnológico ao processo de acumulação de capital, do qual apenas reduzidos segmentos da burguesia se beneficiaram. Dentro da universidade, os defensores de tal concepção tentaram atrelar a instituição universitária ao serviço das empresas do grande capital. É bem verdade que seu sucesso nesse empreendimento foi limitado. Mas a tentativa não deixou de produzir marcas profundas na universidade, ao cortar os liames que a **vincularam** ao serviços de todos os segmentos da sociedade, e não apenas à classe burguesa.

A democratização formal das estruturas tem em vista, em nossa proposta, o desenvolvimento *da ciência e tecnologia e a apropriação dos seus* frutos, como bem público, social. A democratização do sistema deve levar à superação da concepção da apropriação dos resultados do desenvolvimento da ciência e tecnologia exclusivamente por segmentos da classe capitalista, em favor de uma concepção pluralista do desenvolvimento científico e tecnológico. O princípio de que o desenvolvimento de ciência e tecnologia, feito com recursos públicos, é bem público e, portanto, deve ser colocado a serviço do conjunto da sociedade, em particular dos deserdados do sistema, é um critério basilar para o estabelecimento de uma política de ciência e tecnologia. Desta maneira, a democratização real completa os mecanismos de um processo formal *de representação*.

A democratização do sistema de ciência e tecnologia nessa linha de concepção que estamos propondo é deferido em vários documentos institucionais. Documento da Superintendência de Desenvolvimento Científico do CNPq, estabelece: "a integração do desenvolvimento social e do desenvolvimento científico e tecnológico, implica na prévia opção pela democratização e descentralização do poder político, bem como, pela mudança do modelo econômico . . ."[31]

Documento do Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras reivindica: "é fundamental que o país tenha uma política tecnológica explícita que expresse seu compromisso com *a sociedade brasileira, respeitando as peculiaridades* regionais e tendo como pressupostos a autonomia, a geração interna de tecnologia. Esta política (. . .) deve também *contemplar a distribuição* dos benefícios gerados na utilização de novas tecnologias."[32]

E apresenta, mais adiante, sugestões para atingir tais objetivos: "deve haver uma democra-

tização dos processo de elaboração e tomada de decisões na política de ciência e tecnologia, proporcionando maior participação da sociedade e da comunidade."[33]

A ANDES, ao propor um padrão de qualidade para a universidade brasileira, guia-se pelo princípio do ensino público e gratuito, ao afirmar:

> "Entendendo que a educação em todos os níveis é um direito público e dever do Estado, impõe-se uma reestruturação legal em todas as instâncias, que permita viabilizar materialmente a ampliação da rede pública ao mesmo tempo em que se mantém o ensino gratuito. Tal viabilização pressupõe dotações orçamentárias progressivas do governo federal, e também dos governos estaduais e municipais."[34]

A possibilidade de transformações mais profundas na estrutura do sistema de ciência e tecnologia depende de condições intrínsecas à comunidade técnico-científica. Internamente, as demandas tendem a transformar-se em ações políticas efetivas à medida em que os pesquisadores se organizam em associações e com isso, estabelecem meios políticos para consecução dos objetivos. Externamente, depende da capacidade de pressão dos grupos de pesquisadores, cientistas e seus aliados, frente àqueles segmentos sociais que pretendem a manutenção do *status quo* e o aprofundamento da apropriação dos resultados dos avanços em ciência e tecnologia.

A correlação das forças sociais em termos da questão de ciência e tecnologia abrange quase que a totalidade das forças envolvidas no processo de desenvolvimento. Esta realidade tem como efeito estabelecer limites às possibilidades de transformação. Mas o quadro de correlação das forças sociais é estimulante para a busca de transformações formais e estruturais e mesmo para aquelas que tendem a mudar o curso da política de ciência e tecnologia. Mas a efetiva democratização exige a mudança de curso. Nesse terreno, mais que na adoção de formas de participação, travar-se-ão os principais enfrentamentos.

Notas

1. Cabe informar que a redação deste trabalho foi concluída em fevereiro de 1985.

2. Simon Schwartzman, *Ciência, Universidade e Ideologia: a Política do Conhecimento*, Rio, Zahar, 1981.

3. Declaração de um membro da comunidade científica em entrevista aos autores.

4. Cabe notar a exceção na composição do Conselho Deliberativo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

5. A propósito, ver o discurso introdutório do Ministro Reis Velloso por ocasião do lançamento do I PBDCT.

6. Fábio S. Erber, Política Científica e Tecnológica no Brasil, Rio, Finep, s/d.

7. Referimo-nos especialmente à Proposta de Alteração dos Estatutos do CNPq e da FINEP, de outubro de 1963.

8. Declaração de um membro da comunidade científica em entrevista aos autores.

9. Ver a respeito os dados contidos em Simon Schwartzman, "Coming Full Circle: For a Reappraisal of University Research", *Série Estudos*, n.º 31, Iuperj, 1984.

10. O I PBDCT previa o fortalecimento institucional e financeiro, numa primeira seleção, das seguintes instituições de pesquisa: Instituto Nacional de Tecnologia; Instituto Nacional de Propriedade Industrial; Instituto Nacional de Pesos e Medidas; EMBRAPA (inclusive institutos regionais de pesquisas agropecuárias); Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico do Exército (inclusive os institutos sob sua coordenação); Instituto de Pesquisa da Marinha, Centro Técnico Aeroespacial; Institu-

tos vinculados ao CNPq (INPE, IMPA, INPA, IBBD); Centros de Pós-Graduação do MEC e Fundação Oswaldo Cruz. I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – 1973/1974, Presidência da República, Seplan, 1973, p. 9.

11. O banco de dados da CAPES registra 1.115 cursos de mestrado e/ou doutorado, sendo que, em 1984, foram avaliados 357 cursos (254 mestrados e 103 doutorados) . . . Em síntese observa-se que 56% dos cursos analisados estão desenvolvendo adequadamente as atividades básicas de pós-graduação, ou seja, ensino, pesquisa e orientação de dissertações/teses". *In Dois Pontos*, n.º 14, nov-dez de 1984, SESU, MEC, p.4.

12. A esse respeito Schwartzman acrescenta: Like many countries, Scientific Research in Brazil is heavily concentrated in universities or, more generaly, linked with the higher education system. Historically, it is known that higher education institutions have not provided researchers with the best possible enviroment and support. Today, research is heavily concentrated in a few major universities while most of the country's higher education system does carry any research worth mentionig". Simon Schwartzman, "Coming Full Circle . . .", *op. cit.*, p. 6.

13. Ver as "Notas sobre Avaliação da Pós-Graduação", de agosto de 1982, da Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação – CCA da CAPES. De forma semelhante ver as "Reflexões e Propostas para a Fundação de uma Nova Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico" da Superintendência de Desenvolvimento Científico do CNPq, de novembro de 1984.

14. Eunice Durham explicita outros mecanismos de desenvolvimento da Universidade, quando afirma: "Precisamos começar a propor formas efetivas de revitalização do ensino e da pesquisa e que são as condições substantivas básicas às quais a democratização interna deve servir. Devemos explicar para que queremos a democracia.Ver Eunice Durham "A Crise da Democracia na Universidade", *in Ciência Hoje*, Vol. 3, n.º 13, jul./ago., 19.

15. Ver a este respeito a Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira, Brasília, mimeo, julho de 1982.

16. O leitor é novamente referido a Simon Schwartzman para os dados que evidenciam esta realidade. Ver "Coming Full Circle . . .", *op. cit.*

17. Renato P. Danigno descreve: "em algumas universidades brasileiras, e a Unicamp é um bom exemplo, os convênios são hoje uma parte importante do quotidiano, os professores desempenham mais tarefas de pesquisa utilizando material adquirido com financiamento externo, freqüentemente com troca de complementações salariais, também provenientes de financiamento. Os alunos de pós-graduação, mantidos com bolsas, desenvolvem mais teses em temas onde existe um esforço de pesquisa mantido por um aporte financeiro externo; os funcionários administrativos auxiliam a fazer andar a pesada máquina burocrática que torna os convênios possíveis (ou quase impossíveis); os técnicos assumem as tarefas mais pesadas e/ou rotineiras, e os estudantes de pós-graduação recebem aulas, cujo conteúdo e material empregado são fortemente determinados pelos convênios em que a Universidade participa. A Universidade, como um todo, descarrega parte da despesa resultante de seu funcionamento na receita oriunda desses convênios". Danigno, "A Pesquisa Científica e Tecnológica na Universidade Brasileira: Balanços e Perspectivas", Brasília, CNPq, s/d, mimeo, p. 20.

18. É exemplar a constatação de que o I PBDCT ignora totalmente a existência das Ciências Humanas e o II PBDCT as integram apenas ao nível de formação de recursos humanos e não ao nível de pesquisa.

19. Este fato tipifica o alheamento da instituição universitária em relação à pesquisa. O mesmo não é valido sobre a participação de professores e pesquisadores.

20. Veja-se a propósito, *Origens e Perspectivas*, 4.ª Edição, Brasília, Seplan – CNPq, 1984, p. 38.

21. *Idem.*

22. Ver *Avaliação e Perspectivas, Sinopse,* Vol. 2, Brasília, CNPq, 1982, p. 117.

23. Ver Origens e Perspectivas . . . *op. cit.*, p. 37.

24. Exemplo desse procedimento está na criação do PADCT.

25. A título de exemplo, temos a composição do Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ceará (CEDCT). Entre 10 membros, este conselho prevê lugar apenas para dois representantes da comunidade técnico-científica. Veja-se *Ciência e Tecnologia, o SNDCT e o SEDCT,* Governo do Estado do Ceará, Secretaria de Planejamento e Coordenação, p. 48.

26. Ver alguns dados em Simon Schwartzman, "Coming Full Circle . . .", *op. cit.*, Tabela 3.

27. A SBPC prevê eleições indiretas em lista de nomes, na base de 5 nomes por cargo, submetida à Presidência da República, para preencher os cargos do Conselho Científico e Tecnológico (CCP), e do Conselho Superior de Pesquisa (CSP). A eleição de uma lista, a nosso ver, compromete a desburocratização, porque desvincula o representante de suas bases e favorece o surgimento de lealdades para com quem o nomeia. Referimo-nos ao Artigo "C" da "Proposta de Alteração dos Estatutos do CNPq e FINEP" elaborado pela SBPC, subscrita por 19 associações científicas e aprovada por outras 14 entidades de cunho acadêmico-científico.

28. ANDES-Conselho Nacional, Propostas das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira, mimeo, julho de 1982, pp. 18 e 19.

29. *Idem,* p. 13

30. *Idem,* p. 12.

31. Documento aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento Científico do CNPq, em 26.11.84, p. 5.

32. Ver "Política Científica e Tecnológica nas Universidades Brasileiras", *Estudos e Debates,* n.º 10, CRUB, s/d.

33. *Idem,* p. 154.

34. ANDES – Conselho Nacional, Propostas das . . ., *op. cit.*, p. 12.

Bibliografia

ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior)
1984. A Universidade em Debate (O Público e o Privado, o Poder e o Saber), ANDES/Marco Zero, Rio de Janeiro.

ANDES Conselho Nacional
1982. Propostas das Associações Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira, mimeo, julho.

CAA/CAPES
1982. Notas sobre a Avaliação da Pós-Graduação, Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação (CAA). Brasília, mimeo, agosto.

CAPES/MEC/SESu
s/d. CAPES, Objetivos e Atividades. Brasília, s/data.

CAPES/MEC/SESu
1982. "A Nova Estrutura da CAPES". *In CAPES Informa*, v. 4, n.º 1, janeiro.

CNPq/Coordenação de Política Científica e Tecnológica
1983. A Experiência Brasileira na Montagem de Centros de Ensino e Pesquisa em Política Científica e Tecnológica, mimeo, Brasília, agosto.

CNPq
s/d. Relatório de Atividades, 1975/1982. Brasília.

Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB
Estudos e Debates n.º 10 (Política Científica e Tecnológica nas Universidades Brasileiras, Encontros Regionais e Nacional).

Dagnino, Renato P.
s/d. A Pesquisa Científica e Tecnológica na Universidade Brasileira: Balanço e Perspectivas. CNPq/Centro de Informação sobre Política Científica e Tecnológica. Brasília, mimeo.

Durhan, Eunice R.
1984. "A Crise da Democracia na Universidade". *In Ciência Hoje*, Vol. 3 n.º 13, jul./ago.

Erber, Fábio S.
s/d. Política Científica e Tecnológica no Brasil. Uma Revisão da Literatura. Finep, Rio de Janeiro.

Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
1984. Publicação do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Indústria, Comércio e Tecnologia.

FAPESP
1960. Lei Orgânica n.º 5.918 de 18 de outubro de 1960.

FAPESP
1984. Relatório das Atividades para 1983. São Paulo.

Giannotti, José Arthur
1984. "A Universidade e a Crise". *In Novos Estudos CEBRAP*, n.º 10, outubro.

MEC/ SESu
1984. *Dois Pontos*, n.º 14, novembro e dezembro (publicação periódica da Secretaria de Educação Superior do MEC).

MEC/SESu/CAPES
1982/83. II Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), 2.ª Edição, Brasília.

MEC/Conselho Nacional de Pós-Graduação
1977. Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), 2.ª Edição, Brasília.

Presidência da República: PBDCT
1973. Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico 1973/1974, junho.

Presidência da República: PBDCT
1976. II PBDCT: II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Presidência da República/Secretaria de Planejamento
1980/85. III PBDCT: II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Schwartzman, Simon
1981. *Ciência, Universidade e Ideologia, A Política do Conhecimento,* Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Schwartzman, Simon
1984. "Coming Full Circle: For a Reappraisal of University Research", IUPERJ *Série Estudos,* n.º 31, setembro.

SBPC
1983. *Proposta de Alteração dos Estatutos do CNPq e da FINEP (Participação da Comunidade no Processo Decisório de Ciência e Tecnologia).* São Paulo, mimeo, outubro.

SBPC
1984. Carta ao Senhor Presidente da República sobre o PADCT, data de 14 de dezembro. (SBPC – 736/Dir.).

SDC/CNPq
1984. Reflexões e Propostas para a Formulação de uma Nova Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Visão da Superintendência de Desenvolvimento Científico). Documento aprovado pela Subcomissão de Desenvolvimento Científico em 26 de novembro.

SEPLAN/CNPq
1984. *CNPq: Origens e Perspectivas.* 4.ª Edição, Brasília.

SEPLAN/CNPq
1982. Avaliação e Perspectivas, Vol. 1/Sinopse, Brasília.

Universidade Federal do Ceará
1983. Para Onde Vai a Universidade Brasileira? (Simpósio organizado e realizado pela Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, nos dias 28 e 29 de outubro de 1982), Fortaleza.

Pela Eliminação da Estrutura Corporativa da Educação Superior Brasileira*

Simon Schwartzman

I – A Persistência do Sistema Corporativo

A Reforma Universitária introduzida pela Lei 5.540, de 1968, alterou profundamente o funcionamento interno das Instituições de Ensino Superior no Brasil, mas deixou intacta a estrutura de controle centralizada e corporativa estabelecida no Estado Novo. As principais características desta estrutura corporativa são as seguintes:

a) O sistema de ensino superior é controlado pelo Conselho Federal de Educação – CFE, organismo formado por 24 membros nomeados pelo Presidente da República com mandato de seis anos, com funções deliberativas, de fiscalização e assessoramento ao Presidente da República em questões de natureza pedagógica e educativa para todos os níveis educacionais. Este Conselho tem atribuições para controlar a educação superior do país em seus detalhes, desde a fixação de currículos mínimos e autorização para o funcionamento de cursos, à aprovação de estatutos de universidades, relatórios anuais de estabelecimentos de ensino e fixação de números de vagas de cursos superiores. Muitos destes atos dependem de homologação ministerial, que na maioria das vezes é meramente formal. As atribuições atuais do CFE estão definidas pela Lei de Diretrizes e Bases, de 1961, sendo ainda ampliadas pela legislação da Reforma Universitária de 1968.

b) As profissões de nível superior seriam controladas por Conselhos Federais autarquias públicas sujeitas à supervisão do Ministério do Trabalho. A atual subordinação dos Conselhos ao Ministério é definida pelos dispositivos do Decreto-Lei 200, de 1967, referentes à supervisão ministerial, e reforçada pelo Decreto-Lei 968, de 1969. Estes dispositivos legais consolidam, por sua vez, a tradição da década de 30 que buscava atribuir a cada profissão uma fatia legalmente definida do mercado de trabalho e uma organização corporativa de fiscalização profissional sob controle ministerial. Só a atividade jurídica escapa deste controle, através da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB que cumpre as funções dos conselhos das demais profissões.

c) O vínculo entre o sistema educacional e o mercado de trabalho seria garantido pelos currículos mínimos dos cursos superiores, que são fixados pelo Conselho Federal de Educação. Idealmente, os currículos mínimos deveriam assegurar aos formados a educação requerida para o exercício das diversas profissões. Os currícu-

---

* Texto apresentado para discussão à Comissão Nacional de Reformulação do Ensino Superior, em setembro de 1985. Este texto se beneficiou de comentários recebidos dentro e fora da Comissão, mas, no atual formato, expressa tão somente a opinião do autor.

los mínimos deveriam garantir, ainda, a equivalência nacional dos títulos de nível superior, e a possibilidade de transferência de alunos entre universidades em diversos pontos do país.

II – A Crise do Sistema Corporativo

Existe hoje bastante consenso na sociedade brasileira com respeito a inadequação do sistema corporativo com o qual temos convivido nos últimos 50 anos. Seus pontos mais críticos são os seguintes:

a) Os controles formais exercidos pelo Conselho Federal de Educação não dão garantia alguma quanto à qualidade dos cursos que autoriza ou reconhece. Na prática, o CFE funciona, principalmente, como um grande cartório da educação superior brasileira, atribuindo validade e equivalência legal a rituais educativos e diplomas de qualidade desconhecida.

b) As funções de acompanhamento e fiscalização, que a lei atribui ao CFE, praticamente nunca são cumpridas, a não ser em casos extremos. Em parte, isto ocorre pelas próprias limitações do CFE, que não tem estrutura adequada para a supervisão efetiva de um sistema de ensino superior das dimensões do que existe atualmente no Brasil. Mais profundamente, no entanto, a ausência de fiscalização se explica pela ausência de pressões sobre o CFE para que esta função seja exercida. Historicamente, o CFE tem sido extremamente receptivo às demandas do setor privado da educação superior brasileira, que em sua maior parte não tem primado pela preocupação com a excelência.

c) A noção de que o mercado de trabalho deva ser organizado por profissões legalmente definidas e fiscalizadas por corporações profissionais na forma de autarquias públicas é, obviamente, incompatível com a crescente complexidade da dinâmica da sociedade brasileira atual. Na prática, podem ser apontados os seguintes problemas:

– a principal função dos Conselhos Profissionais, que seria a do controle da qualidade e do comportamento ético de seus membros, tem sido abandonada em benefício da defesa dos monopólios profissionais das diferentes categorias. Como, na prática, é impossível estabelecer uma divisão "natural" de funções entre, por exemplo, engenheiros e arquitetos, farmacêuticos e bioquímicos, psiquiatrias e psicólogos, o que termina prevalescendo é a luta política entre as diferentes categorias pela definição legal de seus privilégios;

– a monopolização das oportunidades de trabalho em nome da formação profissional estimula a criação de cursos e diplomas sem conteúdo cognitivo e técnico que realmente os justifiquem. Além disto, discrimina do mercado de trabalho pessoas qualificadas, mas que não passaram pelo ritual educacional requerido. A conseqüência é a proliferação de cursos superiores, diplomas e "semi-profissões" de conteúdo cognitivo e profissional duvidosos, formalmente supervisionados pelo CFE e respectivos Conselhos Profissionais;

– o monopólio do controle profissional exercido pelos Conselhos, sob supervisão ministerial, é diretamente responsável pelo abandono da preocupação pela qualidade em detrimento da defesa de privilégios profissionais, na medida em que impede a existência de padrões de qualidade competitivos no sistema profissional e educacional do país;

– em última análise, a profissionalização excessiva termina por se reverter contra os próprios formados. O setor privado foge tanto quanto possível do diploma legal, procurando contratar pessoas cuja competência profissional possa avaliar diretamente, e cujos direitos e funções possam ser fixados caso a caso. Em um mercado de trabalho competitivo, os profissionais que se cercam de supostos privilégios legais terminam, freqüentemente, preteridos.

d) As funções benéficas atribuídas aos currículos mínimos legais se monstraram inexistentes, com efeito:

– os currículos mínimos, quando definidos em termos muito gerais, são freqüentemente burlados, não existindo qualquer garantia de que o que é ensinado sob determinado rótulo corresponda, de fato, ao desejado pelo legislador. Definir os currículos em termos mais precisos, por outro lado, como programas ou ementas detalhadas, significaria eliminar a autonomia universitária, impondo às universidades a impossibilidade de adaptar seu ensino a novas correntes, idéias e orientações;

– à equivalência formal estabelecida pelos currículos mínimos não corresponde, de fato, equivalência de competência entre os formados pelos diversos estabelecimentos de ensino superior no país. No entanto, a equivalência legal por eles estabelecida impede que as diferenças efetivas sejam percebidas pela sociedade;

– a disputa entre as diversas corporações profissionais por pedaços do mercado de trabalho leva à ampliação dos currículos mínimos, que em muitos casos são hoje currículos plenos, impedindo qualquer flexibilidade às universidades e aos alunos na organização de seus cursos.

– Na prática, os currículos mínimos têm um papel danoso, principalmente pela falsa noção que transmitem de que, uma vez cumpridos, a competência profissional e legal dos formados estará estabelecida e garantida. Uma vez suprimido este equívoco, haveria, então, espaço para a implantação de sistemas efetivos de avaliação e credenciamento profissional;

e) Seria um equívoco supor que todos estes problemas resultam, simplesmente, da aplicação inadequada das leis, e que seriam solucionados pelo reforço dos mecanismos de controle e supervisão hoje existentes. A necessidade de uma reformulação profunda desta estrutura corporativa se justifica, pelo menos, pelas seguintes razões:

– a tentativa dos legisladores de impor a todo o país a mesma qualidade do ensino superior entrou em choque com as grandes desigualdades que o país apresenta, e que o atual sistema de credenciamento *a priori* de cursos e supervisão pelo Conselho Federal de Educação não reconhece. Na prática, o não reconhecimento formal das desigualdades reais leva ao abastardamento dos padrões, e à transformação de processos efetivos de avaliação por mecanismos cartoriais de registro e autorização. A solução para este problema não é, evidentemente, desistir da busca de padrões de excelência, mas substituir os mecanismos de autorização *a priori* por processos contínuos de aferição e acompanhamento, com a participação das comunidades interessadas;

– a tentativa de organizar o mercado de trabalho pela divisão em monopólios profissionais, baseados em diplomas obtidos em estabelecimentos de ensino, deu bons resultados aparentes (ainda que de valor social discutível) enquanto se ampliava, no país, o mercado de trabalho para pessoal de nível superior. Atualmente, no entanto, sua principal conseqüência é a ampliação progressiva de um exército de desempregados de nível superior, frustrados pelos anos perdidos em cursos ritualizados e inúteis, na busca de privilégios profissionais garantidos por lei, mas negados pela realidade econômica. É importante assinalar que esta tendência não é apenas brasileira, mas mundial. Mesmo nos países mais desenvolvidos há mais formados em cursos superiores do que empregos "adequados", o que vem provocando um grande e penoso ajuste de seus sistemas de ensino superior às novas realidades;

– qualquer definição *a priori* de profissões e currículos acadêmicos está condenada a ser rapidamente superada pela dinâmica do mercado de trabalho e da própria evolução dos conhecimentos. O formato corporativo vigente estimula a formação pseudo-especializada e a obtenção de diplomas estanques, em detrimento da educação polivalente que é a mais adequada para um mercado de trabalho em rápido transformação. A única maneira de reverter esta situação é dar às instituições de ensino superior ampla liberdade para estabelecer novos currículos educacionais, livres da tutela de Conselhos federais e profissionais.

III – Por uma nova estrutura para a Educação Superior

A estrutura corporativa não poderia ser, simplesmente, substituída por um sistema de mercado em que ficassem totalmente liberados o ensino e o exercício profissional, sem nenhuma forma de supervisão e controle. O Estado não pode abandonar sua responsabilidade em prover educação, e por isto deve ter mecanismos de acompanhamento de sua qualidade e desempenho; as profissões devem ter sistemas de auto-controle e regulação, que funcionem como critérios de qualidade para o público que contrata os serviços dos profissionais.

No entanto, seria de toda conveniência que o Estado abandonasse sua tradicional postura monopolista e controladora e a substituísse por mecanismos que estimulassem a competição, a criatividade e, sobretudo, a informação disponível a respeito do que ocorre efetivamente com o ensino superior e o mercado profissional no país. Na prática, os seguintes objetivos deveriam ser buscados:

– desvincular o ensino dos títulos profissionais. O ensino é função das instituições de ensino; a titulação, para eventuais efeitos legais ou de visibilidade pública, deve ser função das associações profissionais, que necessitam estabelecer mecanismos próprios e independentes de aferição de competência;

– desvincular o ensino da prova. As provas de conhecimentos são, em parte, elementos do próprio processo pedagógico. Mas elas exercem também um papel de certificação pública de conhecimentos, e para que isto se efetive realmente, é necessário que elas sejam feitas de forma independente e comparáveis de uma a outra região do país, ou de um a outro momento no tempo. É por isto que, além das verificações de conhecimento de rotina, seria importante que fossem criados sistemas de "exame de estado" ou das associações profissionais que avaliassem a competência terminal dos formados;

– desvincular a formação do exercício pro-

fissional. O credenciamento para o exercício profissional, quando isto for estritamente necessário, não pode depender do formalismo de cursos e currículos mínimos, mas ser aferido diretamente por provas de competência e conhecimentos. A atual situação discrimina o auto-didata, e, sobretudo, os estrangeiros e brasileiros formados no exterior, que sofrem entraves burocráticos inadmissíveis à plena utilização profissional de seus conhecimentos.

Estas mudanças de postura exigiriam pelo menos as seguintes medidas:

a) Transformação dos atuais Conselhos Profissionais de autarquias em associações voluntárias e privadas. Tais Conselhos teriam autonomia para estabelecer seus próprios critérios de filiação, e poderiam existir, em princípio, Conselhos competitivos dentro das mesmas categorias profissionais. Esta transformação significaria reconhecer, na prática, a importância crescente das associações científicas e profissionais que hoje existem, e que têm condições de assumir, progressivamente, as funções que os Conselhos hoje desempenham.

b) Transformação profunda do Conselho Federal de Educação. No seu formato atual, o CFE tem uma participação minoritária de membros oriundos das universidades, ainda que sua atuação se exerça principalmente sobre o ensino superior, já que os de nível médio e primário são de atribuição estadual e municipal, na maioria dos casos. Além do mais, as indicações dos membros do Conselho não obedecem a critérios explícitos, o que diminui muito sua legitimidade junto à comunidade científica. Uma vez transformado em sua estrutura, o Conselho deveria ter suas funções e responsabilidades profundamente alteradas. Esta transformação deveria incluir pelo menos os seguintes itens:

– dotá-lo, no que se refere ao ensino superior, de uma estrutura de Conselho inter-universitário. O processo de nomeação de seus membros deveria ser alterado, deixando de ser de livre indicação do Presidente da República, e passando a ser condicionado a listas elaboradas pelas universidades e associações científicas do país. A participação do representantes de outros setores da sociedade – indústrias, sindicatos – deveria ser também contemplada. Haveria que examinar a conveniência de deixar as atuais atribuições do CFE relativas ao ensino primário e secundário para um outro conselho especializado, com funções a serem estabelecidas. Transformações semelhantes deveriam afetar os Conselhos Estaduais;

– atribuição, ao Conselho assim reformulado, de novas funções. As atuais funções deliberativas de rotina seriam ou dispensadas, ou transferidas para o Ministério da Educação. As principais funções do novo Conselho deveriam ser (1) propiciar a implantação de sistemas de acompanhamento contínuo e substantivo de desempenho do ensino superior, com a participação ativa dos setores interessados em cada área profissional e de conhecimento; (2) opinar sobre as propostas orçamentarias das universidades e estabelecimentos de ensino superior; e (3) propor políticas de longo alcance para a educação superior do país;

c) Reforço da autonomia universitárias, pela eliminação da obrigatoriedade dos currículos mínimos. A autorização para a criação de novos estabelecimentos de ensino poderia ficar a cargo da Secretaria de Ensino Superior, do Ministério da Educação; a fixação de eventuais currículos mínimos ficaria a critério dos Conselhos Profissionais autônomos, e as universidades teriam liberdade para se adequar ou não aos currículos propostos. Os Conselhos profissionais poderiam, também, dar sua chancela a determinados cursos e realizar exames de qualificação para os formados que desejam a eles se filiar. Sem a tutela ministerial, seria possível e salutar que surgissem Conselhos profissionais competitivos, introduzindo competição salutar no atual sistema de monopólios.

d) Transformação dos atuais diplomas universitários em documentos declaratórios dos títulos dados pelas respectivas instituições de ensino, sem valor legal próprio, e sem necessidade, portanto, de registro. A habilitação profissional seria requerida somente para as profissões cujo exercício implique responsabilidade social nítida, e seria outorgada pelos respectivos conselhos profissionais; para os demais, o trabalho seria livre.

e) Exigência de mandatos universitários para o funcionamento de estabelecimentos de ensino superior isolado. Isto significa que estes estabelecimentos ficariam vinculados a uma universidade próxima, que teria, entre outras, a função de verificar o conhecimento efetivo dos formados por estes estabelecimentos isolados. Outra forma possível de controle destes estabelecimentos seria através de exames feitos diretamente pelos Conselhos profissionais.

f) Ao Ministério da Educação e ao Novo Conselho caberia, cada vez mais, estimular a circulação de informações sobre o sistema educacional do país, de tal maneira que decisões da sociedade sobre carreiras, emprego de profissionais etc., passassem a se basear em dados reais, e não

em títulos formais. Caberia ao Ministério, também, estimular as iniciativas de maior relevância e qualidade, e fortalecer as iniciativas que se mostrarem promissoras.

IV – Conclusões

A adoação das medidas sugeridas acima significaria, de fato, uma revolução profunda no ensino superior brasileiro, que a reforma de 1968 não logrou. Ela teria, entre outras, as seguintes conseqüências: a autonomia universitária seria mantida e consolidada; as instituições de ensino passariam a ser cobradas pela qualidade de seu desempenho; haveria estímulo à inovação, iniciativa e liderança no sistema educacional; haveria um ajuste mais adequado entre o ensino e o mercado de trabalho; profissões fictícias desapareceriam com mais rapidez, novas carreiras poderiam ser criadas, os diplomados e não diplomados teriam mais liberdade de trabalho. Com isto, haveria menos frustação no sistema de ensino superior do país, e melhora real de seu desempenho.

A implantação destas reformas requer um grande empenho político por parte do governo, já que a atual situação gerou fortes interesses criados e resistentes a qualquer mudança mais significativa. É possível que estas idéias ganhem impulso se a futura Assembléia Constituinte consagrar, pelo menos, o princípio da liberdade de associação profissional, da plena autonomia universitária e da liberdade do trabalho.

Manifesto em Defesa da Universidade Pública*

A Transição Democrática e a Universidade como Instituição

Estamos assitindo ao fim do ciclo autoritário que durante 20 anos presidiu à modernização da sociedade brasileira, dela exigindo alto preço social e político. No momento em que o autoritarismo deixa de ser história viva e passa a ser – espera-se – história arquivada, cabe-nos fazer o balanço crítico da experiência correspondente, recolher as lições por ela deixadas e *dar os primeiros passos em direção ao horizonte* que se propõe como o ideal de uma nova sociedade democrática, participativa e aberta.

Um dos efeitos mais nefastos do regime autoritário foi, sem dúvida, a desarticulação institucional da sociedade em todos os seus níveis, a começar pelo nível político, com a perda ou o enfraquecimento acentuado da organicidade do todo social. A dramática experiência de uma sociedade aparentemente sem lei – ou de uma sociedade que vive a atrofia da lei e a hipertrofia do decreto – é talvez o traço que mais impressiona o observador da sociedade brasileira ao examinar o momento conturbado do fim do ciclo autoritário. O triunfo do casuísmo é como a caricatura que ficou da face jurídica desfigurada e mutilada da nação.

Entre as instituições da sociedade sobre as quais o ciclo autoritário imprimiu uma das suas *marcas mais profundas e deformantes está* incontestavelmente a universidade. Pela própria natureza da instituição universitária, a sociedade nela elabora suas razões de ser e de agir na forma do saber codificado metodologicamente da ciência, a desdobrar-se nas técnicas. Ela só pode ser regida por uma razão organizadora – uma *idéia da universidade,* segundo a expressão consagrada – capaz de unificar as necessidade e *objetivos da sociedade que a institui* e as exigências específicas de elaboração e transmissão dos saberes e técnicas que nela se produzem. A universidade é, pois, uma instituição *sui generis,* cuja originalidade se manifesta nessa dupla face: se não pode deixar de ligar-se à sociedade que a mantém e às suas necessidades e problemas, estará necessariamente voltada para si mesma em vista da preservação e aperfeiçoamento das condições e instrumentos aptos para o trabalho de produção e comunicação do saber, que é o seu fim específico.

Procurar definir formas eficazes de contribuir para a superação da crise da universidade importa, antes de mais nada, em elevar-se à consciência clara das exigências da correta articulação daqueles dois pólos no presente

---

* Publicado em Belo Horizonte, em abril de 1985.

momento da vida brasileira. De um lado, os efeitos do autoritarismo e os problemas e reivindicações postos pela transição do autoritarismo para a democracia; de outro, o requisito que a universidade, envolvida no processo de transição, busque afirmar sua especificidade institucional. Essa especificidade não se recuperará pelo mimetismo dos confrontos que se dão na sociedade global. Ela exige antes a restauração, ou reinvenção, do pluralismo orgânico que faz da universidade o lugar privilegiado daquela razão que tende para o consenso através do debate aberto e conseqüente – ou seja, da própria racionalidade constitutiva do ideal democrático.

A desfiguração autoritária da universidade

A progressiva desfiguração da especificidade institucional da universidade, especialmente da universidade pública, operou-se de variadas formas no autoritarismo de pós-64, com o qual se articularam a manutenção de nosso tradicional cartorialismo e a arrogância do novo tecnocratismo. Não cabe atribuir tal resultado a uma intencionalidade invariavelmente malsã de parte dos que geriram a educação nacional nos últimos 20 anos, mas não se pode deixar de apontar a decisiva responsabilidade pelo amesquinhamento da universidade brasileira que recai sobre os seus ombros.

Desnecessário lembrar as tentativas de dobrá-la e acuá-la que correspondem à face mais negra e mais diretamente política do autoritarismo, quando se cassava a cidadania universitária de professores e estudantes por motivos ideológicos ou ao sabor de meras intrigas. Em outro nível, o centralismo que cerceia simples decisões de remanejamento de pessoal torna-se imensamente solene quando se trata, por exemplo, do credenciamento de cursos de pós-graduação. Num caso, o DASP tutela e dificulta a administração de pessoal que poderia ser ágil e desimpedida. No outro, orgãos e conselhos vinculados ao MEC, afogados em procedimentos algo esotéricos, fazem de conta que são seletivos e exigentes – enquanto na verdade, ressalvadas as exceções de justiça e de praxe, acolhem inalteravelmente qualquer pleito, transformando os processos burocráticos correspondentes numa espécie de rito de iniciação, sem significado real para a qualidade do ensino e da pesquisa.

Se cria inúmeros entraves de ordem administrativa, o governo, bom-moço, faz inchar as instituições de ensino superior, multiplicando vagas, sem lhes dar os recursos adequados. Mais ainda, vincula a sorte dos orçamentos de pessoal, custeio e investimento à lógica sinuosa da Secretária de Planejamento da Presidência da República. O Ministério da Educação e Cultura é reduzido a participante secundário de um jogo armado pela tecnocracia, onde desempenha o papel de personagem sem voz e peso reais. Estabelece-se, então, uma parafernália de instrumentos que limitam ou tolhem a já rarefeita autonomia institucional da universidade. Paralelamente à estrutura do próprio MEC e das instituições universitárias, reproduzem-se fundos, entidades e programas que se pretendem justificar pelo estímulo trazido à competição em torno de critérios de qualidade acadêmica. Mas, ao invés de esses instrumentos representarem o suplemento de uma política adequada de atribuição de recursos diretamente à própria universidade, eles antes se substituem a tal política, evidenciando-se a opção de deixar a universidade entregue à própria sorte. Não admira, assim, que se vejam eles mesmos rapidadamente corrompidos em seus critérios supostamente mais rigorosos e competitivos. Em tudo, revela-se profunda desconfiança com respeito à seriedade e à capacidade da universidade pública.

A universidade e o movimento docente

Foi nesse dramático contexto – o de uma universidade posta de lado pelo governo, submetida a paralisadora dieta, com sua especificidade institucional gravemente atingida pela lógica corrosiva do sistema autoritário – que surgiu o movimento dos docentes, o qual veio a adquirir, por certos aspectos de sua atuação, o caráter de antídoto extremo a contrapor-se, em estado de virtual insurreição, ao processo de liquidação final da universidade pública.

Vários dos signatários deste documento participaram da organização e das lutas do movimento docente. Todos reconhecemos sua legitimidade enquanto movimento de natureza sindical e enquanto inevitável caixa de ressonância dos problemas que afetam a universidade como instituição, os quais não podem senão interessar aos professores como categoria profissional. Mas parece-nos haver indícios insofismáveis de que o

movimento docente, animado com sinceridade pelo papel que lhe coube cumprir em fase patética de nossa história, perde de vista e concorre para comprometer, enquanto movimento, os valores próprios da universidade que se propõe servir.

Pensamos que docentes e pesquisadores de uma universidade pública, em particular numa sociedade fundada na legalidade democrática, não são, em seu movimento reivindicatório, equiparáveis a uma categoria profissional em luta contra os seus patrões – até porque recusamos reconhecer no Estado um patrão, ainda que dele venham, por dever elementar, os recursos necessários ao funcionamento da universidade. Ao contrário, somos – autoridades universitárias, professores, pesquisadores, funcionários e estudantes – a universidade mesma, e a responsabilidade de fazer uma universidade fiel aos seus próprios objetivos estará tanto mais em nossas mãos quanto mais conseqüente seja a reivindicação de autonomia acadêmica.

Além disso, o problema da autonomia institucional da universidade não se coloca apenas nas relações dela com o Estado, no qual sempre se pensa quando se fala de autonomia. Ao invés disso, a universidade terá necessariamente também que ser autônoma (o que não quer dizer insensível e indiferente) perante as forças e correntes de opinião que emergem da própria sociedade. Caso contrário, ela terminará por expor-se inerme à arrogância de indivíduos, grupos ou partidos de qualquer natureza e orientação ideológica que pretendam apresentar-se como porta-vozes dos verdadeiros interesses da sociedade. Por certo, opomo-nos à idéia de uma universidade encastelada na torre de marfim. Mas, como professores e profissionais da atividade acadêmica que somos, é a própria universidade, com o valor social incontestável de seus objetivos precípuos, a face mais imediata de nossos deveres para com a sociedade. E a condição de cidadão, na qual defrontamos nossa responsabilidade social e política, não pode servir de escusa diante da nossa responsabilidade profissional.

Em contraste com os postulados assim indicados, a dinâmica do movimento docente e a falta de clareza quanto a suas relações com a universidade como instituição nos parecem encerrar perigos e dificuldades que se têm evidenciado com nitidez. O ponto crucial de tais dificuldades diz respeito ao choque inevitável entre o princípio necessariamente plebiscitário em que se assenta o movimento docente, enquanto movimento de natureza pelo menos predominantemente sindical, e os princípios de mérito e desempenho dos quais a universidade não se pode pretender afastar sem desfigurar-se e aviltar-se. O exemplo talvez mais claro se teve na greve de 1980, à qual o governo pôs fim através da incorporação maciça à carreira universitária, mediante simples decreto, de todos os que, no momento, se vinculavam a título precário aos quadros docentes. Apesar do patente conteúdo demagógico da decisão e de seus efeitos inequivocamente danosos para a universidade, o movimento docente se revelou, por sua própria lógica, impotente para opor-se àquele desfecho ou sequer para examinar e debater com seriedade suas conseqüências do ponto de vista acadêmico.

Ademais, na qualidade de professores e participantes reais ou virtuais do movimento docente, fatalmente afetados, à medida que ele ganha em vigor, pelas decisões que se tomam dentro dele, consideramos indispensável manifestar nosso desconforto e inconformidade quanto às formas de atuação e deliberação que o têm caracterizado. A mística de um solidarismo a todo transe; a santificação irrefletida da maioria e a tendência a transformar as avaliações divergentes e as posições minoritárias em algo por definição suspeito, quando não francamente desleal; a resultante pressão (a que só se pode resistir a um alto custo psicológico e arrostando a estigmatização) em favor das unanimidades cálidas das multidões em assembléia – eis aí traços que têm tornado inviável sequer tematizar, no interior do próprio movimento, o problema da criação de mecanismos mais adequados de representação e de processamento de decisões. Uma das conseqüências salientes é a freqüência de greves que se alastram com ímpeto meramente "expressivo" e de efusão psicológica, muitas vezes sem maior sentido de estratégia e eficácia, e cujo ciclo, entre as iniciativas que as deflagram e as decisões que as interrompem, se cumpre como o resultado de um jogo de forças cegas, antes que o de um processo de deliberação racional. Sanar tais distorções nos parece exigir amplo debate, no qual possamos imaginar formas a um tempo mais democráticas e eficazes de ação comum.

Registre-se, finalmente, o funesto equívoco envolvido no empenho em transpor para o âmbito da universidade como instituição os princípios e métodos do movimento docente. Na confusão resultante, as próprias estruturas e lideranças institucionais da universidade se vêem perplexas e paralisadas, sendo com freqüência levadas a assistir passivamente, se não

autocomplacentemente, a situações que ameaçam redundar no desmantelamento institucional da universidade. Monta-se, no processo, uma estrutura paralela de poder, em que o comando das associações de docentes passa a afetar fortemente a vida institucional da universidade e a pretender – e às vezes conseguir – falar com maior peso e ressonância em nome dela do que suas lideranças próprias.

A democracia na universidade

De maneira independente da movimentação sindical dos docentes, embora também em articulação com ela, colocam-se agudamente a questão de democracia interna à universidade e a exigência de democratização. Trata-se, em nossa opinião, de questão importante e de reivindicação em princípio justa. É inegável o caráter esclerosado e oligárquico freqüentemente revelado pela estrutura formal da universidade, com a conseqüente insensibilidade, por vezes, a interesses legítimos ou problemas reais que surgem no âmbito acadêmico. Mas também aqui ocorrem confusões e simplificações graves.

Acreditamos que o ideal democrático autêntico, que corresponde em si mesmo e até em seu alcance político mais geral a um ideal eminentemente "acadêmico", é o da criação de condições propícias ao debate real e a fazer valer a força dos argumentos e a genuína persuasão intelectual. Componente indissociável desse ideal é o reconhecimento de que o voto é apenas o substituto precário, e por vezes inaceitável, do consenso obtido por meios legítimos, bem como de que a minoria – mesmo a minoria constituída por um só indivíduo – pode ter razão contra a maioria. Segue-se que os mecanismos institucionais através dos quais se processarão as decisões devem, no caso da universidade, contemplar inequivocamente a máxima contida em tais pressupostos como condição essencial do convívio acadêmico e do êxito das atividades próprias da instituição.

A legitimidade da aparelhagem institucional da universidade não pode ser contestada em proveito da suposta legitimidade a ser encontrada em seus corredores e pátios. Vale assinalar, em paralelo com a histórica mobilização recentemente observada no país, que mesmo aí o povo foi às ruas não por entender que nisso consiste a democracia, mas antes como forma de restaurar, contra o autoritarismo, uma institucionalidade legítima: o direito de voto, os procedimentos institucionais e legais de um processo político genuinamente democrático. Com mais razão, no âmbito universitário – onde não se trata apenas de fazer presentes a vontade e os interesses de todos, mas antes de incluí-los no processo através do qual se buscam os objetivos específicos de uma instituição de natureza singular – a questão da democracia não pode prescindir da afirmação da institucionalidade própria da universidade, de sua lógica e de seus princípios.

Assim, se cumpre reformar a universidade, essa reforma não se fará de maneira aceitável senão com atenção constante para duas exigências. A primeira é a disposição de reconhecer e enfrentar a complexa tarefa de *construção institucional* que qualquer reforma legítima das estruturas universitarias necessariamente envolverá, ao invés do apego a simplismos como o de falsas "paridades" mecanicamente estabelecidas entre estudantes, funcionários e professores (cuja adoção, se feita de maneira conseqüente, não poderia furtar-se à regra de "um homem, um voto"). A segunda é a de valorizar adequadamente os requisitos de uma *carreira docente* autêntica (por contraste com a contrafação contida na legislação vigente, cuja continuidade comprometerá de vez o futuro da instituição universitária no país), e reconhecer que os valores nela afirmados, tais como desempenho, qualificação e experiência, terão necessariamente de refletir-se na estrutura administrativa da universidade.

Recriar a universidade

A causa da universidade pública, no Brasil, está indissociavelmente vinculada ao destino sempre incerto da liberdade. Sem nutrir ilusões e sem subestimar as imensas dificuldades do futuro, temos a esperança de que a nova fase da vida nacional que ora se inaugura, distinguida por amplo consenso quanto ao imperativo de consolidação de princípios democráticos de convivência, poderá encaminhar soluções para muitos de nossos graves problemas.

Reivindicamos do governo que agora se instala a atribuição de adequada prioridade aos problemas da universidade pública. Entendemos que cumpre lutar por um Estado aberto, desburocratizado e submetido a controles democráticos, e que a ele compete a responsabilidade de prover a universidade de parcela decisiva dos recursos necessários ao desempenho apropriado de suas tarefas. Tal desempenho requer, de maneira urgente, que sejam sanadas as enormes deficiências hoje existentes na infra-estrutura de

serviços e equipamentos da universidade pública e que haja remuneração condizente para os professores e funcionários que nela trabalham. Mas requer também o reexame atento e arejado de variados aspectos da legislação que regula e aprisiona o ensino superior. Criar-se-ão assim as condições para que a universidade, restaurada, possa atrair e reter pessoal qualificado e fiel à sua *idéia*, à sua razão organizadora. Reconhecemos todos que a produção e a difusão do conhecimento tornaram-se a força propulsora de qualquer nação que pretende vir a ser autônoma, livre e justa. A universidade pública há de ser instituição-chave a atuar para que essa verdade não se dilua nas declarações retóricas que a afirmam e proclamam.

Seguem as seguintes assinaturas

Francisco Iglésias (História, UFMG), *Henrique C. Lima Vaz* (Filosofia, UFMG), *Edgar de Godoi da Mata Machado* (Direito, UFMG), *Carlos Ribeiro Diniz* (Bioquímica, UFMG), *Carlos Ribeiro Diniz* (Bioquímica, UFMG), *Sebastião Baeta Henriques* (Biologia Molecular, UFMG), *Marcello de Vasconcellos Coelho* (Parasitologia, UFMG), *Francisco Magalhães Gomes* (Física, UFMG), *Fábio Wanderley Reis* (Ciência Política, UFMG), *Antonio Octávio Cintra* (Ciência Política, UFMG), *Hugo Pereira do Amaral* (Filosofia, UFMG), *Ramayana Gazzinelli* (Física, UFMG), *Antonio Augusto Prates* (Sociologia, UFMG), *Eduardo Osório Cisalpino* (Microbiologia, UFMG), *Hugo César da Silva Tavares* (Filosofia, UFMG), *Bolivar Lamounier* (Ciência Política, USP, PUC – SP), *Marcus F. Figueiredo* (Ciência Política, FGV – SP), *Sérgio Miceli Pessoa de Barros* (Sociologia, UNICAMP), *Maria Tereza Sadek* (Ciência Política, USP), *Cheywa R. Spindel* (Ciência Política, PUC-SP), *Argelina Maria Figueiredo* (Ciência Política, UNICAMP), *Joaquim Falcão* (Sociologia, UFPe), *Luiz Antonio Marcuschi* (Letras, UFPe), *Jorge Jatobá* (Economia, UFPe), *Manoel Correia de Andrade* (UFPe), *Eustáquio Galvão da Silva* (Física, UFMG), *Carlos A.L. Filgueiras* (Química, UFMG), *Ewaldo Mello de Carvalho* (Física, UFMG), *Ricardo S. Schor* (Física, UFMG), *Geraldo Mathias Ribeiro* (Física, UFMG), *Heloisa Helena Ribeiro Schor* (Química, UFMG), *Alzira Maria G. Tostes Gazzinelli* (Matemática, UFMG), *Marcus Vinicius Gomez* (Bioquímica, UFMG), *Tasso Moraes e Santos* (Bioquímica, UFMG), *Rodrigo Dias Tarsia* (Astrofísica, UFMG), *Luiz O. Ladeira* (Física, UFMG), *Ronaldo Alípio Mansur* (Física, UFMG), *Ramon J. Quiroga* (Astrofísica, UFMG), *Maria Suzana B. Carvalho* (Matemática, UFMG), *Ucler B. Paniago* (Química, UFMG), *João Carlos Machado da Silva* (Física, UFMG), *José Luiz Aarestrup Alves*, (Física, UFMG), *João Baptista Villela* (Direito, UFMG), *Ângela Mascarenhas Santos* (Filosofia, UFMG), *João Gabriel Marques Fonseca* (Medicina, UFMG), *Antônio de Abreu Rocha* (Letras, UFMG), *Maria Eugênia Dias de Oliveira* (Filosofia, UFMG), *Maria Celia de Castro Bessa* (Psicologia, UFMG), *Ana Cecília C. Gontijo* (Psicologia, UFMG), *Beatriz Coelho* (Belas Artes, UFMG), *Márcio Quintão Moreno* (Física, UFMG), *Décio J. Marri* (Reitoria, UFMG), *Antonio S. T. Pires* (Física, UFMG), *Celson Diniz Pereira* (Física, UFMG), *Alencastro Valle de Carvalho* (Física, UFMG), *Edson Durão Judice* (Matemática, UFMG), *Eduardo Dias Gontijo* (Psicologia, UFMG), *Sonia Maria Viegas Andrade* (Filosofia, UFMG), *Walter José Evangelista* (Filosofia, UFMG), *José de Anchieta Correa* (Filosofia, UFMG), *Francisco Mercedo Moreira* (Filosofia, UFMG), *Myriam A. Ribeiro de Oliveira* (História, UFMG), *Eliana Castro Santoro de Lima* (Psicologia, UFMG), *Sonia dos Santos Castanheira* (Psicologia, UFMG), *Adelia Maria Santos Teixeira* (Psicologia, UFMG), *Maria José Esteves de Vasconcellos* (Psicologia, UFMG), *Isa Silva Monteiro de Castro* (Psicologia, UFMG), *Anna Edith Bellico da Costa* (Psicologia, UFMG), *Geraldo Pianetti Filho* (Medicina, UFMG), *Guilherme Cabral Filho* (Medicina, UFMG), *Marília Ottoni da Silva* (Química, UFMG), *Alaide Braga de Oliveira* (Química, UFMG), *José Caetano Machado* (Química, UFMG), *Leônidas Machado Magalhães* (Veterinária, UFMG), *José Britto Figueiredo* (Veterinária, UFMG), *Roberto de Souza* (Veterinária, UFMG), *Joaquim Martins Ferreira Neto* (Veterinária, UFMG), *Ronaldo Reis* (Veterinária, UFMG), *Antonio Stockler Barbosa* (Veterinária, UFMG), *José de Alencar Carneiro Viana* (Veterinária, UFMG), *Edson Clemente dos Santos* (Veterinária, UFMG), *Jadir Ferreira de Miranda* (Veterinária, UFMG), *Hamilton Carmelio Machado da Silva* (Veterinária, UFMG), *Gilberto Cavalcanti de Albuquerque Filho* (Veterinária, UFMG), *Egladson João Campos* (Veterinária, UFMG), *Walter Otaviano*

Bernis (Veterinária, UFMG), *Luiz Aureliano Gama de Andrade* (Ciência Política, UFMG), *Antonio Luiz Paixão* (Sociologia, UFMG), *Candido Luiz de Lima Fernandes* (Economia, UFMG), *Antonio Machado de Carvalho* (Educação, UFMG), *Maria Helena Oliveira Prates* (Educação, UFMG), *José Armando de Souza* (Educação, UFMG), *Ronaldo de Noronha* (Sociologia, UFMG), *Aloisio Sales da Cunha* (Medicina, UFMG), *Moisés Chuster* (Medicina, UFMG), *Luiz Otavio Savassi Rocha* (Medicina, UFMG), *Maria Stella de Amorim* (Sociologia, UFRJ), *Paulo Marcos Zech Coelho* (Parasitologia, UFMG), *Olga B. Henriques* (Bioquímica, UFMG), *Wilson Mairink* (Parasitologia, UFMG), *Maurício Resende* (Microbiologia, UFMG), *Alvair Pinto de Almeida* (Farmacologia, UFMG), *Ana Maria Miranda Afonso* (Bioquímica, UFMG), *José Afonso A. Rodrigues (Fisiologia,* UFMG), *Hélio Nogueira Espínola* (Parasitologia, UFMG), *Maria Elizabeth Bernardes Margutti* (Microbiologia, UFMG), *Anibal Antonio da Silva Pereira* (Bioquímica, UFMG), *Amintas Fabiano de Souza Figueiredo* (Bioquímica, UFMG), *Romain Rolland Golgher* (Microbiologia, UFMG), *Wilson Teixeira Beraldo* (Fisiologia, UFMG), *Fernando Alzamora* (Fisiologia, UFMG), *Antonio Ernani Teixeira* (Bioquímica, UFMG), *José Augusto Nogueira Machado* (Bioquímica, UFMG), *Galdino Luiz Zaganelli Filho* (Bioquímica, UFMG), *Giovani Gazzinelli* (Bioquímica, Inst. René Rachou), *Cleonice Maria de Miranda V. Almeida* (Química, FUFMT), *Amaury Caiafa Duarte* (Bioquímica, UFJF), *Lucyr Jones Antunes* (Bioquímica, UFMG), *Maria das Graças M. Zaganelli* (Fisiologia, UFES), *F. Juarez Ramalho Pinto* (Bioquímica, UFMG), *Elio Hided Baba* (Ciências Biológicas, UFOP), *Maria Célia de Silva Lanna* (Ciências Biológicas, UFOP), *Heloisa Silvia de Farias Vale* (Ciências Biológicas, UFOP), *Maria Elisabete da Silva Barros* (Ciências Biológicas, UFOP), *Cláudia Dumans Guedes* (Química, UFOP), *Mauro Schettino de Souza* (Ciências Biológicas, UFOP), *Alan de Oliveira M. Chaves* (Química, UFOP), *Magno Dias* (Ciências Biológicas, UFOP), *Roldão Roosevelt Urzedo de Queiroz* (Química, UFOP), *Hélio Correa de Melo* (Química, UFOP), *Isabel Maria de Vasconcellos Lapertosa* (Matemática, UFOP), *Edmar Bacha* (Economia, PUC/RJ), *Marcelo de Paiva Abreu* (Economia, PUC/RJ e UFRJ), *Winston Fritsch* (Economia PUC/RJ e UFRJ), *Francisco L. Lopes* (Economia, PUC/RJ), *José Marcio Camargo* (Economia, PUC/RJ), *Eduardo M. Modiano* (Economia, PUC/RJ), *Eustáquio J. Reis* (Economia, PUC/RJ), *Rogério L. Furquim Werneck* (Economia, PUC/RJ), *Dionísio Dias Carneiro Netto* (Economia, PUC/RJ), *José Paulo de Almeida e Albuquerque* (Engenharia, PUC/RJ), *José Roberto Boisson de Marca* (Engenharia, PUC/RJ), *Regis Bonelli* (PUC/RJ), *José Cláudio Ferreira da Silva* (UERJ), *Wolney Lobato* (Museu de História Natural, UFMG), *Guiomar Goulart de Azevedo* (Geociências, UFMG), *Edezio Teixeira de Carvalho* (Geociências, UFMG), *Oswaldo Bueno Amorim Filho* (Geociências, UFMG), *Pedro Parafita de Bessa* (Psicologia, UFMG), *Lúcio Roberto Marzagão* (Psicologia, UFMG), *Riva Satouschi Schwartzman* (Psicologia, UFMG), *Carlos Roberto Gontijo* (Engenharia, UFMG), *Marilene Rodrigues de Mello Brunelli* (Filosofia, UFMG), *Remo Toschi Brunelli* (Matemática, UFMG), *Sueli Bittencourt Drummond* (Microbiologia, UFMG), *Cláudio M. Considera* (Economia, UFF), *Flávio Castelo Branco* (Economia, UFF), *Gervasio Castro de Rezende* (Economia, UFF), *Marcelo de Moura Lara Resende* (Economia, PUC/RJ), *Célia Nunes Galvão D. dos Santos* (Ciências Sociais, USP), *Ruth Correa Leite Cardoso* (Ciências Sociais, USP), *Eduardo Kugelmas* (Ciências Sociais, USP), *José A. Guillon Albuquerque* (Ciências Sociais, USP), *Leôncio Martins Rodrigues* (Ciências Sociais, USP), *Aparecida Joly Gouveia* (Ciências Sociais, USP), *Álvaro de Aquino e Silva Gallo* (Ciências Sociais, USP), *Sedi Hirano* (Ciências Sociais, USP), *Cláudio Vouga* (Ciências Sociais, USP), *José Francisco Quirino* (Ciências Sociais, USP), *Braz José de Araújo* (Ciências Sociais, USP), *Renato da Silva Queiroz* (Ciências Sociais, USP), *Irene A. R. Cardoso* (Ciências Sociais, USP), *Sylvia Caiuby Moraes* (Ciências Sociais, USP), *Carlos Moreira Henrique Serrano* (Ciências Sociais, USP), *João Paulo Monteiro* (Ciências Sociais, USP), *Elisabeth Souza Lobo* (Ciências Sociais, USP), *Eunice Ribeiro Durham* (Ciências Sociais, USP), *Sílvia Maranca* (Ciências Sociais, USP), *Darcy da Silva* (Ciências Sociais, USP), *Renate Brigitte Viertler* (Ciências Sociais, USP), *Arakcy Martins Rodrigues* (Ciências Sociais, USP), *Cylon E. T. Gonçalves da Silva* (Física, UNICAMP), *Carlos Castilla Becerra* (Física, USP), *Iuda D. G. vel Lejbman* (Física, USP), *Silvio R. A. Salinas* (Física, USP), *Ivan Cunha Nascimento* (Física, USP), *Alfredo Gontijo de Oliveira* (Física, UFMG), *José Francisco de Sampaio* (Física, UFMG), *Manoel Lopes de Siqueira* (Física, UFMG), *Francisco César de Sá Barreto* (Física,

UFMG), *Geraldo Alexandre Barbosa* (Física, UFMG), *Wilson de Pádua Filho* (Computação, UFMG), *Paulo Roberto Grossi Sad* (Matemática, UFMG), *Márcio Gomes Soares* (Matemática, UFMG), *Pedro Mendes* (Matemática, UFMG), *Michael O'Carroll* (Física, UFMG), *Armando de Almeida Neves* (Bioquímica, UFMG), *Ibrahim Felippe Heneine* (Biofísica, UFMG), *Enio Cardillo Vieira* (Bioquímica, UFMG), *Eurico Alvarenga Figueiredo* (Bioquímica, UFMG), *Maria Auxiliadora R. Carvalho* (Microbiologia, UFMG), *Marcos Luiz dos Mares Guia* (Bioquímica, UFMG), *Arno Vogel* (Antropologia, UFF), *José Augusto Leitão Drummond* (Ciência Política, UFF), *Renato Lessa* (Ciência Política, UFF e UFRJ), *Ari de Abreu Silva* (Ciência Política, UFF), *Franklin Leopoldo e Silva* (Filosofia, USP), *Carlos Alberto Ribeiro de Moura* (Filosofia, USP), *Victor Knoll* (Filosofia, USP), *Mário Miranda Filho* (Filosofia, USP), *Luiz Henrique Lopes dos Santos* (Filosofia, USP), *Roque Laraia* (Antropologia, UnB), *Vilma Figueiredo* (Sociologia, UnB), *E. W. Kitajima* (Biologia Celular, UnB), *J. C. Dianese* (Biologia Vegetal, UnB), *M. Mateus Ventura* (Biologia Celular, UnB), *Lauro Morhy* (Biologia Celular, UnB), *Jefferson Bastos Aragão* (Biologia Celular, UnB), *Hiraoki Ikemoto* (UnB), *Klaas Woortmann* (Antropologia, UnB), *Martin A. J. Novion* (Antropologia, UnB), *José A. Santana* (Economia, UnB), *Ivan Moura Campos* (Computação, UFMG), *Paulo R. F. Cunha* (Informática, UFPe), *Daniel A. Menasci* (Informática, PUC/RJ), *Roberto da Silva Bigonha* (Computação, UFMG), *Newton Alberto de Castilho Lages* (Computação, UFMG), *Alberto Henrique Frade Laender* (Computação, UFMG), *Nivio Ziviani* (Computação, UFMG).

A Resposta da ANDES*

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior considera o documento sobre a Universidade Brasileira, elaborado por um grupo de professores de Minas Gerais, dirigido ao Presidente da República, ao Ministro da Educação, ao Congresso Nacional, ao Conselho de Reitores e à ANDES, uma manifestação democraticamente válida de um ponto de vista, embora parcial, sobre o que deva ser o ensino superior e a pesquisa científica no país. Apesar de o documento não ter recebido adesão expressiva por parte dos docentes da própria Universidade Federal de Minas Gerais nem das demais universidades brasileiras, julgamo-lo merecedor de uma resposta criteriosa, seja por respeito aos signatários, seja pelas questões que levanta, algumas das quais pertinentes e atuais segundo nossa avaliação. Entre essas está a defesa da universidade pública, da pesquisa científica, da valorização do trabalho docente e da vida acadêmica. Concordamos ainda com a condenação feita naquele documento à atual estrutura da universidade, responsabilizando a política educacional equivocada desses anos de autoritarismo.

Não podemos concordar, entretanto, com outras opiniões expressas no documento, como aquelas que tratam do movimento docente.

Os signatários do documento, afirmando sua participação no movimento em suas origens, reconhecem explicitamente sua importância, pois "veio a adquirir, por certos aspectos de sua atuação, o caráter de antídoto extremo a contrapor-se em estado de virtual insurreição, ao processo de liquidação final da universidade pública".

Não podemos deixar de estranhar, portanto, que os autores do documento, conhecedores do processo como afirmam, confundam de maneira tão simplória o caráter emergencial que tomou a atuação dos docentes nesse período com o seu significado mais profundo.

Não é verdade que o processo que resultou na formação das associações de docentes e da ANDES tenha, em qualquer tempo, se caracterizado pelo estrito caráter sindical e corporativo conforme afirmam aqueles professores. Um rápido passar de olhos em nossa história recente demonstra a falácia dessa afirmação.

A preocupação do movimento docente com a qualidade da produção acadêmica e com o exercício sério e ético das atividades de ensino e pesquisa está expressa na "Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira, apresentada, já em

---

* Este documento foi transcrito do *Jornal do Brasil*, de 14.04.85.

1982, ao então Ministro Ludwig. Dela transcrevemos o trecho seguinte:

"A qualidade do ensino não pode ser pretendida abstratamente sem dar condições materiais à universidade. O ensino superior de boa qualidade está ligado indissoluvelmente à pesquisa, à atividade crítica e criativa. Não cabe ao professor apenas repetir informações em sala de aula e exibir um conhecimento estático e morto. Cabe a ele estudar e elaborar seu conhecimento de forma dinâmica e viva, atualizar-se e avançar na sua área de trabalho, estar disponível aos seus alunos fora das aulas, orientar e participar de pesquisas, realizar experiências originais, escrever artigos, assistir e dar seminários, criticar e expor-se à crítica, participar democraticamente do trabalho coletivo com seus colegas e alunos. É para possibilitar este exercício pleno do magistério superior que os professores defendem um padrão de universidade, não no sentido elitista, mas que exija de todo e qualquer estabelecimento de ensino superior as condições para exercê-lo com dignidade". . .

Mais do que uma declaração de intenções, o exposto acima demarcava, já àquela época, o espírito de uma prática institucional do movimento docente, concretizado na realização de *dois Simpósios nacionais* sobre a reestruturação da Universidade – em 1982, em Belo Horizonte e em 1983, no Rio de Janeiro. Destes eventos participaram e contribuíram com suas opiniões nomes como o de Paulo Sérgio Pinheiro, José Henrique dos Santos, José Leite Lopes, Luís Antônio Cunha, Dalmo Dallari, Rogério Cerqueira Leite, Jean-Claude Bernadet, José Arthur Giannotti, Luís Pinguelli Rosa, entre outros.

A ANDES fez publicar e divulgar o livro *O Público e o Privado: O Poder e o Saber*, contendo a íntegra desses debates e, não se limitando a isto, vem realizando outros encontros onde são discutidos assuntos de relevância para a vida universitária, como por exemplo, a avaliação do trabalho acadêmico, o financiamento do ensino e pesquisa etc.

Este esforço teria sido vão, contudo, caso permanecesse restrito ao proselitismo. A ANDES e as AD's conseguiram este fato raro entre nós de realizar na prática o que propunham na teoria.

Em todas as pautas de reivindicação encaminhadas ao MEC, desde 1980, temos apresentado pontos que visam a muito mais do que a defesa dos interesses estritamente corporativos da categoria. Houve greves, como aquela realizada em 1982, em que pouca ou nenhuma vantagem de ordem salarial foi sugerida pelo movimento. Em contrapartida, evitamos a ofensiva final do Ministério sobre a universidade pública, ao divulgarmos e neutralizarmos os famosos "documentos secretos", os avisos ministeriais 473 e 474, que transformados em projeto de lei, seriam, em seguida, enviados ao Congresso Nacional. Em 1983 e 1984, outras iniciativas do Governo com a mesma proposta política dos "documentos secretos" de 1982, como o projeto MEC/CRUB e o projeto Caio Tácito foram também rechaçados pelo movimento docente.

Causa-nos espanto o fato de os colegas de Minas Gerais, signatários do documento, não terem sido capazes de perceber dois fatos tão simples: primeiro, as campanhas da ANDES e das AD's nunca foram exclusivamente sindicais e corporativas e, segundo, numa universidade acossada a luta por melhores condições de remuneração e de trabalho confudem-se com a luta em defesa dela própria. Sem condições de trabalho não há produção acadêmica (ou qualquer outra); sem salário digno, os melhores profissionais evadem-se do trabalho docente.

Outra inverdade existente no documento publicado pelo JB encontra-se nas acusações feitas ao movimento quanto à "destruição da carreira docente, quando teríamos coonestado o plano de carreira decretado pelo MEC em 1980".

Ainda aqui, os signatários demonstram surpreendente desinformação para quem, como afirmam, participou do movimento.

Não é verdade que nos caiba responsabilidade pela desestruturação da universidade que foi produzida em virtude das distorções da carreira docente implantada pelo MEC.

Ao assumir o MEC, o Ministro Rubem Ludwig *decretou* uma reestruturação distorcida da carreira docente como forma de tentar terminar com nossa 1.ª greve nacional sem conceder-nos o reajuste salarial pretendido nem tampouco enviar o projeto Portela ao Congresso. Em momento algum pedimos promoções indiscriminadas de professores. Se alguma culpa nos cabe está em não termos conseguido acumular forças suficientes para barrarmos a iniciativa do Ministério. Nisso, porém, estamos em companhia dos signatários do documento de Minas.

Estas ressalvas apenas são feitas para recolocar as coisas em seu devido lugar. Não nos move o sentido de polêmica, mas jamais concordaremos em retirar do movimento docente a autoridade que conquistou na luta como canal institucional para uma verdadeira reestruturação da universidade. Ninguém mais do que a ANDES e

as AD's têm autoridade política e moral para reivindicar este papel.

É nessa qualidade que nos permitimos apontar agora algumas omissões graves do documento publicado pelo JB.

Em primeiro lugar, é de notar-se ausência no documento de referências aos processos de privatização interna das universidades públicas. Esse processo, em pleno desenvolvimento nas universidades brasileiras, é apresentado geralmente como alternativa para a crise financeira das mesmas. Na prática, acabará por transformar a universidade pública numa agência de prestação de serviços segundo a lógica do mercado.

É surpreendente que os signatários, que se propõem defensores da universidade pública, se calem diante desse processo que está transformando institutos de pesquisas em suportes para Fundações privadas, grupos de pesquisa em agências de prestação de serviço, professores e pesquisadores em empresários uns, outros em empregados de seus próprios colegas. Tudo isso sem qualquer controle acadêmico, sem qualquer projeto institucional. Os critérios acadêmicos sucumbem diante dos critérios de mercados; *quem tem o dinheiro* (leia-se o acesso às linhas de *financiamento*) *tem o poder real.*

Ao não se manifestar sobre este processo, os signatários do documento levam-nos a supor que *o seu entendimento sobre o caráter público* da universidade refere-se apenas ao seu sentido formal e restrito de universidade estatal e não ao que *deveria realmente significar: espaço* político em que o exercício da cidadania garante os mecanismos de controle democrático.

Nossa suposição reforça-se quando verificamos que o documento é pobre, sofrível mesmo, na discussão sobre a avaliação de produção acadêmica. Por outro lado, insurge-se com vigor sano contra o "assembleísmo" que supõe nivelar os talentos e as competências, subordinando-os às "santificação das maiorias" (sic).

Como explicar esse repúdio ao espírito das assembléias? Nossos colegas deveriam saber que o princípio básico das assembléias é o da *palavra* ganhar o domínio *público*. Desde sua origem na Grécia, a reunião dos cidadãos em assembléia na Ágora – a praça pública – suponha a subordinação do poder à argumentação – a palavra – e à discussão pública. O princípio da Assembléia consagra autoridade da Argumentação e não argumentação da Autoridade, e isso se deve ao seu caráter de *domínio público.*

Ora, sabemos todos que os 20 anos de governo que infelicitaram o país geraram seus próprios mecanismos de avaliação e criação de "notáveis". Aqueles mais chegados aos "lobbies" do poder, aqueles que por vias transversas detinham as fontes de financiamento, aqueles outros que por força dos privilégios corporativos e dos apadrinhamentos chegaram ao controle da *estrutura universitária.*

Esse castelo de cartas da incompetência travestida de notoriedade começou a ruir exatamente a partir do momento em que o movimento docente iniciou a sua luta pela democratização da universidade e pelo ensino público e *gratuito.*

Voltar baterias contra as assembléias e o movimento docente é desqualificar o princípio do controle público e democrático do trabalho acadêmico de ensino, pesquisa e extensão. É mais do que isso; é sancionar os mecanismos *elitistas herdados ao velho regime.*

A ANDES e as AD's não querem substituir-se à estrutura da Universidade; nem querem substituir a competência – a real – pelo "espírito assembleísta". Não abrimos mão, entretanto, de três pontos de vista fundamentais: primeiro, a universidade é uma *instituição oficial,* subordinada, portanto, ao aparelho do Estado; segundo, este Estado – ainda não tão democratizado como gostaríamos – continua sendo um *Estado de classe. A dominação política não* desapareceu com a "Nova República". Este é o "Estado de toda Nação", nem todos os interes*ses estão representados na Aliança Democrática* – conservadora no Poder; terceiro, num Estado democrático ou numa ditadura a *autonomia dos movimentos sociais frente aos aparelhos de Estado é o penhor de sua força política.* Na democracia, aliás, é a sua própria garantia.

Na mesma medida em que não queremos nos substituir à estrutura universitária, não queremos nos diluir nela. Porque junto queremos um Estado e uma universidade democrática, lutaremos por manter a *autonomia* da representação docente e por torná-la cada vez mais um canal de expressão dos interesses de todos os docentes, seja no plano sindical, seja no plano institucional.

Não podemos concordar com a concepção implícita do documento em questão, segundo a qual o *movimento docente deveria deixar aos* profissionais da universidade a tarefa de reconstruí-la. Isoladamente, esses profissionais não representam senão a si próprios. O movimento docente representa a coletividade dos profissio-

nais da universidade. Nesse sentido, todos os docentes e pesquisadores encontram na ANDES e nas AD's seu canal de expressão social e não individual.

Seria falso opor os profissionais da universidade um movimento docente. Nomes de renomado reconhecimento acadêmico como Antônio Cândido, Clodovaldo Pavan ou Luís Pinguelli Rosa conviveram, atuaram lado a lado com jovens docentes. Insistir nessa oposição equivale substituir os mecanismos de controle e avaliação democráticos que se deseja para a universidade pelos velhos mecanismos de clientelismo existentes em seu interior. É o mesmo que preterir a competência real pelos critérios de notariedade do autoritarismo.

O espaço institucional da ANDES e das AD's é real e legítimo e seria infantilidade esperar que dele o movimento abrisse mão. Ao contrário, esperamos que esse espaço se alargue para que se opere a transformação democrática que a universidade necessita com urgência.

Longe de entendermos como descabidas as opiniões emitidas pelos colegas de Minas – mesmo delas discordando em parte – esperemos vê-las debatidas e esclarecidas. Para tanto, contamos com a contribuição dos mesmos no amplo debate que o movimento docente está convocando sobre a reestruturação da universidade, o qual culminará em meados do decorrente ano, no detalhamento da proposta da ANDES e das Associações de Docente para o ensino superior no Brasil. Rio de Janeiro, 27 de março de 1985.

Comentários de Fábio Wanderley Reis

Como signatário do documento "Em Defesa da Universidade Pública", aproveito esta oportunidade para comentar brevemente a resposta que lhe foi dada pela diretoria da ANDES. Advirto que o faço em meu próprio nome, não pretendendo, naturalmente, falar como intérprete ou porta-voz do conjunto dos signatários.

Deixo de lado certas impropriedades – digamos, formais – cometidas pelos colegas da ANDES, como a de às vezes apresentar entre aspas, sugerindo assim tratar-se de transcrições tomadas literalmente do documento inicial, enunciados ou expressões que simplesmente não ocorrem nele na forma apresentada. Passando a aspectos mais substanciais, a longa defesa do movimento docente contra uma suposta acusação de sindicalismo é supérflua e equivocada nos termos em que consta da manifestação da ANDES. Pois o documento "Em Defesa da Universidade Pública" *não* acusa o movimento docente por seu sindicalismo. Ao contrário, reconhece expressamente sua legitimidade precisamente enquanto movimento de natureza sindical, além de reconhecer o que ele também tem de legítimo enquanto fatal caixa de ressonância dos problemas que afetam a universidade como instituição. O que o documento pretende propor a respeito, é que o movimento docente (ou, por sua parte, a própria universidade) enfrente de maneira explícita e corajosamente o problema complexo do relacionamento entre sua *legítima* dinâmica sindical e corporativa, de um lado, e a dinâmica da instituição universitária como tal, de outro. Pois a tendência a mesclar e confundir os dois planos é um dos principais problemas a configurarem a crise da universidade brasileira de hoje, onde a lógica e os princípios da instituição universitária correm o risco de se verem impropriamente cerceados pelo plebiscitarismo da movimentação sindical dos docentes enquanto categoria profissional – qualquer que seja a inexorabilidade e a legitimidade desta característica plebiscitária no seu âmbito próprio, ou seja, o âmbito sindical-corporativo.

Os resultados negativos para a carreira docente produzidos pelo decreto que pôs termo à greve de 1980 são citados, no documento dos professores, como mero exemplo da tensão existente entre aqueles dois planos. E não por se pretender que a destruição da carreira docente seja ou tenha sido um objetivo manifestamente buscado pelo movimento, mas sim pela inermidade e incapacidade de reação que este revela no que se refere àqueles resultados, apesar do vigor que o tem caracterizado em outros aspectos. O que o documento dos professores afirma é que isso decorre da própria *lógica plebiscitária correspondente à dimensão* sindical do movimento dos docentes – afirmação esta que se sustenta tanto mais quanto mais as lideranças da ANDES ou das AD's sejam convincentes ao dizer-nos que não queriam tais resultados. Afinal de contas, como "acumular

forças suficientes para barrar a iniciativa do Ministério" no momento em que a iniciativa do Ministério corresponde ao interesse imediato de mais de 50% dos membros da categoria profissional – ainda que não corresponda ao interesse institucional da universidade?

Esta perspectiva não tem porque resultar em hostilidade ao movimento dos docentes como tal, e não tenho dúvida de que pessoas genuinamente identificadas com os valores acadêmicos, como algumas citadas pelos colegas da ANDES, possam igualmente integrar-se naquele movimento (sem pretender equiparar-me a elas quanto aos méritos acadêmicos, eu próprio sou ex-presidente da Associação de Professores Universitários de Belo Horizonte). Mas seria bom que o movimento dos docentes começasse justamente por *reconhecer* seu caráter eminentemente sindical-corporativo –, e como conseqüência, os *limites* que isso impõe em seu relacionamento com a universidade, se o seu compromisso com a universidade como instituição é também para valer. Cumpre destacar a *fronteira* entre universidades e associações de docentes e lutar para manter *separadas* as esferas correspondentes, preservando, assim, certamente, a autonomia das associações perante as universidades (pela qual o documento da ANDES se bate), mas preservando também a independência da instituição universitária perante as associações de docentes. Se esta é uma luta difícil e um tanto esquizofrênica, tanto pior. Em última análise, isso apenas significa que ela requer lucidez e capacidade de lidar com os matizes próprios de uma situação complicada. A alternativa é a de que, à medida que se fortaleça mais e mais o movimento docente, venhamos a nos transformar, no melhor dos casos, em bem-intencionados trapalhões.

Quanto aos demais aspectos, certamente não há razão para o tom apologético adotado pelos colegas da ANDES com respeito aos processos de decisão internos ao movimento docente, quando o que necessitamos é a disposição de aperfeiçoá-los para torná-los a um tempo mais democráticos e mais eficientes. Assim, é preciso procurar assegurar que o espectro de opiniões existente seja efetivamente tido em conta, e não deveria importar que certas opiniões sejam minoritárias. A regra majoritária é tecnicamente inevitável, mas não há porque mitificá-la. Nada há de inerentemente sacrossanto na idéia de maioria: maiorias podem ser tirânicas, e a história da democracia é também a história das lutas de minorias oprimidas contra maiorias opressoras. Além disso, é característico da democracia criar condições para que minorias possam transformar-se em maiorias. As assembléias, tal como realizadas atualmente, são obviamente problemáticas quando confrontadas com esse ideal pluralista: longe de consagrarem a autoridade da argumentação, como pretende o documento da ANDES, muitas vezes o que produzem é a aclamação de *slogans* e a pressão em favor de uma unamidade espúria, inibindo o debate real e acarretando que a posição minoritária ou divergente tenda a aparecer como deslealdade e potencialmente como traição. E por razões desse tipo, afinal, que o voto secreto é uma conquista – e assembléias aclamantes, como assinalou recentemente Norberto Bobbio, são um procedimento em função do qual foram considerados democráticos regimes como o fascismo e o nazismo. Aliás, os próprios gregos da ágora clássica, que os colegas citam, não deixaram de tratar de defender-se (com o ostracismo, por exemplo) contra os efeitos da demagogia que freqüentemente os levava a decidir de maneira irresponsável ou desastrada.

Renuncio a tentar avaliar a qualidade da sociologia política elaborada pelos colegas da ANDES, que apontam na universidade uma "instituição oficial" de um estado "de classe", sem deixar claro o que se segue disso. Há bons motivos para perplexidade, pois o documento "Em Defesa da Universidade Pública" é criticado pela ANDES por não ser, em sua opinião, suficientemente forte na defesa do caráter público da universidade, a qual se mostraria demasiado exposta à "lógica do mercado". Assim devemos, segundo a ANDES, lutar para vincular mais firmemente a Universidade ao estado – de classe. ... Donde a conseqüência de que ou o estado não é tão "de classe" assim, ou sua característica de ser de classe não impede que se pretenda ver na universidade uma instituição autônoma e capaz de fidelidade aos seus próprios objetivos.

Comentários de Gilberto Velho

Nada mais saudável para a vida universitária do que debates conduzidos em nível adequado e respeitoso.

Já bastaria isto para valorizar o documento, produzido por professores de Minas Gerais, que recebeu o apoio de numerosos colegas de todo o Brasil. Tratou-se de redefinir a importância e a especificidade da universidade, procurando-se colocá-la em seu patamar adequado. Dentro desse contexto, repudiou-se o autoritarismo de um Estado centralizador, eventualmente policialesco. Por outro lado, foram feitas algumas restrições a certos aspectos do movimento docente, por exorbitar de suas finalidades, correndo o risco de desvirtuar as características básicas da vida acadêmica.

Em função disto estabeleceu-se uma polêmica, com uma resposta preparada por dirigentes do movimento docente, que procura rebater algumas das críticas mencionadas.

Tentando contribuir para este debate, primeiramente, creio ser importante assinalar que o primeiro documento é uma das análises mais sérias já feitas sobre a universidade brasileira. Creio que boa parte dele seria endossada por, praticamente, todos os docentes. No entanto, a própria virtude do texto, vigoroso e incisivo, acaba levando a uma generalização que pode ser injusta. Especificamente, cabe registrar, que em várias universidades federais, como a UFRJ, a associação docente tem se preocupado com a especificidade e a qualidade do trabalho acadêmico, assim como com as garantias de sua liberdade. Neste sentido tem demonstrado possuir um *espírito universitário* mais desenvolvido do que diversos ocupantes de cargo de cúpula das instituições oficiais.

Creio que há várias interpretações e não uma única de conduzir, atualmente no Brasil, o movimento docente. Há, sem dúvida, uma vertente que está muito próxima do espírito do documento que detonou o debate. Seria importante, portanto, reconhecer as particularidades e diferenças dentro do movimento docente como um todo. A polarização entre "acadêmicos" e "ativistas" é excessivamente esquemática e simplificadora. Podem até virar categorias de acusação.

Quero sugerir que as áreas de confluência e consenso são muito maiores do que, em momentos mais acirrados do debate, possamos perceber.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1985.

Comentários de José Arthur Giannotti

Não sou dado ao ecletismo nem estou procurando fazer média mas, lendo o texto dos companheiros de Minas Gerais e a resposta da ANDES, sou levado a acreditar que ambos têm boa parte da razão.

Não há dúvida de que o movimento docente sempre pugnou pela melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa. A luta por melhores condições de trabalho inclui, obviamente, o aperfeiçoamento da vida acadêmica, e nenhum professor admitirá estar pleiteando o avacalhamento da Universidade. No entanto, uma coisa é o programa e o ideário, outra, o movimento social concreto. Sob este último aspecto, as AD's têm se caracterizado por ser um movimento sindical investindo a maior parte de seus esforços na reivindicação salarial. E não poderia deixar de ser assim, já que, nos últimos anos, a inflação aplastou nossos salários. A luta sindical sistemática e constante não conseguiu conter o aviltamento das condições de vida dos servidores universitários.

Precisamente porque pleiteia uma Universidade mais dinâmica e mais viva, o movimento docente teve que lutar, no próprio âmbito dela, contra os velhos oligarcas que centralizaram o poder, graças a uma aliança, implícita ou explícita, com a tecnoburocracia que dominou o País até agora. A batalha pela eleição dos dirigentes teve esse sentido, procurando abrir uma cunha no *status quo*. Mas o custo tem sido alto. Necessitando aliar-se com estudantes e funcionários, o movimento docente corre o risco de perder sua especificidade, mergulhando numa luta pela democratização que põe em perigo as relações assimétricas necessárias ao jogo universitário. No final das contas, quanto melhor for a Universidade mais ela será o lugar da competência, mais os sábios sobrepujarão os sabidos, de sorte que nela existem áreas onde o *poder de decisão* não pode ficar à mercê das variações ideológicas nem das infiltrações político-partidárias. Toda a questão, a meu ver, reside neste ponto; como conciliar a convivência democrática entre professores, alunos e funcionários com a hierarquia do saber? Sob este aspecto, o documento dos professores mineiros é um brado de alerta contra essa situação esdrúxula em que o professor está abdicando de pleitear sua singularidade como investigador em nome duma concepção populista da Universidade.

É preciso ter muito presente que a Universidade não é a soma dos interesses de seus membros. Cumpre, na sociedade onde se insere, uma série de tarefas. Somente a partir dessas funções é que a Universidade deve ser julgada e estruturada. Não há dúvida de que não se sabe bem o que ela hoje vem a ser, pois a simples afirmação de que serve para ensinar e produzir novos conhecimentos não diz como isto deve ser feito, particularmente, como os segmentos vivos que a compõem necessitam articular-se para atingir a meta que a sociedade lhe impõe. Uma sociedade

tem como fim sua auto-reposição e realizar aquilo que ela mesma toma como bem. A Universidade *não possui* essa autonomia. Por isso, uma política universitária democrática ganha uma característica própria, pois seu discurso não visa apenas *influir* por meio do debate. As lideranças político-partidárias se comprovam por meio da capacidade de convencer o corpo eleitoral. O bom investigador não precisa estar convencendo outros professores, alunos e funcionários *dos méritos de sua teoria;* dialoga diretamente com os pares de sua especialidade. Nem mesmo cabe atribuir ao coletivo universitário a tarefa de definir as prioridades do ensino e da pesquisa, porquanto isto, numa sociedade democrática, é delineado pelos representantes do povo.

É bem verdade que o poder acadêmico não se confunde com o poder burocrático, mas querer isolar o primeiro de qualquer esfera de decisão, em nome dos interesses do coletivo universitário, é simplesmente acabar com a Universidade. Duas décadas de ditadura a jogaram no fundo do poço. Se o movimento docente não souber aliar seus interesses sindicais com a especificidade de seu jogo acadêmico, a Universidade brasileira simplesmente será reduzida a um aparelho burocrático destinado a aparar os choques das pressões sociais. Enquanto isso o nervo do País vai procurar nos institutos de pesquisa as alternativas para tentar solucionar *os problemas impostos pelo desenvolvimento* brasileiro. Daí a enorme responsabilidade desse movimento docente precisando explicitar o que venham a ser as regras de convivência numa Universidade competente. Como este problema não foi solucionado, de forma conveniente, em nenhum lugar do mundo, é melhor começar desde já um diálogo onde as farpas fiquem postas de lado.

São Paulo, 24 de junho de 1985

Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Unicamp

Histórico

Criado em maio de 1982, o Núcleo de Estudos em Políticas Públicas – NEPP, é vinculado à Reitoria da Universidade Estadual de Campinas e concretiza antiga aspiração de uma Universidade votada para os problemas da sociedade.

Projeto da natureza acadêmica e de vocação multidisciplinar, o NEPP reúne profissionais de diversas especialidades e formações com o objetivo de realizar estudos e pesquisas, divulgar os resultados de sua produção científica e prestar serviços na área de Políticas Públicas, visando contribuir para a formulação de soluções para os impasses vividos pela comunidade.

No presente, o NEPP está constituído por um corpo de pesquisadores associados, pertencentes ao Departamento de Ciências Sociais (DCS) e ao Departamento de Econômia e Planejamento (DEPE) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH); ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação (DCSAE) da Faculdade de Educação (FE) e ao Departamento de Medicina Preventiva (DMP) da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp.

O programa de pesquisas, iniciado no ano de 1983, vem produzindo um conjunto de trabalhos e informações científicas no âmbito das políticas governamentais de corte social. Trata-se de pesquisas, relatórios de pesquisa, informações bibliográficas de cárater interdisciplinar inseridos em três áreas de concentração: Política Social Brasileira, Política Social Comparada e Temas Específicos de Política Social.

Em fase de implantação, o NEPP vem organizando uma biblioteca especializada no campo das políticas públicas, um arquivo bibliográfico referente às publicações nacionais e estrangeiras pertinentes ao assunto, e um setor de documentação.

A cooperação e o intercâmbio interinstitucional têm sido gradativamente ampliados e estimulados. Assim é que o NEPP tem em andamento convênios e acordos de cooperação e intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj),

Departamento Inter-Sindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos (DIEESE) e Departamento de Ciência Política (DCP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Institute of Local Government Studies (CNLOGOV), University of Bermingham.

Pesquisadores do NEPP têm assento em Comitês Assessores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior – CAPES, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais – CLACSO, participando também da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs.

Os projetos de pesquisa implementados, ou em vias de implementação, contam com o apoio material de agências financiadoras como a Fundação Ford; a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep; a Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo – Seplan, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade e a Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap.

O NEPP é dirigido por uma Diretoria e por um Conselho Diretor, constituído por professores da Universidade Estadual de Campinas, vinculados aos seguintes departamentos: Ciências Sociais, Economia e Planejamento Econômico, Ciências Sociais Aplicadas à Educação e Medicina Preventiva da Faculdade de Ciências Médicas.

Programa de Pesquisa

O NEPP têm por escopo desenvolver estudos e pesquisas sobre todo o espectro das políticas do governo. Entretanto, um do eixos centrais, em torno do qual têm se estruturado suas atividades, prioriza o exame das políticas governamentais no Brasil cujo conteúdo tem caráter eminentemente social.

Sendo assim, o exame e a reflexão crítica sobre a política social brasileira partem de algumas preocupações básicas. Em primeiro lugar, busca-se enfatizar uma perspectiva de análise comparativa, quer do ponto de vista histórico, quer do ponto de vista nacional, destacando-se, assim, os estudos da política social em grupos distintos de países. Em segundo lugar, os estudos desenvolvidos no NEPP procuraram destacar como problema analítico e prático a questão de participação da comunidade na gestação, formulação, gestão e avaliação das políticas sociais de governo, examinando, além disso, o impacto político das políticas sociais, especialmente sobre as camadas populares. Em terceiro lugar, as atividades de pesquisa do NEPP têm como preocupação desenvolver alternativas de organização político-administrativa e econômico-financeira de programas de política social de modo a aprofundar seu conteúdo democrático e de justiça social.

Para concretizar essas diretrizes, definiram-se no interior do NEPP, três linhas de trabalho na área de Política Social, quais sejam: I – *Política Social Comparada*: abrange o estudo da política social em grupos distintos de países ao longo do tempo, bem como comparação do *perfil da política social entre países* de um mesmo grupo. Neste sentido, procurar-se-á, por exemplo, desenvolver estudos comparados de política social em diversos países da América Latina; II – *Política Social Brasileira:* ocupa-se de desenvolver projetos na área de análise política da política social brasileira; III – *Temas Específicos de Política Social:* abrange a análise de políticas particulares, seja do ponto de vista de sua formação, gestão, implementação e avaliação, seja da perspectiva de pensar políticas alternativas.

Projetos Concluídos

1. *Medição do Desemprego:* assessoramento às equipes do DIEESE e Seade na implantação da pesquisa sobre ocupação no Estado de São Paulo, visando a elaboração de um índice de desemprego.

Coordenadores: Prof. Claudio Leopoldo Salm (DEPE-IFCH)
Prof. Mauricio Chalfin Coutinho (DEPE-IFCH)
Prof. Paulo Eduardo Baltar (DEPE-IFCH)

Pesquisadores: Angela Maria Carneiro Araújo
Claudio Salvadori Dedecca
Fabia Marylla M. Tuma

Convênio: Unicamp/NEPP-Seplan.SP

2. *Os Salários dos Funcionários do Estado de São Paulo – 1978/1983*: avaliação dos reajustes salariais decretados no período, considerando a estrutura de remunerações do funcionalismo estadual, a evolução do custo de vida e o desempenho orçamentário do Estado nos anos 1978/1983.

Coordenadores: Prof. Paulo Eduardo Baltar (DEPE-IFCH)

Pesquisadores: Claudio Salvadori Dedecca
Eugênia Troncoso Leone
Convênio: Unicamp/NEPP-Seplan. SP
Unicamp/NEPP – Fundação Ford.

3. *Avaliação dos Programas de Alimentação e Nutrição do Governo do Estado de São Paulo:* a avaliação dos programas estaduais de alimentação e nutrição desenvolvidos pelos Governo do Estado de São Paulo – programa sociais de suplementação alimentar à população carente; programas de alimentação destinados aos hospitais estaduais, penitenciárias e cadeias públicas – procurou, principalmente, verificar a adequação dos recursos destinados a estes programas, o grau de cobertura, a eficácia e os custos dos mesmos. O diagnóstico inclui recomendações *específicas para a ampliação da cobertura de* alguns destes programas, sem prejuízo da quantidade dos alimentos necessários.

Coordenador: Prof. Claudio Leopoldo Salm (DEPE-IFCH)
Pesquisadores: Angela Maria Carneiro Araújo
Claudio Salvadori Dedecca
Fabia Marylla M. Tuma
Maria Aparecida A.P.S. Rodrigues
Convênio: Unicamp/NEPP-Seplan. SP

Biblioteca

A biblioteca do NEPP, em fase de organização, pretende constituir um acervo especializado no campo das políticas públicas, em particular das políticas sociais.

Arquivo Bibliográfico

Com o objetivo de informar o público interessado sobre as análises e publicações existentes, referentes às políticas governamentais em geral, o NEPP organizou um arquivo bibliográfico, através do qual fez-se um primeiro levantamento geral sobre a literatura existente, nacional e estrangeira, destacando algumas *grandes áreas da política social: Educação*, Saúde, Previdência Social, Habitação, Planejamento Urbano e Trabalho/Emprego.

Como resultado de pesquisa a ser desenvolvida no NEPP, será organizado um arquivo contendo resumos dos estudos e avaliações de políticas sociais existentes no país abrangendo as seguintes áreas de políticas sociais: Saúde, Nutrição, Habitação, Saneamento e Previdência, assim como de programas sociais tais como o PIS/PASEP, FGTS e FINSOCIAL.

Documentação

Começa a ser organizado um arquivo de legislação social brasileira pós-64, nas áreas de política social acima referidas. Este arquivo será também aberto ao público.

Grupo de Estudos de História Regional da Unicamp

Criado em 9 de novembro de 1984, por professores do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, o Grupo de Estudos de História Regional - GEHR teve a sua origem na simples verificação daqueles que o idealizaram de que, *particularmente na Unicamp, ao mesmo tempo em* que se multiplicava o número de estudiosos da realidade histórica – passado, presente e projeção para o futuro – da cidade de Campinas e da região por ela polarizada, crescia também em quantidade e qualidade o conhecimento científico, literário e artístico que provinha ou se dirigia para esta mesma realidade. Portanto, um objeto de estudo comum que devia aproximar *historiadores de economistas, cientistas sociais* de arquitetos, administradores de políticos.

Com objetivos mais imediatos de gerar a massa crítica para montagem de uma linha de pesquisa – História Regional – a ser implantada, em 1986, na Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado – de História da Unicamp, esses professores notaram também, desde logo, que se reclamava dimensionar essas finalidades de maneira a contemplar os diferentes interesses que hoje, em Campinas, na região e no país, convergem para a preservação do patrimônio cultural e para a própria discussão da cultura e sua prática, que se constróem ao embalo das propostas e expectativas do processo de redemocratização do Brasil.

Dessa maneira, o Grupo foi constituído, por consenso dos que dele participaram desde a primeira hora, inovando a prática acadêmica de nossa Universidade e transpondo as compartimentações atuais que muitas vezes a sua estrutura apresenta.

Neste sentido, o GEHR estruturou-se dentro de determinados princípios que lhe são inerentes e postos em prática desde o seu primeiro momento: 1) deselitizar o processo de produção do conhecimento científico que comumente pratica-se na Pós-Graduação da Universidade brasileira; 2) superar o distanciamento entre os alunos e professores dos cursos de Graduação e Pós-Graduação; 3) vencer a compartimentação "intra-muros" da Universidade, através da integração de interessados de fora, vinculados ou não a instituições públicas e privadas e, finalmente, 4) capitalizar e socializar o concurso pluridisciplinar.

A resposta que tivemos foi a mais imediata e estimulante, pois sem qualquer promoção acorreram ao nosso convívio historiadores, economistas, antropólogos, sociólogos, arquitetos, demógrafos e arquivistas, numa população que, ao que tudo indica, crescerá em variedade, quantidade e qualidade.

À convergência de interesses que apontamos em termos de cultura que se apresenta aqui e agora, junta-se a representatividade histórica da cidade de Campinas e sua região, i.e., o chamado "Oeste de São Paulo", que assistiu a uma das mais altas concentrações de mão-de-obra escrava e a um fluxo dos mais expressivos de imigrantes, engajou-se durante pelo menos um século aos setores de ponta da economia, desde o período colonial, através do cultivo e exportação do açúcar, ao que se seguiria o café em grande escala, definindo sua estrutura fundiária e projetando suas forças políticas que contribuiram decisivamente para a mudança do regime de governo e do próprio Estado, formando, por outro lado, uma tradição de cultura que atravessou toda a "era do café" e avançou na fase industrial que marca este século.

A produção que os membros do GEHR já apresenta como suporte, os diferentes projetos em curso, o programa de exposições e debates que vem desenvolvendo, criaram desde logo, dentro da Unicamp, um espaço privilegiado de ensino, pesquisa e estudo, que pode servir para o enfretamento e questionamento de certos problemas, bem como propostas de soluções que a cidade e a região apresentam.

O intercambiar de experiências de pesquisa e estudo, a crítica e a problematização das colocações que se fazem em suas sessões de estudo, dentro do programa pré-estabelecido, identificou desde logo todos os membros, independente do seu grau de ensino, de sua titulação acadêmica, de sua origem intelectual. Todos estão nivelados por uma preocupação comum: conhecer a cidade e a região da qual e para a qual vivem. Essa é a sua vocação e o seu destino.

A história local e regional tem uma tradição científica no Brasil, que só foi vocacionalmente acentuada com a institucionalização da Pós-Graduação.

Nesta linha, o que se pretande é conhecer o que é local e regional, sem perder de vista a formação econômico-social brasileira, mas, pelo contrário, produzir e transmitir esse conhecimento num processo integrativo com o que é nacional e geral, o que reputamos ser uma das formas corretas de se gerar o conhecimento histórico.

Agora, com a histórica decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de confiar à guarda da Unicamp os seus arquivos cartoriais da cidade e da região, ao que se seguiu a da Prefeitura Municipal de Campinas de também oferecer seus arquivos, bem como a conseqüente, e também histórica decisão, da Reitoria da Unicamp de criar um Centro de Memória Regional que tem nesses acervos, nos arquivos "Paulo Duarte", "Sérgio Buarque de Holanda" e no próprio arquivo histórico da Unicamp, os principais fundos, o GEHR sente aumentadas as suas responsabilidades, as suas linhas de força e a riqueza das fontes primárias que poderá investigar.

Estamos, portanto, convictos de que representamos um centro gerador e reprodutor de conhecimentos que tem o seu forum mais imediato na Unicamp, mas cujo raio de ação é

bem mais vasto, integrando a Universidade, a comunidade e a região.

Nessa linha, identificamo-nos como um grupo aberto, pluralista, que respeitando a unidade metodológica, teórica e técnica de cada ciência ou arte, postula ao mesmo superar as fronteiras que seccionam essas áreas do conhecimento.

Pesquisas em Andamento*

Almeida, Maria Herminia Tavares de *et alii* (NEPP/Unicamp)
Mudança e Planejamento Social no Estado de São Paulo

A pesquisa se refere a estudos de caso que estão sendo realizados em cinco municípios do interior do Estado de São Paulo, e em um município da Grande São Paulo, traçando os perfis sócio-econômicos e político-administrativos, que sirvam de base à elaboração posterior de propostas alternativas de organização político-administrativa, tendo como objetivo a implementação das políticas sociais mais relevantes ao nível local e sub-regional, de forma operacionalmente mais eficiente e ancorada em maior participação comunitária. Este projeto está sendo desenvolvido conjuntamente pelas seguintes instituições: NEPP/NEPO-Unicamp e Cebrap. **Dip:** 1984/**Dpc:** 1985/**Fin:** Fundação SEADE–SP

Brigagão, Clóvis (CEAA)
A Cultura dos Riscos: Conforto e Segurança

Trata-se de relacionar os padrões de desenvolvimento da era pós-industrial, em termos do progresso alcançado (conforto, bem-estar), com a necessidade cada vez mais presente no mundo contemporâneo do "mercado de segurança". Uma análise político-econômica que passa pelos níveis mundial, nacional e cotidiano.

---

* Esta seção divulga pesquisas em andamento ou recentemente concluídas pelos membros de instituições de ensino e/ou pesquisas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. As informações devem ser enviadas em formulários disponíveis nas secretarias das unidades filiadas à Associação ou na Editora do *BIB*. A seguir, apresentamos um modelo de entrada e significado das abreviações utilizadas no inventário.

Nome do pesquisador; pesquisador (es) associado (s); título do projeto; breve descrição do projeto, em 10 linhas, onde fique claro a natureza e a extensão do projeto, acompanhadas das seguintes informações: Data do início da pesquisa (**Dip**); Data prevista para conclusão (**Dpc**); Estado atual da pesquisa: Estudos preliminares (**Ep**); Versão preliminar (**Vp**); Publicada (**P**); Pesquisa de campo (**Pc**); Versão definitiva (**Vd**); Instituição (ões) financiadora (s) (**Fin**); e Publicações recentes relacionadas com a pesquisa, incluindo referências completas (**Pub**).

Dip: 1983/**Dpc**: 1985/**Vp/Fin**: Candido Mendes e organismos internacionais não-governamentais/**Pub**: "A Cultura dos Riscos: Conforto e Segurança", em Ricardo Arnt (org.), *O Armamentismo e o Brasil – A Guerra Deles*, São Paulo, Brasiliense, 1985; *O Mercado da Segurança*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

Canesqui, Ana Maria e Giovanni, Geraldo (NEPP/Unicamp)
Estratégias de Consumo em Saúde e Família Trabalhadoras

Análise de estrutura de oferta de bens e serviços de saúde, e das práticas de consumo destes bens e serviços e das práticas alternativas por parte de população de baixa renda em São Paulo.
Dip: 1983/**Dpc**: 1985/**Fin**: Fundação Ford, Finep

Draibe, Sonia Miriam *et alii* (NEPP/Unicamp)
Estudos Comparados de Padrões de Política Social

Este projeto tem como objetivo a identificação de padrões de política social emergentes no pós-guerra, impasses e crises que enfrentam atualmente, bem como de cenários alternativos que se desenham a partir das condições econômicas e políticas presentes.
Dip: 1984/**Dpc**: 1985/**Fin**: Fundap, Fundação Ford.

Figueiredo, Argelina M. Cheibub *et alii* (NEPP/Unicamp)
Levantamento e Análise das Avaliações de Políticas Sociais

O projeto tem por objetivo realizar o levantamento e a análise dos estudos e avaliações de políticas sociais formuladas e implementadas pelo governo federal nas seguintes áreas: saneamentos, saúde, nutrição, previdência e habitação e fundos sociais, como o PIS/PASEP, FGTS e Finsocial.
Dip: 1984/**Dcp**: 1985/**Fin**: Finep.

Figueiredo, Argelina M. Cheibub *et alii* (NEPP/Unicamp)
Copilação e Sumário da Legislação Social Brasileira

O projeto propõe a realização do levantamento e copilação da legislação brasileira com o objetivo de elaborar uma publicação que sirva como texto de referência básica sobre o assunto. Para tanto, será resumida e organizada toda a produção legal governamental posterior a 1964 incluindo, nos casos pertinentes, a legislação precedente.
Dip: 1984/**Dpc**: 1985/**Fin**: Finep.

Mourão, Fernando Augusto Albuquerque (CEA/USP)
A Ruptura do Processo Colonial Angolano: o Caso de Luanda.

Análise de uma situação colonial que permitirá a compreensão da urgência da concepção angolana.
Dip: 1975/**Dpc**: 1986/**Vp/Fin**: CNPq (parcial).

Salm, Claudio L. e Araújo, Angela M. Carneiro (NEPP/Unicamp)
Alterações em Curso nas Relações de Trabalho

O projeto tem como propósito realizar uma investigação do processo de negociação coletiva desenvolvido por diferentes categorias profissionais do Estado de São Paulo, nos anos de 1978-1983, visando apreender o que muda nas reivindicações e nas conquistas dos trabalhadores bem como as novas formas de luta, de organização e de negociação com o patronato.
Dip: 1984/**Dpc**: 1985/**Fin**: Fundap

Salm, Claudio L. *et alii* (NEPP/Unicamp)
Financiamento das Políticas Sociais

O projeto se propõe a examinar as formas de financiamento das principais políticas sociais, enfatizando a origem dos recursos e transferências entre os vários níveis de governo. Com duração prevista para dois anos, a pesquisa abrange as políticas sociais das seguintes áreas: Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social, Habitação e Saneamento.
Dip: 1984/**Dpc**: 1986/**Fin**: Seplan/SP

Canuto, Luiz Neto
Entre a Vida e a Morte (Um Estudo sobre Saúde e População no Brasil). Mestrado em Sociologia da Saúde, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, 1985, 167 pp. Orientador: Manoel Correia de Andrade.

Trata-se de uma abordagem da saúde relacionada à população, ressaltando aspectos das desigualdades e dos desequilíbrios existentes. As principais variáveis trabalhadas foram: saúde, população, região, município, estrutura social, renda e desigualdades. A proposição orientadora é a de que o acesso aos serviços médicos varia de acordo com as classes sociais, e as regiões que compõem um determinado país. O método utilizado foi uma combinação da análise histórica com dados quantitativos. Chegou-se à conclusão de que não existe um modelo organizacional no setor de saúde, aliado à existência de um quadro sanitário revelador das desigualdades sociais e regionais prevalecentes no país.

Costa, Heloísa Lara Campos da
Patriarcado e Dominação Capitalista. Uma Análise da Reprodução da Subordinação Feminina do Espaço Doméstico no Espaço Fabril. Mestrado em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Iuperj, 1984, 210 pp. Orientadora: Neuma Aguiar.

Dada uma série de transformações que vêm ocorrendo com a força de trabalho feminina em Manaus, em conseqüência da evolução urbano-industrial, estimulada após a implantação da Zona Franca, a tese objetiva analisar, ao nível do controle sobre o trabalho feminino, o confronto entre duas forças: a patriarcal, de um lado, pela presença ainda próxima da origem rural na mulher; e, de outro, a influência da

*Esta seção divulga teses e dissertações recentemente concluídas nas principais instituições de pós-graduação do país, ou pelos seus membros. As informações devem ser enviadas através de formulários disponíveis nas secretarias das unidades filiadas à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais ou na Editora do *BIB*. A seguir, apresentamos um modelo da entrada das informações.

Nome do autor; título e subtítulo do trabalho; grau obtido; área de estudo; instituição; ano; número de páginas; nome do orientador; e breve descrição, em mais ou menos 10 linhas, onde fique claro uma síntese dos propósitos, dos métodos empregados e das principais conclusões do trabalho.

exploração capitalista, fruto da inserção da mulher nas relações capitalistas de produção mais recentes.

Como objeto de estudo procura-se analisar a subordinação feminina no processo de trabalho, como ela se expressa, se reproduz e é manipulada nesse processo, podendo também apresentar formas de resistências.

Para a análise da subordinação feminina, privilegiou-se a análise da relação do trabalho feminino na casa e na fábrica. Optou-se como campo de estudo, por uma indústria têxtil, por ser tradicionalmente concentradora de mão-de-obra feminina e por recrutar mulheres de diferentes idades e categorias civis (ao contrário das indústrias modernas), oferecendo uma rica diversidade de situações a serem analisadas.

As hipóteses de estudo levantadas foram: a) que as relações de dominação entre os gêneros masculino e feminino, bem como as possibilidades de resistência à dominação, encontradas ao nível doméstico, se reproduzem na fábrica e são utilizadas como elementos de controle pela empresa, no processo de trabalho, visando a acumulação capitalista; b) que as relações de dominação entre os gêneros masculino e feminino encontradas ao nível doméstico se reproduzem na fábrica e são utilizadas pelos elementos do sexo masculino para perpetuar o processo de dominação. Supôs-se também que a mulher no processo pode-se colocar como sujeito passivo ou ativo.

Chegou-se a conclusão que o processo de trabalho na indústria pesquisada vem se alterando em função de fatores ligados à expansão do capitalismo recente no Amazonas, em decorrência de fatores estruturais (modelo de expansão industrial com planejamento do Estado) e fatores conjunturais (alteração da demanda do produto no mercado), e em decorrência de fatores ligados ao grau de internalização do patriarcado na família, levando a uma intensificação do controle sobre o trabalho feminino na empresa, o qual sofre discriminação de várias ordens, com vistas à extração de maior taxa de trabalho excedentes, as quais são justificadas e mistificadas por uma ideologia contida em padrões patriarcais de comportamento.

Duarte, Laura Maria Goulart
Capitalismo e Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul. Mestrado em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984, 106 pp. Orientador: Juan Mario Fandino Marino.

O objetivo central do trabalho foi o de realizar uma análise e interpretação do fenômeno cooperativista, especialmente do cooperativismo empresarial de trigo e soja, em seus processos fundamentais de desenvolvimento, a partir de uma formulação teórica sobre a gênese e dinâmica do modo de produção capitalista, no setor rural do Rio Grande do Sul. Especialmente, objetivou-se explicitar as maneiras pelas quais as cooperativas agrícolas contribuíram para a penetração, expansão e dinâmica do capitalismo no Estado. Observou-se que o cooperativismo "doutrinário" do início do século, que surgiu da iniciativa dos pequenos produtores, cedeu lugar ao cooperativismo empresarial que surgiu da iniciativa da burguesia rural já consolidada e do Estado. Este novo cooperativismo consolidou-se como vias "mercantil" e "contratual" de penetração do capitalismo no campo. Observou-se, também, que o cooperativismo agrícola, em seus processos fundamentais de desenvolvimento, em muito se assemelha às formas de organização econômica capitalista. Conclui-se que, inserido num contexto capitalista, foi imperativo ao cooperativismo agrícola seguir suas leis e que seu processo de desenvolvimento fez parte e correspondeu à própria forma de expansão e dominação do modo de produção capitalista na agricultura gaúcha, na medida em que foi instrumentalizado pelo capitalismo industrial e financeiro, perdendo sua autonomia e deixando de atuar como um modelo econômico alternativo, como preconizavam seus pioneiros.

Duarte, Luiz Fernando Dias
Da Vida Nervosa. Pessoa e Modernidade entre as Classes Trabalhadoras Urbanas. Doutorado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, 662 pp. Orientador: Gilberto Velho.

Um estudo sobre a noção de Pessoa e os modos de sua construção social entre as classes trabalhadoras urbanas, a partir das representações, discurso e prática sobre as perturbações físico-morais, aí centradas em torno das figuras dos *nervos* e do *nervoso*. O trabalho se funda em material etnográfico direto oriundo de três pesquisas na área do Grande Rio, e sobre material bibliográfico referente a situações sociais muito diversas em todo o Brasil. A análise se desenvolve no quadro de uma ampla discussão

sobre a cultura daquelas classes e sua relação com a ideologia individualista moderna.

Elia, Francisco Carlos da Fonseca
A Questão Habitacional no Rio de Janeiro da Primeira República: 1889-1930. Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 1984, pp. Orientador: Victor Vincente Valla.

A tese preocupa-se em analisar o momento da constituiição de uma problemática habitacional na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República, e os tipos de implicações que a mesma acarretou quanto: a ação do Estado na habitação popular, ao discurso dos técnicos higienistas e a ação e discurso da camada trabalhadora sobre o assunto, expressos, principalmente, na chamada "Imprensa Operária" do período. Finalizando, há também a preocupação de se fazer um balanço do impacto das transformações urbanísticas de Pereira Passos sobre as habitações populares e de como essa questão evoluiu no período imediatamente seqüente:

Freire, Nadia Maria Schuch
Mulher, Trabalho e Capital no Campo (Um Estudo da Pequena Produção em Cruzeiro do Sul, RS). Mestrado em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983, 155 pp., (Premio SOBER 1984). Orientadora: Anita Brumer.

O objetivo principal do trabalho foi analisar o efeito da modernização agrícola sobre o trabalho feminino no contexto da pequena produção agrícola do Rio Grande do Sul. Realizou-se um estudo exploratório baseado em entrevistas com 44 famílias de pequenos produtores, em três períodos distintos: 1972, 1976 e 1982. No período compreendido entre 1972-76, observou-se um processo de diferenciação social entre os produtores, caracterizado, principalmente, pelo fato de que o aumento da área cultivada, o aumento da produção destinada à comercialização, a especialização, o maior emprego de máquinas agrícolas e o uso de trabalhadores assalariados, ocorreram mais em algumas propriedades do que em outras. No período compreendido entre 1976-82, esse processo de diferenciação social se atenuou, em grande parte devido a causas conjunturais. No que se refere ao trabalho da mulher, elas executam um duplo papel, como trabalhadoras nas atividades produtivas e como "donas de casa". Mesmo com a relativa modernização de suas propriedades, as mulheres não foram liberadas das atividades produtivas, nem passaram a ter voz mais ativa na direção das mesmas.

Gasparetto, Agenor
Modernização Tecnológica, Mobilidade e Permeabilidade Social na Região Cacaueira do Estado da Bahia. Mestrado em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985, 115 pp. Orientador: Mario Riedl.

No início dos anos 70, a lavoura cacaueira também se integrava ao plano de modernização tecnológica que tomava conta de toda a agricultura brasileira, visando lucratividade via aumentos de produção e de produtividade, e provocando alterações na base técnica do processo produtivo que, historicamente, resultaram em mudanças sociais. Nesse sentido, objetivou-se analisar as conseqüências dessa modernização sobre as estruturas de classes e de estratificação social, particularmente em termos de mobilidade e de permeabilidade social. Conseqüentemente, ganham realce os conceitos de classes sociais e mobilidade social interclasse, de estratos sociais e mobilidade social interclasse e respectivas permeabilidades.

O universo geográfico foram os municípios de Itabuna e Ilhéus (Bahia); as unidades de análise, produtores capitalistas, familiares e assalariados rurais; os dados foram primários e secundários.

Dentre os resultados destacam-se: a relevância do conceito de classe social à compreensão, explicação e transformação da realidade social; o predomínio e o avanço, no período, da classe dos produtores capitalistas sobre a dos familiares e, em decorrência, a substituição de produtores e a intensificação do assalariamento na região; e que, ao nível do eixo central e principal da estrutura social, a sociedade tornou-se mais impermeável, confirmando hipótese central deste trabalho.

Gomes, Eliab Barbosa
Igreja, Sociedade e Política – Os Batistas em Pernambuco (1955-1964). Mestrado em Sociologia, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, 1984, 138 pp. Orientador: Roberto M. Cortez Motta.

Pretende-se contribuir para a discussão da questão protestante no Brasil, em tempos recen-

tes, a partir de uma das vertentes mais representativas do protestantismo histórico: os Batistas. Para tanto, faz-se uma compilação de fatos históricos mais relevantes sobre os protestantes, em especial sobre os Batistas no Brasil, notadamente os que se localizaram em Pernambuco. Em seguida, aborda-se a organização eclesiástica dos Batistas, como um momento primeiro para se detectar a inadequação das suas estruturas organizacionais para o desempenho das tarefas religiosas internas e defasagem da cultura brasileira. Utilizando-se o conceito de Ideologia como "visão de mundo", faz-se uma análise do discurso batista, a fim de situar os elementos endógenos e exógenos à nossa cultura. Por último, discutem-se as articulações dos Batistas com o social, e as respostas dadas por esta religião às questões do social quase sempre circunscritas à Ideologia Pietista.

Koike, Maria Marieta dos Santos
Ganchos, Bicos e Outras Virações: A Reprodução dos Trabalhadores Desempregados. O Caso da Região Metropolitana do Recife. Mestrado em Sociologia, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, 1985, 193 pp. Orientador: Silvio Marcelo Maranhão.

Como os trabalhadores que não têm emprego, e, portanto, salário, conseguem organizar sua existência? No estudo de caso que tem como referência a Região Metropolitana do Recife, procurou-se identificar as diferentes estratégias envolvidas na organização da sobrevivência dos desempregados: suas próprias práticas e as do estado capitalista, via políticas sociais. No bojo deste antagonismo os desempregados sobrevivem e alimentam a acumulação do capital produzindo as condições de superação das relações sociais que a tornam possível.

Leal, Cleni Dombroski
A Notícia que Não é Nossa. Uma Análise do Noticiário Internacional da Imprensa Gaúcha – 1982. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984, 167 pp. Orientador: Ricardo A. Silva Seitenfus.

As notícias do exterior veiculadas na imprensa gaúcha, seu processo de produção e distribuição pelas agências internacionais de notícias e seu tratamento pelas empresas jornalísticas locais, constituem a essência desta pesquisa. A partir de um levantamento quantitativo do noticiário internacional, nos três principais jornais de Porto Alegre, e de uma análise qualitativa de seu conteúdo, procura-se demonstrar os vínculos de dependência da imprensa gaúcha às principais agências noticiosas norte-americanas, no que tange a seu noticiário internacional, bem como a manutenção da mesma ideologia, que é passada por tais agências, na transmissão de suas informações noticiosas.

Maciel, Maria Eunice de Souza
Bailões, É disto que o Povo Gosta: Análise de uma Prática Cultural de Classes Populares no Rio Grande do Sul. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984, 189 pp. Orientador: Ruben George Oliven.

Este trabalho analisa os "bailões" enquanto uma prática cultural de classes populares no Rio Grande do Sul. O estudo referencia-se na problemática da cultura popular e regional, procurando explicar o êxito dos "bailões" a partir da reconstituição do quadro de representações de seu público. A parte empírica foi desenvolvida a partir de uma pesquisa envolvendo observação participante e entrevistas. A análise de dados foi realizada com base em um marco teórico que privilegiou três dimensões do fenômeno: social, ética e cultural. Concluiu-se que o êxito dos "bailões" está relacionado à capacidade destes atenderem às expectativas de seu público.

Oliveira, Edgar Francisco de
Camponeses da Fronteira: Estudo das Articulações entre o Capital e a Pequena Produção no Alto-Turi, MA. Mestrado em Sociologia, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, 1984, 296 pp. Orientadora: Maria Auxiliadora Ferraz de Sá.

A partir de um estudo de caso, detectar os vínculos estabelecidos pelo capital com a pequena produção familiar camponesa da fronteira do Alto-Turi no Maranhão. Partindo do conceito de camponês como unidade de produção familiar geradora parcial de seus próprios meios de vida com relações de mercado, pesquisaram-se as especificidades de sua formação histórica na fronteira, suas lutas contra o latifúndio açambarcador de terras e sua organiza-

ção interna produtiva. Por fim, procurou-se penetrar nas formas concretas sob as quais se realizam os vínculos com o capital. Verificou-se que, a despeito de todo processo de expropriação sucessiva e da transformação do camponês em um "trabalhador para o capital", o campesinato, enquanto unidade familiar de produção, foi preservado nestes cinco lustros de ocupação da fronteira, comprimindo-se seus limites de sobrevivência e ampliando-se sua sobrecarga de trabalho.

Oliveira, Marcos Aurélio Guedes de
Considerações sobre a Política do PCB e as Lutas Sociais entre o Fim do Estado Novo e o Início do Governo Dutra. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1985, 116 pp. Orientador: Silvio Marcelo Maranhão.

Apresenta e debate a conjuntura política de 1945-48, partindo da análise da política do PCB, principalmente da aliança com Vargas. As conclusões são sobre a conjuntura e as características ideológicas do PCB naquela conjuntura.

Prá, Jussara Reis
A Mulher e sua Situação na Sociedade Porto-alegrense. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984, 224 pp. Orientador: Cesar M. Baquero Jacomé.

O presente estudo tem por objetivo examinar a atuação, o interesse e as condições de participação da mulher porto-alegrense em atividades econômicas, políticas e sociais. A metodologia utilizada para alcançar estes objetivos consistiu de uma pesquisa de campo realizada na área metropolitana de Porto Alegre, envolvendo 245 mulheres maiores de 18 anos. Os resultados da pesquisa evidenciaram que o grupo investigado, apesar de bastante motivado para participar de algumas atividades públicas, demonstra menor motivação com relação à ingerência feminina em assuntos políticos.

Rieger, Leonilda Tassinari
Participação Política do Industrial Rio-Grandense: Atuação da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) no período 1970-1980. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984, 175 pp. Orientador: Cesar M. Baquero Jacomé.

O trabalho objetiva estudar a participação política do industrial rio-grandense, no período 1970-1980, através da análise da atuação da FIERGS no mesmo período. Mediante análise de conteúdo de documentos da FIERGS procura identificar formas de participação e verificar: 1) assuntos com que os industriais se preocuparam no período; 2) campos de interesse envolvidos nos assuntos; e 3) existência ou não de temas sobre os quais os industriais tenham posições definidas. Conclusões: os industriais desenvolvem esforços significativos para exercer influência sobre decisões governamentais; preocuparam-se, preponderantemente, com assuntos de natureza econômico-financeira; entre os assuntos tratados, predominaram os ligados a interesses gerais da indústria; e, industriais têm posições definidas sobre a participação do Estado na atividade produtiva, participação do capital internacional da economia e cooperativismo na atividade produtiva.

Ribeiro, Jorge Alberto Rosa
A Implantação do Sistema Energético enquanto Meio de Consumo Coletivo – um Estudo de Caso: CEE, 1943-1900. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984, 138 pp. Orientador: Benicio Viero Schmidt.

O estudo analisa a produção em sociedades capitalistas de meios de consumo e equipamentos coletivos. Está embasado teoricamente nos estudos de J. Lojkine, M. Castells, F. Fourguet, L. Murard, E. Preteceille e na análise de Marx sobre condições gerais da produção. Os meios de consumo coletivo são expressão destas condições gerais de produção, tendo a sua produção, distribuição e consumo, nas sociedades capitalistas, contradições, pois socializa, via Estado, e aprodunda o processo de acumulação capitalista.

Santos, Maureli da Costa
Folia do Rei: Uma Sociologia da Vida e da Morte do Cangaço. Mestrado em Sociologia, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, 1984, 218 pp. Orientador: Jose Bonifácio X. de Andrade.

Discute-se a vinculação estabelecida entre cangaceiros, coiteiros e forças volantes, procurando revelar que os dois últimos, isto é, os protetores e os perseguidores, funcionaram como mecanismo de sustentação, reprodução,

e, apenas secundariamente, de extinção do fenômeno do cangaceirismo. Para tanto, recorre-se a jornais da capital e do sertão de Pernambuco, incorporam-se peças de processos criminais e utilizam-se, com todo destaque, depoimentos dos últimos remanescentes do fenômeno do cangaço. A sustentação e sobrevivência foram possíveis devido à pouca consistência e no caráter político da repressão ao nível estadual, o que permitia o funcionamento da aliança de cangaceiros, coiteiros e forças volantes. Por outro lado, a decadência e a extinção foram devidas à emergencia da repressão ao nível federal, que redefiniu a aliança em questão, lançando coiteiros e forças volantes contra os cangaceiros.

Souza, Ester Maria Aguiar de
Juntas de Conciliação em Julgamento – Um Estudo da Eficacia da Justiça do Trabalho, com Estudo de Caso nas J.C.J. de Recife. Mestrado em Sociologia, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, 1984, 172 pp. Orientador: Joaquim Falcão.

O presente estudo é uma tentativa de interpretação da eficácia da Justiça do Trabalho, quando esta é chamada a intervir nos conflitos individuais entre empregador e empregado. Parte-se da observação de uma idéia bastante divulgada e aceita na sociedade de que o empregado sempre ganha quando reclama na Justiça do Trabalho e, portanto, de que esta seria eficiente naquele papel que lhe foi outorgado pelo Estado, cuja função de mediador dos conflitos individuais na sociedade e recuperador da eqüidade se explicitaria, também, através do direito do trabalhador. Por se duvidar de tal entendimento e, no sentido de viabilizar um estudo onde fosse feita a comparação entre estes postulados e a realidade, procurou-se fazer, através da leitura de processos considerados solucionados e arquivados nas Juntas de Conciliação e Julgamento em Recife, durante um período de oito anos, compreendidos entre 1974 e 1981, uma análise de quem vai, como vai, o que perde e o que ganha nesses processos movidos via reclamação na Justiça do Trabalho.

Souza, João Francisco de
Pedagogia da Revolução: Subsídios (confronto do discurso do Governo Cid Sampaio x Miguel Arraes – Pernambuco, 1958-1974). Mestrado em Sociologia, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, 1984, 605 pp. Orientadora: Lia Parente Costa.

Examina-se o discurso governamental de Pernambuco do período 1958-1964, como expressão do movimento de classes existente no estado, e da tentativa de direcioná-lo que caracteriza a sua situação como de crise orgânica polarizada na oposição das "personas" Governos Cid Sampaio x Miguel Arraes, para detectar nele as pedagogias explícitas ou latentes, mas não necessariamente sistematizadas. Identifica-se neste discurso, através da análise de conteúdo, duas pedagogias concorrentes: uma, desenvolvimentista, respaldando o movimento educativo do projeto político modernizador que se expressa na Fundação Social; outra, emergente, respaldando o movimento educativo do projeto político tendencialmente popular. Da pedagogia emergente procura-se inferir subsídios para uma pedagogia da revolução, entendida como reflexão sobre os problemas sócio-educacionais na perspectiva da hegemonia proletária, segundo o Método Anadialético e teoria da ação cultural para a transformação da classe trabalhadora em classe-para-si.

Tambara, Elomar Antonio Callegaro
O Desenvolvimento Regional Desigual (Um Estudo de Caso). Mestrado em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1982, 165 pp. Orientadora: Anita Brumer.

O trabalho direciona-se no sentido de investigar quais são os fatores que influenciam o surgimento de um processo de desenvolvimento regional desigual. Pretende-se explicar o porquê de determinadas regiões desenvolverem-se mais rapidamente do que outras.

O estudo caracteriza-se, metodologicamente, por ser um estudo de caso. São estudados dois casos: os municipios de Ijuí e Jaguarí, no Rio Grande do Sul.

A revisão da literatura e a discussão apresentam-se seccionadas em três partes distintas: 1) o sistema sócio-cultural; 2) o sistema econômico; e 3) o sistema político-ideológico.

Conclui-se que o sistema econômico influenciou de maneira decisiva o desenvolvimento desigual entre duas regiões, entretanto, não pode explicar todo o processo de diferenciiação, exclusivamente. O sistema sócio-cultural interferiu, concomitantemente, assim como o político-ideológico, na consecução do processo de desenvolvimento desigual.

Particularmente referenciado ao desenvolvimento regional desigual, há indicios de que o sistema político-ideológico tenha uma interferência determinante no processo.

XVI Congresso Latino-Americano de Sociologia

Por solicitação do Professor Pablo Gonzalez Casanova, Presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia, a Fundação Escola de Serviço Público está organizando o XVI Congresso Latino-Americano de Sociologia, a realizar-se em março de 1986 no Campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Para o Congresso, que pela primeira vez se realiza no Brasil, são esperados cerca de 2.000 participantes, entre cientistas sociais e estudantes de todo o Continente. O temário central do evento é "A Democracia na América Latina", que se comporá na realização de 30 seminários e 5 mesas-redondas.

O Programa do Congresso é o seguinte:
dia 02.03.86 – Domingo – 20:00hs.
Instalação do Congresso na Concha Acústica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Dia 03.03.86 – Segunda-Feira – Das 09:00 às 17:00hs.

SEMINÁRIOS

1. "Imperialismo, Neocolonialismo e Democracia".
   Coordenadores: Ruy Mauro Marini
   Ricardo Córdova
   Luis Maira
   Manuel Maldonado Deniz
   Osvaldo Martinez
   Pedro Vuskovic

2. "As Lutas de Libertação e a Democracia na América Central"
   Coordenadores: Gabriel Aquilera Peralta
   Miguel de Castilla

3. "O Socialismo Como Alternativa Democrática"
   Coordenadores: Vânia Bambirra
   José Nilo Tavares
   Carlos Nelson Coutinho
   Carlos Vila
   Hugo Zemelman

4. "O Novo Caráter da Negociação Internacional e Interna"
   Coordenadores: José Augustin Silva Michelena
   Gustavo Sénéchal de Goffredo
   Rogélio Ramires
   Luis Suarez

5. "História das Lutas Democráticas na América Latina"
   Coordenadores: Sérgio Bagú
   Júlio de Riverend
   Lorenzo Meyer

6. "As Lutas de Libertação e a Democracia no Caribe"
   Coordenadores: Pablo Marinez
   Juan Valdes Pas

7. "A Política do FMI e a Democracia"
   Coordenadores: Hector Silva Michelena
   Francisco de Oliveira
   Samuel Lichtensztejn

8. "Burocracia, Tecnocracia e Democracia"
Coordenadores: Sérgio Abranches
Guillermo O'Donnel
Octávio Rodrigues Araújo

9. "As Sociedades Oprimidas"
Coordenadores: Manuel Antonio Garretón
Jean Casimir
Mário Salazar Valiente

10. "Transição Democrática e Gestão Pública"
Coordenadores: Hélio Eduardo da Silva
Afonso Barrantes I.
Carlos Pereyra

11. "Ciência e Tecnologia e a Democracia"
Coordenadores: Leonel Corona
Clovis Brigagão
Amilcar Herrera

12. "Centros de Trabalho: Autoritarismo e Democracia"
Coordenadores: Heleieth Saffioti
Maria H. T. de Almeida
Teresita de Barbieri
Michel Hector
Cristina Laurell

13. "Sistemas Políticos Nacionais e Democracia"
Coordenadores: Francisco Weffort
José Luiz Reyna
Júlio Cotler
Márcia Rivero Quintero

14. "Governos Estaduais e Democracia"
Coordenadores: Carlos Martinez Assad
Herbert de Souza
Juan Carlos Marin

15. "Governos Municipais ou Locais e Democracia"
Coordenadores: Jorge Alonso
Herman Sanchez
Ronalfo Cejas
Guilhermo Molina Chocano

Dia 03.03.86 – às 18:00hs. – MESA REDONDA:
Tema: "Crise do Neocolonialismo e Democracia"
Presidente: Gérard Pierre Charles
Participantes: Santiago Díaz
Carlos Vilas
Manuel Maldonado Denis
Marcos Gandásegui
Rodney Arismendi

Dia 04.03.86 – Terça-Feira, das 09:00hs às 17:00hs
SEMINÁRIOS: Os mesmos seminários do dia 03.03.86

Dia 04.04.86 – às 18:00hs – MESA REDONDA:
Tema: "Crise Econômica e Democracia"
Presidente: Celso Furtado
Participantes: Xavier Gorostiaga
Lúcio Geller
Fernando Fajnzylber
Theotônio dos Santos
José Cademartori
Aníbal Quijano
Hector Silva Michelena

Dia 05.03.86 – Quarta-Feira, das 09:00 às 17:00hs
SEMINÁRIOS:

16. "As Lutas Democráticas e as Classes Sociais"
Coordenadores: José Luiz Balcárcel
Augustin Cueva
Jaime Osório
Laís Abramo

17. "As Lutas Democráticas e os Movimentos Populares"
Coordenadores: Daniel Camacho
Rafael Menjívar
Fernando Calderón
Alberto Noé
Gérard Pierre-Charles

18. "As Lutas Democráticas e as Minorias Éticas"
Coordenadores: Gilberto López y Rivas
Hector Díaz Polanco
Rodrigo Montoya
Rodolfo Stavenhagen

19. "As Forças Armadas e a Democracia"
Coordenadores: Augusto Varas
Nelson Minello
Alexandre Barros

20. "Crise das Ditaduras e Recuperação Democratica"
Coordenadores: Beba Balvé
Edgar Jiménez
Tomás A. Vasconi

21. "Classes, Cultura e Ideologias Democráticas"
Coordenadores: *Octávio Ianni*
Angel Quitero
Carlos Monsivais
Ricaurte Sóler

22. "Estado e Democracia"
Coordenadores: Francisco Delich
Guilherme Briones
Gilberto Guevara Nieble

23. "Publicações em Ciências Sociais e a Democratização do Conhecimento"
Coordenadores: Charles Pessanha
Roberto Atila Amaral
Héctor Aquilar Camín
Alberto Koschuetzke

24. "Pesquisa, Docência e Estudos sobre Democracia da América Latina"
Cordenadores: Edelberto Rorres Rivas
Florestan Fernandes
Francisco Paoli
Luis Rodrígues

25. "Autoritarismo e Democracia no Discurso e na Polêmica"
Coordenadores: Marilena Chauí
José Arthur Giannotti
Gilberto Giménez Montiel
Juana Achabal

26. "As Sociedades Ocupadas"
Coordenadores: Susy Castor
Jorge Lara
Letícia Salomón

27. "Comunicação Alternativa e Lutas Democráticas"
Coordenadores: Ariel Dorfman
Sérgio Micelli
Fátima Fernandes Ch.
Carlos Lins da Silva

28. "Movimentos Religiosos e Lutas Democráticas"
Coordenadores: Miguel Concha
Pedro Oliveira
Luiz Eduardo Wanderley
Xavier Gorostiaga
Samuel Silva Gotay

29. "As Lutas Democráticas nos Regimes Constitucionais"
Coordenadores: Arnaldo Fals Borda
Orlando Fals Borda
Heinz Sonntag
Jorge Graciarena

30. "As Lutas de Libertação e a Democracia na América do Sul"
Coordenadores: Aníbal Quijano
Enrique Valencia

Dia 5.3.86 – Quarta-Feira, às 18:30hs.
MESA-REDONDA
Tema: "As Lutas Pela Democracia em Regimes Constitucionais"
Presidente: Carlos Sivent
Participantes: Fernando Henrique Cardoso
Arnaldo Córdova
Daniel Camacho
Juan Carlo Portantiero
Heinz Sonntag
Eduardo Duhalde

Dia 6.3.86 – Quinta-Feira, das 9 às 17hs.
SEMINÁRIOS: Os mesmos do dia 5.3.86

Dia 6.3.86 – às 18:30hs.
MESA-REDONDA
Tema: "As lutas pela Democracia em Regimes de Pacto"
Presidente: Florestan Fernandes
Participantes: Clodomiro Almeyda
Juan Carlos Marin
Dário Salines

Dia 7.3.86 – Sexta-Feira, das 9 às 12hs.
Reunião Plenária da ALAS – Associação Latino-Americana de Sociologia, na Concha Acústica da UERJ.

Dia 7.3.86 – Sexta-Feira, das 16 às 19hs.
MESA-REDONDA
Tema: "Polêmicas sobre a Democracia na América Latina"
Presidente: Júlio Labastida
Participantes: Francisco Delich
Enzo Faletto
Augustin Cueva
Fernando Calderón
Ruy Mauro Marini
Adolfo Sánchez Vázquez
Hugo Zemelman

Às 20hs. – Encerramento na Concha Acústica da UERJ.

Caberá aos Coordenadores o recebimento dos trabalhos, bem como o estabelecimento de critérios de conteúdo, extensão, data e local de entrega. Inscrição para os Seminários poderá ser feita independentemente de convite, cabendo ao coordenador verificar se os trabalhos estão dentro dos critérios estabelecidos.

As sessões dos Seminários e as Mesas-Redondas serão públicas. Entretanto, a participação nestas ficará limitada aos que forem convidados.

Por suas dimensões, pela importância do tema e, ainda, pela oportunidade de reunir no Rio de Janeiro um amplo e plural grupo de cientistas sociais, o XVI Congresso Latino-Americano de Sociologia significará um profundo avanço no debate e nas propostas de democratização do continente.

Outras informações poderão ser obtidas na FESP-RJ
Av. Carlos Peixoto, 54 – sala 708
Telefone: 295-6887 – Ramal 193.

Composto e impresso na
Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.
Rua Santana, 136/138 (edifício próprio)
Tel.: 224-7732 (PABX)
Rio de Janeiro – RJ

Resenhas Bibliográficas publicadas pelo BIB

BIB 1 "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica"
Eli Diniz Cerqueira e *Renato Raul Boschi*

BIB 2 "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico"
Anthony Seeger e *Eduardo Viveiros de Castro*

BIB 3 "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências"
Luiz Werneck Vianna

BIB 4 "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada"
Lucia Lippi Oliveira

BIB 5 "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978"
Bolivar Lamounier e *Maria D'Alva Gil Kinzo*

BIB 6 "Os Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura"
Alba Zaluar Guimarães

BIB 7 "Relações entre Negros e Brancos no Brasil"
Roque de Barros Laraia

BIB 8 "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes"
Amaury de Souza

BIB 9 "A Mulher na Força de Trabalho"
Maria Valéria Junho Pena
"Movimentos Sociais Urbanos"
Pedro Jacobi

BIB 10 "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil"
Lia F. G. Fukui

BIB 11 "Educação e Sociedade no Brasil"
Luiz Antonio Cunha
"Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente"
Licia do Prado Valladares e *Ademir Figueiredo*

BIB 12 "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro"
Maria Tereza Sadek R. de Souza
"Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas"
José Guilherme Cantor Magnani

BIB 13 "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica"
Gerson Moura e *Maria Regina Soares de Lima*

BIB 14 "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica"
Lícia do Prado Valladares e *Magda Prates Coelho*

BIB 15 "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate"
José Cesar Gnaccarini e *Margarida Maria Moura*

BIB 16 "Histórias de Vida na América Latina"
Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e *Valentina da Rocha Lima*
"Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico"
Neuma Aguiar

BIB 17 "A Antropologia no Brasil"
Julio Cesar Melatti
"Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica"
Luiz Werneck Vianna
"Temas de Ciências Sociais"
Leôncio Martins Rodrigues

BIB 18 "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente"
Rubem César Fernandes
"Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente"
Mariza Corrêa

O BIB divulga periodicamente as atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O BIB, portanto, depende de você e da cooperação que você forneça.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
Editoria do BIB
Rua da Matriz, 82 — Botafogo
22.260 — Rio de Janeiro — RJ